

DM

**Os Álbuns Fotográficos
do Palácio de São Lourenço (1955-1973)**
A imagem de um regime

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Hugo Filipe Oliveira Gomes
MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

junho | 2023

**Os Álbuns Fotográficos
do Palácio de São Lourenço (1955-1973)**
A imagem de um regime

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Hugo Filipe Oliveira Gomes
MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS

ORIENTAÇÃO
Rui Alexandre Carita Silvestre

Agradecimentos

À minha avó Elisa...

Por mais solitário que seja o processo de redação de uma dissertação de mestrado, todos os que de algum modo nos orientaram, ajudaram e nos suportaram acabaram por fazer parte, também, da conclusão desta etapa.

O meu primeiro agradecimento é para a minha família, em particular os meus pais que nestes 4 anos sempre acreditaram em mim e que conseguiria levar este projeto a bom porto.

Ao professor doutor Rui Carita, por toda a paciência e orientação ao longo do percurso.

A toda a equipa do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, principalmente à diretora da Área Museológica, Dr.^a Margarida Camacho, que tanto me ajudou nas minhas idas ao Palácio de São Lourenço e pelos seus conselhos, pois que sem eles esta dissertação estaria mais pobre.

À minha tia Celeste, pelos cafés que tornaram mais fácil o processo de investigação no Arquivo e Biblioteca da Região Autónoma da Madeira.

E por fim, a todos aqueles que direta ou indiretamente me foram ajudando, ouvindo, motivando ou simplesmente possibilitando bons momentos ao longo destes anos. Um especial obrigado à Mariya, ao Emanuel e à Ana.

A todos o meu muito obrigado.

Resumo:

A temática que nos propomos a abordar são as visitas de presidentes da República Portuguesa às ilhas da Madeira e do Porto Santo, entre 1955 e 1973. Para tal, utilizamos como fonte os álbuns institucionais elaborados pelo Governo Civil do Distrito Autónomo do Funchal, hoje parte do acervo museológico da Área Museológica do Gabinete do Representante da República Portuguesa para a Região Autónoma da Madeira.

Atendendo às particularidades da nossa fonte, adotamos, em primeiro lugar, metodologias da narração histórica e, posteriormente, uma análise quantitativa do conteúdo dos álbuns de fotografias. A presente dissertação pretende divulgar a temática dos álbuns de fotografias enquanto fontes históricas e procurar situar esta prática na imagética propagandística do “Estado Novo”.

Palavras-Chave: Álbuns de fotografias; Estado Novo; Fotografia; Região Autónoma da Madeira; Propaganda; Visitas presidenciais;

Abstract:

The theme we propose to address are the visits of presidents of the Portuguese Republic to the islands of Madeira and Porto Santo between 1955 and 1973. To this end, we use as a source the institutional photo albums produced by the Civil Government of the Autonomous District of Funchal, now part of the museum collection of the Museological Area of the Office of the Representative of the Portuguese Republic for the Autonomous Region of Madeira.

Given the particularities of our source, we adopted in the first place methodologies of historical narration and, subsequently, a quantitative analysis of the content of the photo albums. The present dissertation intends to divulge the theme of the photo albums as historical sources and try to situate this practice in the propagandistic imagery of the "Estado Novo" (political regime from 1933 to 1974).

Keywords: Photo albums; Estado Novo; Photography; Autonomous Region of Madeira; Propaganda; Visits of presidents;

Glossário de siglas	7
Introdução	10
Objetivos e Problemática	10
Metodologia e Fontes	12
Capítulo 1 — Conceitos Operativos	16
1.1 A fotografia	16
1.2 Estado Novo	18
1.2.1 Da propaganda geral do regime aos álbuns de Visitas Presidenciais	21
1.3 Protocolo	23
1.3.1 Protocolo das visitas presidenciais	24
Capítulo 2 - Visitas presidenciais ao território português durante o Estado Novo	28
2.1 A produção de comemorações públicas	28
2.2 As viagens presidenciais	32
Capítulo 3 — Visitas presidenciais ao Arquipélago da Madeira entre 1955 e 1973	36
Presidente da República Francisco Higinio Craveiro Lopes	36
1955	37
Presidente da República Américo de Deus Rodrigues Tomás	43
1962	44
1963	51
1.ª paragem (8-9-1963)	51

2. ^a paragem (16-10-1963)	52
1969	53
1970	56
1971	59
1972	63
1973	67
Capítulo 4 — Os álbuns institucionais das visitas de Presidentes da República à Região Autónoma da Madeira	72
Metodologia de análise de dados	72
O género fotográfico	73
Cortejo presidencial	77
Os indivíduos	79
O local de captura	80
Edifícios	81
Capítulo 5 — Interpretação fundamentada e ilustrada da narrativa	83
Infraestruturas de assistência social	83
Os Paços do Concelho do Funchal e o Palácio da Justiça	87
Centrais hidroelétricas	89
Infraestruturas de transportes	94
Infraestruturas Turísticas	96

Quintas madeirenses	99
Momentos de refeição	102
Monumentos	105
Intervenções efémeras	109
Atuações de grupos folclóricos	117
Considerações finais	120
Anexos	134

Glossário de siglas

ABS- Ana Braamcamp Sobral

BCL- Berta Craveiro Lopes, esposa do Presidente da República

BDAR- Bispo da Diocese, D. António Ribeiro

BDDS- Bispo da Diocese, D. David de Sousa

BDJSS- Bispo da Diocese, D. João da Silva Saraiva

DAMRFC- Diretor do Aeroporto da Madeira, Rui Falcão Costa

DCAAHPE- Delegado da Comissão Administrativa dos Aproveitamento Hidráulicos,
Pinto Eliseu

DCHSCMJG- Diretor Clínico do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, João de
Gouveia

DGGBMJMR- Delegado do Governo junto do Grémio dos Bordados da Madeira, João
Militão Rodrigues

DGTSEIT- Diretor Geral do Turismo da Secretaria de Estado da Informação e Turismo,
Álvaro Roquete

DNAA- Deputado da Nação Alberto de Araújo

DRCZ- Dr. Cayolla Zagalo

GDABS- Governador do Distrito, António Braamcamp Sobral

GDCF- Governador do Distrito, João Inocêncio Camacho de Freitas

GMGC- Governador Militar, Gervásio Campos de Carvalho

GMMJCB- Governador Militar da Madeira, Brigadeiro João Cunha Baptist

GSFJG- Governador Substituto do Funchal, João de Gouveia

GT- Gertrudes Tomás

HMFL- Habitante, Manuel Fernandes Luís

IMDP- Industrial Manuel Domingos Pestana

JCF- Joana Camacho de Freitas, esposa do Governador do Distrito

MCSJAAC- Médico-Chefe do Sanatório Dr. João de Almada e subdelegado do Instituto
de Assistência Nacional aos Tuberculosos, Agostinho Cardoso

MIAGR- Ministro do Interior, António Gonçalves Rapazote

MINT- Ministro do Interior, Joaquim Trigo de Negreiros

MJAV- Ministro da Justiça, João Antunes Varela

MOPCRS- Ministro das Obras Públicas e das Comunicações, Rui Sanches
MOPEAO- Ministro das Obras Públicas, Eduardo Arantes de Oliveira
MSR- Margarida Sarmiento Rodrigues, esposa do ministro do ultramar
MUJMSC- Ministro do Ultramar, Joaquim Moreira da Silva Cunha
MUSR- Ministro do Ultramar, José Maria Sarmiento Rodrigues
PAV- Pescador, António Vieira
PCAMATURFPS- Presidente do Conselho de Administração da MATUR, Fernanda Pires da Silva
PCDUNAC- Presidente da Comissão Distrital da União Nacional, Agostinho Cardoso
PCMFAS- Presidente da Câmara Municipal do Funchal, António Bettencourt Sardinha
PCMFFC- Presidente da Câmara Municipal do Funchal, Fernando Couto
PCMPMAHG- Presidente da Câmara Municipal do Porto Moniz, Américo Homem de Gouveia
PCMPMTMV- Presidente da Câmara Municipal do Porto Moniz, Tito José Mendes Vasconcelos
PCMPSJIP- Presidente da Câmara Municipal do Porto Santo, João Inácio Perestrelo
PCMPSSC- Presidente da Câmara Municipal da Ponta do Sol, Sequeira Cabrita
PCMSCJMR- Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz, sr. Dr. João Militão Rodrigues
PCPFMF- Presidente da Casa dos Pescadores do Funchal, Comandante Moura da Fonseca
PDGBMGM- Presidente da Direção do Grémio dos Bordados da Madeira, Gilberto Macedo
PDTJRBM- Presidente da Delegação de Turismo, José Rafael Basto Machado
PFM
PJGDATS- Presidente da Junta Geral Distrital, António Teixeira de Sousa
PJGDRV
PPF- Pintor Francisco Maya
PRAT- Presidente da República Américo Tomás
PRCL- Presidente da República, Francisco Higinio Craveiro Lopes

PSDSCMT- Presidente da Secção Distrital do Sindicato dos Construtores, Manuel Teixeira

SECTJOM- Secretário de Estado das Comunicações e Transportes, João de Oliveira Martins

SEITCMB- Secretário de Estado da Informação e Turismo, César Moreira Baptista

SEOPPE- Secretário de Estado para as Obras Públicas, José Pinto Eliseu

SGDQSS- Secretário do Governo do Distrito, Quirino Spencer Salomão

SPSIMP- Superiora do Preventório de Santa Isabel e Diretora da Escola de Enfermagem São José de Cluny, Madre Pedro

VGDCMFC- Vigário Geral da Diocese, Cónego Manuel Francisco Camacho

Introdução

“[As imagens] vagueiam entre os meios históricos que foram sendo inventados. São nómadas que armam a sua tenda em cada novo meio criado ao longo da história, antes de se dirigirem para o próximo”

Hans Belting, *Antropologia da Imagem*, 2014, p. 268

Objetivos e Problemática

Diz-se que as memórias do passado orientam o presente, quer coletivo, quer individual, e que o nosso presente um dia será passado. Quer isto dizer que a história é indissociável de um contexto, e que cada contexto reinterpreta a história. Então o que constitui a “história”? Tradicionalmente, caracteriza-se como a recolha de factos do passado; porém, também proporciona a criação de significado além da vida humana, o fomento da ideia de continuidade e de propósito.

Hoje, no Ocidente, acreditamos num mundo livre. Acreditamos na igualdade entre homens e mulheres, no direito da mulher sobre o seu corpo, na liberdade de orientação sexual, no direito à identidade de género, na proteção das minorias, na luta contra o racismo e a xenofobia, e na defesa do Estado Social. Todavia, nenhum destes avanços é perene. A abono da verdade, vivemos na vertigem da perda destes direitos. Talvez pelo facto, entre outros, da memória sobre o século XX estar-se a dissipar.

As duas Guerras Mundiais que assolaram a Europa e as consequentes atrocidades contra a vida humana, a destruição, a fome e a morte de milhões de europeus e de outros continentes, durante meados do século XX, serviram de fundamento para a formação de novos projetos de cooperação internacional: a Organização das Nações Unidas (1945), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (1949) e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1951). Simultaneamente, os Estados Unidos da América ascenderam a potência mundial, fazendo tremer o *status quo* que durante séculos esteve nas mãos dos europeus.

O poder hegemónico estadunidense seria efetivamente consolidado durante a Guerra Fria. Momento de tensão internacional que opunha o Ocidente ao Bloco Soviético, os valores democrático-liberais aos valores socialistas. Esta oposição ideológica já se verificava, na Europa, desde os anos 20, em particular, no

anticomunismo dos regimes fascistas ou fascizantes. Essa rivalidade, em certa medida, mantém-se até aos dias de hoje na dicotomia entre esquerda e direita.

Os nomes de Joseph Stalin (1878-1953), Adolf Hitler (1889-1945) e Benito Mussolini (1883-1945) tornaram-se sinónimos de regimes totalitários, causas de arrepio aos valores que circulavam no “velho continente” nos anos 50. Contudo, alguns Estados ampararam os ventos democratizantes europeus. Entre eles o Estado português, nas mãos do autoproclamado “Estado Novo”, regime ditatorial, nacionalista, autoritário e corporativista, que vigorou durante 41 anos, entre 1933 e 1974.

O regime estadonovista, encabeçado por António de Salazar (1889-1970), devido às realidades políticas, económicas, culturais e sociais de onde emergira, tornavam-no um fenómeno historicamente idêntico, porém, de expressão algo distinta dos restantes fascismos da época. O seu teor ideológico e propagandístico, consolidado durante os anos 30, recebia influências integralistas e ultraconservadoras, mas, também contributos fascizantes oriundos dos emergentes fascismos europeus, não sendo por acaso que Salazar ostentou durante anos, sobre a sua secretária, o retrato autografado de Mussolini.

A fabricação ideológica, quer através do revisionismo histórico, quer através da homogeneização popular da cultura, denota a importância do mito nacional, para se fazer cumprir o carácter regenerador que o “Estado Novo” apregoava. Assim, a história tornara-se instrumento para fazer cumprir as necessidades e os desejos políticos: um povo temente a Deus, ordeiro, submisso, patriota, exemplar no trabalho, devoto à família e renegado à modéstia, senão mesmo a uma certa “pobreza redentora”.

É nesse sentido que surge o sistema de propaganda e inculcação ideológica, assente no Estado e estendendo-se ao quotidiano das pessoas, das famílias, no trabalho, no lazer e na escola. Sintetizado, pelo historiador Fernando Rosas, como, por um lado, um sistema de enunciação — organização, padronização e difusão de informação ideológica — e, por outro, como um sistema de inculcação — manutenção do consenso e da ordem, mas que não se afasta muito, no entanto, de toda uma liturgia de poder que vem de tempos imemoriais, pelas mãos da Igreja e do Estado desde o tempo de Trento e da Monarquia, assim chegando até nós.

O Secretariado de Propaganda Nacional, criado em 1933, e enquanto centro unificador do discurso ideológico do regime, apropriar-se-ia das artes plásticas, sentenciando-as, quase ao óbito ideológico. A instituição alcançaria todos os instrumentos capazes de transmitir a narrativa e a imagética do Regime. Assim, as artes plásticas, o cartaz, a rádio, o livro, o teatro, o cinema e a fotografia, tornaram-se parte do aparato da recriação simbólica dos valores do “Estado Novo”. Simbólica constantemente revisitada nas comemorações e celebrações de visitas e datas históricas, de tónica nacionalista e imperial.

De todas estas manifestações/encenações faziam parte as iluminações, o desfile de bandas militares, largadas de pombos, grupos folclóricos, paradas militares, *Te-Deum*, fogo de artifício, jantares de gala e inaugurações, numa verdadeira estilização imperial. As últimas intimamente relacionadas com a política de obras públicas de gosto historicista e monumentalista e do fomento da industrialização do país, que, acrescentando-se, com mais ou menos variantes, também chegou até nós.

Como instrumentos deste aparato propagandístico associado à política colonial de visitas presidenciais aos territórios ultramarinos, em especial os territórios africanos, que surgem os álbuns fotográficos de visitas de Presidentes da República. A partir de documentação inédita, disponibilizada pela Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, procuraremos traçar um esboço da imagem institucional empregue nestes objetos museológicos no período cronológico de 1955 a 1973.

Metodologia e Fontes

As principais metodologias adotadas na investigação de fenómenos sociais e humanos são os casos de estudo, o método experimental, as sondagens, a descrição histórica, a análise quantitativa e/ou qualitativa e o tratamento de informação arquivística (Yin, 2003 [1994], 1). Cada estratégia apresenta vantagens e desvantagens, dependendo de três condições: a pergunta de partida, o controlo que o investigador possui sob o fenómeno a estudar e o período temporal em análise (*Ibidem*, 5).

Independentemente da metodologia seguida, esta pode ser utilizada para satisfazer propósitos exploratórios, descritivos ou explanatórios (*Ibidem*, 3). Contudo,

apesar de objetivos distintos, os métodos, possuem pontos de contacto entre si pelo que, cabe ao investigador procurar a estratégia mais vantajosa para o estudo a desenvolver (*Ibidem*, 5). Para tal, consideremos, o quadro proposto por Yin (Quadro 1).

Definimos como pergunta de partida da presente dissertação: qual a imagética que os álbuns veiculam, as suas continuidades e ruturas ao longo do tempo? Assim, e considerando o Quadro 1, procuramos perceber como é que os álbuns institucionais foram utilizados pelo regime estadonovista, quais as mudanças na narrativa entre álbuns e o porquê da sua utilização. Yin nota que as perguntas de partida que se focam no “como” e no “porquê” tendem a ser de natureza explanatória e, por sua vez, a estarem associadas a metodologias como os casos de estudo, descrição histórica e métodos experimentais (*Ibidem*, 6).

Metodologia	Questão de Partida	Controlo sob o fenómeno	Período temporal
Experimental	Como, porquê?	Sim	Contemporâneo
Sondagens	Quem, o quê, onde, quantos, quanto?	Não	Contemporâneo
Análise arquivística	Quem, o quê, onde, quantos, quanto?	Não	Contemporâneo/ histórico
Descrição histórica	Como, porquê?	Não	Histórico
Estudo de Caso	Como, porquê?	Não	Contemporâneo

Quadro 1 — Metodologia a adotar com base na questão de partida, controlo sob o fenómeno e o período temporal da investigação. Fonte: (Yin, 2003 [1994], 5).

Reconhecendo o carácter explanatório da nossa investigação e corroborando que não possuímos controlo sob o fenómeno, podemos excluir a metodologia experimental. Assim, o que nos fará decidir entre descrição histórica ou estudo de caso será o período temporal. Retomando o pensamento de Yin, o “histórico” aplica-se “[...] quando nenhuma pessoa relevante está viva para testemunhar, mesmo que em retrospectiva, o que ocorreu e quando o investigador se deve basear em documentos primários,

documentos secundários, artefactos culturais ou físicos como principais fontes de evidência”¹ (*Ibidem*, 7).

Atendendo às premissas enunciadas o tratamento metodológico a adotar deverá ser o da descrição histórica, pois não temos acesso aos intervenientes históricos e a nossa fonte de evidência são documentos primários, os álbuns institucionais de visitas presidenciais. Esta fonte é constituída por documentos visuais, fotografias, pelo que importa tecer algumas considerações.

A documentação visual, em particular as fotografias, nem sempre são vistas como uma preocupação pelos profissionais de informação, para tal contribui o facto da “[...] maioria dos documentos existentes para tratamento em centros de documentação ainda [ser] de carácter textual e, por isso, o documento fotográfico acaba por ser deixado para segundo plano” (Rodrigues, 2017, 55).

Consideramos que a documentação pode tomar diferentes formas “seja papel, texto, dado, ficheiro, obra, livro, página ou imagem, o documento informa, mostra ou representa” (Serén, 2011, 183-184). Como nota Aline Lopes de Lacerda, a fotografia nunca partilhou uma função documental semelhante aos recibos ou certidões, pelo que “o valor documentário da imagem fotográfica foi socialmente construído, uma vez que o resultado da imagem não era reconhecido como representação, mas como canal transparente do próprio objecto representado” (Lacerda, 2012, 290).

[...] à fotografia não assiste uma origem, mas sim um indício. Uma origem é algo remoto, distante, consome-se no seu aparecimento, um indício é circular, volteia o seu significante, mantém-se, tal como o negativo, numa perturbação *in fieri*, na medida em que nunca existe um sentido do completo em si (Tavares 2002, 97).

Argumento semelhante ao de Maria do Carmo Serén de que “um documento é também um objecto social e, como tal, situa-se entre a materialidade dos objectos físicos e a imaterialidade dos objectos ideais; depende e existe se as pessoas acreditarem que ele existe” (Serén, 2011, 183-184). Assim, para a crença na objetividade da fotografia, importa que, para a imagem ter valor documental, “[...] [possua] as necessárias conexões identificadoras com os elementos referente” (Lacerda, 2012, 295), ou seja, “[...] afirmar que uma imagem é um documento significa dizer que ela representa ou tem a

¹ No texto original: “[...] when no relevant persons are alive to report, even retrospectively, what occurred and when an investigator must rely on primary documents, secondary documents, and cultural and physical artifacts as the main sources of evidence”

capacidade de representar um facto, um assunto, um tema, uma situação que foi impressa, num processo físico-químico, na materialidade física do objecto fotográfico [...]” (*Ibidem*).

A documentação fotográfica é, por tudo isto, um acrescento de legibilidade às narrativas da história (Serén, 2010, 73):

Apropriada pela semiótica, a imagem fotográfica é-o também pelo humanismo que percorre a filosofia no após guerra, exorcizando as memórias do conflito e negando as diversas intenções críticas que o Modernismo tinha desenvolvido. A fotografia via-se então como um índice (representava um traço físico do mundo, plasmado pelas cinzas dos fotões, numa relação de causa e efeito), mas também como um ícone (semelhante ao real) ou um símbolo (convencional). No fundo, uma superfície onde não podemos eliminar o real, mas onde outras informações se acumulam. (Serén, 2011, 186).

Assim, e considerando a tendência do crescente interesse sobre os fotolivros², periódicos, catálogos, folhetos, guias ou cartazes tem-se desbravado caminho para novas abordagens historiográficas que “[...] têm demonstrado um significado acrescentado que ultrapassa o mero valor documental das imagens, onde a arte e o documentário, o conhecimento e o poder, mas também a subjetividade ou a provocação, constroem discursos e narrativas visuais [...]” (Serra, André e Cabral, 2021, 24).

A relevância da fotografia e a sua inserção na esfera pública testemunham assim as exigências e expectativas das novas gerações em relação às imagens, o incremento da sua visibilidade e a circulação nas esferas públicas.

² Na língua portuguesa ainda não existe uma distinção clara entre *fotolivros* e *álbuns de fotografias*, contrariamente ao que acontece na língua inglesa (consultar a dissertação de mestrado de José Luís Afonso Neves, na Universidade de Ulster, com o título *The many faces of the photobook: establishing the origins of photobookwork practice*, disponível em: <https://ethos.bl.uk/OrderDetails.do?uin=uk.bl.ethos.733979>). Por *fotolivros* ou *livros de fotografia* consideramos publicações, com fins comerciais, cuja temática principal é a fotografia podendo ser acompanhados, ou não, por texto. Contrariamente os *álbuns de fotografias* ou *álbuns fotográficos* não possuem fins comerciais, sendo o seu uso essencialmente mnemónico, podendo, ou não, conter legendas.

Capítulo 1 — Conceitos Operativos

1.1 A fotografia

Acreditamos que apresentar uma breve visão sobre o que é a fotografia e sobre a forma como as imagens adquirem significado, é fundamental e enriquecedor para a compreensão do trabalho que apresentamos. Todavia, não pretendemos aproximarmos de uma história da fotografia, das suas técnicas ou da sua mecânica. Temos por objetivo abordar a fotografia enquanto fonte, pelo que o nosso ponto de partida é o momento *a posteriori* à captura fotográfica: o momento da sua interpretação.

Com a invenção dos primeiros processos de fixação de uma imagem, por meio da luz, em papel, os mecanismos de construção de memória foram reformulados. Mecanismos com origem em processos deliberados, quando existe a intenção de preservar um momento, ou produzidos de forma indireta, vocacionados para outros fins, mas que, porém, através do processo de conservação adquirem novos significados e usos (Pinheiro, 2011, 107).

Ao abordarmos a temática da fotografia interrogamo-nos quanto às suas características, ao seu valor cultural e ao seu propósito social. David Bate periodiza a teoria fotográfica em três momentos relevantes: o realismo do século XIX, a reprodução em massa do princípio do século XX e os debates críticos das décadas de 60 e 70 (Bate, 2016, 43-49). Prince e Wells referem um quarto momento, relacionado com os debates sobre a imagem digital e o espaço virtual, iniciados após 1980 (Prince e Wells, 2015, 30).

Ao longo dos anos a prática da fotografia foi sendo democratizada, tendo contribuído para tal a evolução na mecânica, na eletrónica, na ótica e na química (Pinheiro, 2011, 108). A diminuição dos custos associadas à prática possibilitaram a democratização da mesma, influenciando a fotografia para todas as atividades humanas. Pelo que, ao definirmos períodos para a sua evolução teórica, devemos ter em atenção a diversidade de disciplinas que a utilizam e, conseqüentemente, os seus debates.

O lato espectro de temáticas de que se serve a fotografia, produz um acervo rico e variado de documentos passíveis de serem utilizados como fontes de investigação

académica. Método e instrumento já adotado, desde o século XIX, pela Antropologia e suas subdisciplinas. O mesmo não acontece, no entanto, com a História. Embora a Fotografia e a História sejam produtos da mesma época e partilhem objetivos, são poucos os trabalhos que recorrem à fotografia como fonte histórica (Pinheiro, 2011, 107), que continua subjugada à construção pura e dura do texto escrito muito pouco ilustrado.

Importa distinguir a História da Fotografia do uso da mesma fotografia como fonte primária. Diremos que a História da Fotografia é uma subdisciplina da História de Arte (Tagg, 1988, 117), como tal estuda o objeto artístico com valor em si, privilegiando o estudo das grandes obras e dos grandes mestres (Pinheiro, 2011, 108). Diremos, também, que a fotografia como fonte é parte da História Social, funcionando como testemunho do que a sociedade produziu, representou ou quis representar num determinado período (*Ibidem*).

Podemos também afirmar que a História da Fotografia estuda a evolução de uma disciplina artística e que, a sua formação, se deve à necessidade de legitimação da prática enquanto forma de arte (*Ibidem*). Por outro lado, a História Social “procura o comum, o estereotipado, já que é o que corresponde a uma prática mais generalizada” (*Ibidem*), tomando a “[...] fotografia banal e vernácula” (*Ibidem*) como seu objeto de estudo. A distinção vincada da História da Fotografia e da História Social não é frutífera, pois não são incompatíveis (*Ibidem*, 109).

Note-se que a “utilização da fotografia como fonte é em parte contemporâneo do estruturalismo e também da crítica da veracidade da imagem fotográfica” (*Ibidem*). Com o aparecimento da daguerreotipia e da calotipia surgiram as primeiras interrogações sobre a fiabilidade da fotografia ao real e quanto ao papel do fotógrafo no processo. Questionamentos ontológicos sobre a representação do real e da perceção do mundo, espoletando o debate sobre se a fotografia era, ou não, arte percorreram parte do século passado. Discussão que se alongava também à sua inclusão dentro dos movimentos artísticos oitocentistas, como o Realismo, o Pictorialismo, o Naturalismo e o Impressionismo.

A democratização da fotografia originou um frutífero desenvolvimento teórico, nas décadas 20 e 30 de novecentos, procurando situar a disciplina nos desenvolvimentos tecnológicos seguintes à Primeira Guerra Mundial. É neste contexto que, em 1936, é

publicado um dos clássicos sobre fotografia, *The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction*, de Walter Benjamin (1892-1940), obra onde explora a relação entre produção fotográfica e reprodução em massa das imagens com o seu impacto na transformação da arte, das pessoas e do espetador (Bate, 2016, 46).

John Berger (1926-2017), influenciado pelos estudos de Walter Benjamin, publica, em 1972, *Ways of Seeing*. Obra que trata a relação entre a fotografia e a pintura, debruçando-se sobre a transformação que a fotografia espoletou nas formas de observar, culminando numa análise sobre o papel das imagens na sociedade de consumo, por meio da publicidade. *Ways of Seeing* posicionou a fotografia como parte, tanto, da esfera privada como da esfera pública, mostrando a importância que as imagens fotográficas possuem para a disseminação dos valores sociais e culturais (Bate, 2016, 47).

1.2 Estado Novo

O Estado Novo consiste na designação adotada pelo regime instituído pela Constituição de 1933. Vigorou entre 9 de abril de 1933, data da entrada em vigor da Constituição, até ao golpe militar do 25 de abril de 1974 que pôs fim ao clima autoritário que assolava Portugal desde a Ditadura Militar de 28 de maio de 1926³.

O regime apresentava-se como uma alternativa ao demoliberalismo e à ameaça vermelha, ideais que sussurravam no sul e leste do continente europeu, gerando regimes autoritários, nacionalistas e corporativistas (Rosas e Brito, 1996, 316). Para a institucionalização do regime terão contribuído o atraso geral da população, a ruralidade, a perifericidade e as constantes crises económicas que lavraram Portugal.

Para as classes dominantes a resposta às crises económicas passava pela redefinição do papel do Estado. Procuravam um Estado desembaraçado da instabilidade do parlamentarismo e capaz de reequilibrar o orçamento estatal. Papel que o Estado Novo será capaz de desempenhar através de um delicado equilíbrio entre as direitas portuguesas, incluindo as franjas monárquicas, sempre com o objetivo da sobrevivência do regime.

³ Cf., entre outros, MADUREIRA, Arnaldo, *28 de Maio: A génese do Estado Novo*, Lisboa, Clube do Autor, 2016, ou, em versão quase da época, DELGADO, capitão Humberto, *28 de Maio, peça em e actos radiodifundida em 28 de Maio de 1939 pelo Rádio Club Português*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1939.

Rosas e Brito propõem a periodização do Estado Novo em 6 fases (*Ibidem*, 317-319):

1. 1926-1933: período de transição da Ditadura Militar para a total institucionalização do Estado Novo.
2. 1934-1940: implantação e consolidação do Estado Novo.
3. 1941-1949: primeira crise do regime.
4. 1949-1958: período de mudanças na economia, na sociedade e no regime.
5. 1958-1968: segunda crise do regime.
6. 1968-1974: *Marcelismo* — tentativa de movimento de reforma do regime.

No primeiro momento ocorreu a institucionalização do regime através de um processo de assimilação e rejeição estruturando o plano comum às várias direitas da direita portuguesa permitindo-lhes alcançarem e manterem o poder. A República espanhola, proclamada a 14 de abril de 1931, e, posteriormente, o resultado eleitoral de 1936 levou o governo de Salazar a “[...] apoiar por isso a sublevação nacionalista encabeçada por Franco contra o legítimo governo de Espanha, o alzamiento de 18 de julho de 1936, que marca o início da guerra civil” (Madeira, 2008, 8). No contexto português, resultou na derrota da resistência político-militar do reviralhismo⁴ e do movimento operário. A integração das correntes nacional-sindicalista e republicano-conservadora e o início de funcionamento das novas instituições com as eleições para a Assembleia Nacional de 1934 marcam a transição para o segundo momento.

Os seis anos que lhe seguiram foram marcados pela implementação e consolidação do regime: a sujeição das Forças Armadas, a criação da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa e a aliança com a Igreja Católica, que vinha desde o 28 de maio de 1926 e do Congresso Mariano de Braga, que lhe servira de berço. Com o término da Segunda Guerra Mundial ocorre a primeira crise no regime, o terceiro momento periodizado, fruto da vitória das democracias sobre os regimes de Hitler e de Mussolini, bem como o desequilíbrio interno causado pela pressão do movimento grevista e da reorganização da oposição.

⁴ Designação dada a todo um conjunto de ações políticas contestatárias contra as várias formas de ditadura advindas do *28 de Maio*, no sentido de revirar a situação, levada a efeito pela oposição republicana, democrática e liberal, entre 1926 e 1931, a última das quais, conhecida como Revolta da Madeira, desse último ano.

Entre 1949 e 1958 crescem as tensões internas do regime: a corrente reformista e modernizante ganha força, contrastando com o setor ultramontano e ruralista, e surgem frustrações, encobertas, de expectativas de melhoria das novas camadas sociais, ligadas à indústria e aos serviços. O quinto momento é fruto das tensões que se vinham a acumular. É um período em que cresce o sentimento anti-salazarista, espoletado pela candidatura de Humberto Delgado (1906-1965) à presidência da República, em maio de 1958.

A partir de então é um crescendo de desastres para o Regime, com a “operação Dulcineia” do capitão Henrique Galvão (1895-1970) que, em janeiro de 1961, desvia o paquete *Santa Maria*, com larga cobertura dos media internacionais, em março com o início da guerra colonial em Angola, 1 de agosto, o cerco e captura do pequeno o forte de São João de Ajudá, por forças de Daomé (atual Benim), a 17 de dezembro, a invasão do conjunto de territórios da antiga Índia Portuguesa⁵, de 31 desse mês para 1 de janeiro, uma revolta militar e civil no quartel de Beja, durante a qual morre um secretário de Estado e depois, ainda a explosão do movimento estudantil, ao longo de 1962.

O regime sobreviverá a esta crise, mas não se recomporá mais: irremediavelmente dividido internamente, isolado internacionalmente pela recusa em encarar uma solução política para a guerra colonial, deparando com uma oposição crescentemente radicalizada — os últimos anos do salazarismo, apesar do crescimento económico, serão os do apodrecimento inelutável de um regime incapaz de se adaptar aos grandes desafios da sua época: o da descolonização e, por essa via, o da integração europeia (Rosas e Brito, 1996, 318).

Em agosto de 1968, António de Oliveira Salazar sofreu uma queda que o incapacitou para continuar em funções e que haveria de culminar no seu tardio falecimento a 27 de julho de 1970. O almirante Américo Tomás (1894-1987), entretanto, convocou o Conselho de Estado, a 18 de setembro de 1968, onde foi indigitado para presidente do Conselho de Ministros Marcello Caetano (1906-1980), em condições algo inusitadas, pois não teria sido convocado, tomando posse a 23 de setembro do mesmo ano.

O período do seu governo foi apelidado de *Primavera Marcelista* ou, simplesmente, *Marcelismo*, pois de que de “primavera”, acabou por ter pouco. Durante

⁵ A Madeira mantinha então uma companhia de Infantaria mobilizada pelo BI 19 naquela antiga Província Ultramarina, que passou então alguns meses um campo de prisioneiros.

este período procurou-se empreender uma reforma do regime, ensaiando reformas sociais, económicas e os primeiros passos para uma abertura política, algo tímida, inclusivamente, com recurso aos novos meios de comunicação como foi o caso da televisão e das “*Conversas em família*” do novo presidente do Conselho. Como é patente no nome utilizado, tudo tendia a voltar ao mesmo, até porque Salazar só viria a falecer em 1970 e, todavia, sem uma solução para a Guerra Colonial, os principais problemas mantinham-se.

[...] não querendo, não podendo, ou não sabendo, a tempo, encarar a solução política da guerra colonial, a sua continuidade iria provocar o congelamento da via reformista inicial, operar uma viragem repressiva do regime que acentuaria a sua divisão e isolamento, estender o descontentamento a certas cúpulas militares, mas, especialmente aos «capitães» que dirigiam a guerra no terreno (Rosas e Brito, 1996, 319).

Em abril de 1969, Marcelo Caetano desloca-se aos territórios ultramarinos “[...] de forma encenada, com inúmeras manifestações patrióticas dos escuteiros e dos elementos da Mocidade Portuguesa nas capitais das províncias ultramarinas, mas poucos contactos com os militares no terreno de guerra [...]” (Carita, 2020, 218). Cinco anos depois, a 25 de abril de 1974 uma conspiração política e militar derrubava o regime.

1.2.1 Da propaganda geral do regime aos álbuns de Visitas Presidenciais

Numa entrevista do então recém-nomeado diretor do Secretariado da Propaganda Nacional⁶, António Ferro (1895-1956), ficamos a conhecer os traços gerais da propaganda que viria a ser veiculada pelo Regime:

Fazer hoje propaganda nacional interna ou externa é fazer a propaganda [...] da obra empolgante da actual situação: estradas, nova esquadra, novas escolas e liceus, administração impecável, regime corporativo, assistência pública, princípios essenciais da nova Constituição, renovação moral e social [...] Organizar grandes espetáculos gratuitos para os pobres, para os

⁶ Foi o general açoriano Filomeno da Câmara de Melo Cabral (1873-1934), que prefaciara o livro de António Ferro (1895-1956) *Viagem à Volta das Ditaduras* (1926), que sugeriu a Salazar (1889-1970) a criação de um organismo que fizesse propaganda aos feitos do regime, sob o lema *Política do Espírito*, altura em que Ferro publicava um conjunto de entrevistas com Salazar: *Salazar; o Homem e a Obra*, 1933. Esse organismo chamou-se, a partir desse ano de 1933, *Secretariado de Propaganda Nacional* até ao final da II Grande Guerra, quando passou a chamar-se *Secretariado Nacional de Informação*, ou *SNI*. Através deste organismo articularam-se as áreas do espetáculo, jornalismo, turismo e as atividades culturais em geral ligadas ao Estado Novo, sendo Ferro comissário-geral das exposições internacionais de Paris (1935) e de Nova Iorque (1938), sendo fundador do Museu de Arte Popular, das Pousadas de Portugal, da Sociedade Portuguesa de Autores, do Círculo Eça de Queiroz e do Grupo de Bailado Verde Gaio, e presidente da Emissora Nacional (1941). António Ferro, dirigiu aquele organismo até 1949, quando partiu, ou foi forçado a partir, para a legação portuguesa em Berna.

desempregados, para todos aqueles que vivem longe das grandes cousas belas e harmoniosas [...] Fazer uma série de publicações de carácter nacionalista, e, imediatamente, um grande álbum de luxo: “Portugal 1934” que documente com gravuras expressivas, irrespondíveis, o que se tem feito em Portugal nos últimos sete anos. (*Diário de Lisboa*, 11-10-1933, 5).

Entre toda a enumeração dos objetivos do novo regime, António Ferro, especifica a necessidade, imediata, de criação de um álbum de fotografias para a documentação dos feitos da Ditadura Militar. Esta urgência de demarcação dos feitos alcançados durante a Ditadura Militar em relação à instável I República irá dar o mote para lançar o país no resgate pelo ideário estadonovista, traduzido em toda uma campanha de obras públicas.

Note-se que é através do álbum de fotografias, de forma geral, que se procurará expressar a narrativa do regime. Por este motivo, definiremos como princípio da política propagandística dos álbuns de fotografias, o álbum *Portugal 1934*⁷. Nos anos que se seguiram a “[...] fotografia documental e reportagens fotográficas seriam o suporte comunicativo de exposições e edições” (Serra, André e Cabral, 2021, 23).

O Secretariado de Propaganda Nacional produziu documentação subordinadas a temáticas como “[...] retratos de líderes, obras públicas, monumentos históricos, paisagens, documentação dos territórios coloniais [...]” (Echagüe, 2021, 41), todavia esses temas não eram pioneiros, nem politicamente, nem culturalmente, pois já os encontramos em álbuns de fotografias datados do século XIX. Como são exemplos os álbuns: *O Douro Ilustrado*⁸, *Álbuns dos Caminhos-de-Ferro do Douro, Minho e Beira-Alta*⁹, e *Le Portugal au Point de Vue Agricole*¹⁰.

Todavia esta forma propagandística extrapola as fronteiras portuguesas, sendo empregue pelos regimes fascistas e soviético do século XX. Curiosamente, os álbuns publicados pela chancela do Estado Novo, em especial, *Portugal 1934* e *Portugal 1940* possuem referências explícitas aos modelos soviéticos, nomeadamente a revista *URSS em Construção* (Echagüe, 2021, 44).

⁷ Cf. REVEZ, Natacha Finz Machado Paulino, *Os álbuns Portugal 1934 e Portugal 1940. Dois retratos do país no Estado Novo*, tese de mestrado orientada por Margarida Acciaiuoli de Brito e apresentada na Universidade Nova de Lisboa, em setembro de 2012.

⁸ Ed. 2º Visconde Vila Maior (1809-1884), Porto, 1876.

⁹ Produzidos pela Casa Biel em 1893.

¹⁰ De 1901.

A ideologia é assim um sistema representativo da realidade por oposição ao intrínseco:

A expressão fotográfica permaneceu como o último reduto de uma ortodoxia cultural que resistiu mesmo aos laivos de modernização temperada propostos por António Ferro. A natureza deste ideário seria mantida durante décadas, alheando-se de todas as manifestações culturais suas coevas, nomeadamente à importante clivagem que se inicia com os movimentos surrealista e neo-realista, nos quais uma nova geração, em ruptura com o modernismo oficial, se comprometeu igualmente numa militância política de contestação da ditadura. (Tavares, 2002, 102).

Embora de grande aparato no século XX, a fotografia tardou a merecer estudos sobre o seu conteúdo e evolução. Pelo que importa destacar o trabalho pioneiro de António Sena (1941-) a exposição, divulgação e investigação da fotografia em Portugal. Entre exposições, na galeria por ele formada, *Ether*¹¹, e a *História da Imagem Fotográfica em Portugal 1839-1997*¹² (1998) o trabalho de António Sena caiu no esquecimento, até recentemente Susana Lourenço Marques (1975-) lançar o livro *Ether: Um Laboratório de Fotografia e História* (2018).

Importa referir, também, os trabalhos recentes sobre fotografia colonial, *O Império da Visão. A Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)* (2014), coordenado por Filipa Lowndes Vicente (1972-), e *Visões do Império* (2021), coordenado por Miguel Bandeira Jerónimo (1973-) e Joana Pontes (1960-).

1.3 Protocolo

É através do protocolo que se organiza e confere dignidade às cerimónias, efemérides, representação interna e externa do Estado. Como afirma José de Bouza Serrano “[...] o Protocolo se encontra intimamente ligado ao poder, como sinal visível desse próprio poder [...]” (Serrano, 2017 [2011], 24).

O Protocolo é mais que a forma como as pessoas estão organizadas, por lei, segundo a sua importância, é, também, o relacionamento através da forma escrita e oral, as formas de tratamento, o vestuário, as condecorações, a segurança e os media. Tal

¹¹ Inaugurada em 1982 durante a sua atividade possibilitou diversas exposições à fotografia abstrata, a trabalhos documentais de autores portugueses e à revisão das produções propagandísticas do SPN. entre as suas exposições destacam-se: *Lisboa “Cidade Triste e Alegre”* (1982) e *Olho por Olho, Uma História da Fotografia em Portugal 1839-1992* (1992).

¹² Considerado por muitos o maior trabalho de Sena, consiste numa reprodução de livros e revistas ilustradas.

como Serrano, acreditamos que o Protocolo serve, e serviu, para “[...] enviar avisos ou mensagens subliminares, com finalidades ou significado políticos” (*Ibidem*, 26-27).

Até à Lei das Precedências¹³ “um longo caminho de ajustes na ordem dos cargos políticos ainda viria a ser percorrido [...]” (Sequeira, 2015, 25) pelo que, no Estado Novo, a definição de visita de Estado, oficial, privada ou escala técnica não estava definida de uma forma clara. Importa, também, ter em consideração o contexto do ultramar português e a necessidade do regime se afirmar nestes territórios, pela força e pela diplomacia.

Na atualidade as deslocações à Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa são programadas em articulação com a Embaixada no país e, depois de estabelecido e aprovado o programa, é enviada uma missão preparatória de Portugal a fim de acertar detalhes com as autoridades locais.

Em conjunto, visitam os locais onde decorrerão as diversas cerimónias previstas no programa, o local de instalação do Casal Presidencial e comitiva (em residências oficiais ou hotéis), preveem os meios de transporte necessários, as questões de segurança, as ementas e as preferências culinárias, os eventuais presentes e a troca de condecorações, se estiver prevista [...] também se costuma prever, nos casos em que pela complexidade ou distância se justifique, o envio de uma missão avançada, que irá dias antes e já no terreno recebe, à chegada, o Presidente da República em visita de Estado nesse país. (Serrano, 2017 [2011], 108-109).

É definida uma comitiva oficial (que costuma incluir membros do Governo e deputados), os convidados do Presidente da República, os empresários e jornalistas (*Ibidem*, 108). A presença de empresários é um aspeto relevante das visitas pois, hoje, “procura-se que, para além da representação internacional, exista uma frente de homens de negócios e uma representação cultural que possam encontrar-se e fortificar as relações com as suas contrapartes locais” (*Ibidem*).

1.3.1 Protocolo das visitas presidenciais

Numa pasta da secção de Reservados da Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira encontramos um dossiê identificado como *XVII - 01- Recepções - Protocolo - Visitas do P.R. 1971* que contém documentação de contexto anexada: uma circular, um despacho, um esquema da programação da visita e três livretes.

¹³ A Lei das Precedências do Protocolo do Estado Português só foi aprovada a 25 de agosto de 2006, Lei n.º 40/2006.

A circular de remetida pelo Ministério do Interior data de 27 de setembro de 1971 e é dirigida ao Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal, então o coronel António Braamcamp Sobral (1912-1987), lê-se:

Para conhecimento e devidos efeitos, tenho a honra de enviar a V. Ex^a cópia do Despacho hoje exarado por Sua Excelência o Ministro do Interior, respeitante ao procedimento que deve ser adoptado pelas entidades e autoridades locais durante as visitas de Sua Excelência o Senhor Presidente da República (Governo Civil do Distrito Autónomo do Funchal, 1971).

A presente investigação não conseguiu apurar nenhuma outra documentação de contexto referente às visitas de Presidentes da República. Todavia, considerando que foi elaborado um despacho para as visitas a partir de 1971 e que os livretes¹⁴ anexados datam de 1969, acreditamos que tenha existido documentação idêntica para as restantes receções anteriores.

No despacho definem-se as diretrizes que orientaram a visita do Presidente da República. Garantindo que “as visitas oficiais de Sua Excelência o Presidente da República, devem revestir-se sempre da mais alta dignidade e satisfazer um protocolo rígido que não pode sofrer desvios e um programa detalhado que não deve ser alterado sem prévia autorização [...]” (*Ibidem*). Pelo que os programas oficiais publicados nos matutinos regionais, dias antes das visitas, consistem em documentos definidos minuciosamente.

Pode-se, portanto, afirmar que a programação das visitas procurou garantir que uma determinada imagem fosse transmitida às comunidades madeirenses e portossantenses. O despacho define o objetivo das visitas como o de “[...] corresponder a convites das populações formulados por intermédio dos seus representantes naturais — Câmaras Municipais dos respetivos concelhos [...]” (*Ibidem*), acrescentando nas linhas seguintes, numa linguagem notória e perentoriamente nacionalista, “[...] para proporcionar ao Venerado Chefe do Estado a oportunidade de receber as homenagens que lhe são devidas e tomar contacto com a vida das mesmas populações na sua expressão mais autêntica” (*Ibidem*).

Como já foi referido no capítulo anterior, as visitas presidenciais eram parte da política propagandística do Estado Novo, pelo que muitos momentos eram

¹⁴ Ministério do Interior (1969), *Organização das cerimónias por ocasião da visita de Sua Excelência o Presidente do Conselho de 17 a 20 de abril de 1969*; Ministério do Interior (1969), *Visita de Sua Excelência o Presidente do Conselho de Ministros a Moçambique (cerimónias e programa para as senhoras)*; Governo-Geral de Moçambique (1969), *Visita de Sua Excelência o Presidente do Conselho de Ministros a Moçambique*.

influenciados por diretrizes oriundas do regime. Exemplo dessas diretrizes é a obrigatoriedade de grande parte das instituições e entidades locais serem obrigadas a participar nas celebrações:

As autarquias — as Câmaras e as Juntas de Freguesia — bem como todas as instituições e actividades colectivas do concelho, desde as associações recreativas, beneficentes e humanitárias aos organismos corporativos, sindicatos e grémios, às escolas, às empresas e aos serviços públicos ou de interesse geral deverão tomar parte directa nestas recepções, nas saudações e cumprimentos ao Chefe do Estado e dispor de lugar próprio no plano das mesmas recepções (Governo Civil do Distrito Autónomo do Funchal, 1971).

Participação que deveria ser informada, organizada e manifestada oportunamente, por forma a “[...] manifestar directamente ao Chefe do Estado não só a sua presença respeitosa como a qualificação social” (*Ibidem*).

No mesmo despacho são ainda dadas informações quanto aos serviços de policiamento, que ficam a cargo da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, quanto ao “[...] trânsito, à disciplina dos veículos e dos peões, e à presença de população, procurando um comportamento benévolo e firme dos guardas [...]” (*Ibidem*) acrescentando nas linhas que se seguem, para que o Presidente da República e restante comitiva “[...] não sofram incómodos nem atropelos antes se sintam agradados e satisfeitos pela ordem e compostura de todos” (*Ibidem*).

Ainda quanto ao policiamento da visita cabia ao “[...] Chefe do Estado a iniciativa de acariciar ou beijar as crianças e contactar com o povo” (*Ibidem*). No que concerne aos aglomerados de população, estes devem ocorrer “[...] junto da Vereação e do Senhor Presidente da Câmara, no local público escolhido para aguardar o Chefe do Estado, o qual deve ser tão próximo quanto possível dos Paços do Concelho” (*Ibidem*).

Aquando da chegada do Presidente da República tocaria o Hino Nacional seguindo-se o “[...] cumprimentar as autoridades que o esperam e receber as honras militares que lhe são devidas, tomando depois a iniciativa de se deslocar junto das insígnias das várias instituições [...]” (*Ibidem*). O local de passagem do Chefe do Estado e de sua comitiva “[...] deve estar inteiramente livre, de modo que a sua deslocação se faça destacadamente, sem confusões e à vista de toda a população presente” (*Ibidem*).

Após a sessão solene aos Paços do Concelho a cerimónia da apresentação de cumprimentos deveria decorrer por forma “[...] que as pessoas cumprimentem apenas o Chefe do Estado depois de apresentadas pelo Governador Civil ou Presidente da

Câmara” (*Ibidem*). O despacho termina com a recomendação de cooperação entre as forças de segurança e o Governo Civil, ao qual competia a orientação das visitas “[...] emitindo diretivas particularizadas de que desejo tomar conhecimento [António Rapazote¹⁵]” (*Ibidem*).

O esquema da organização da visita do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, anexado ao Despacho é composto por um primeiro ponto referente ao programa — “Projecto”, “Reuniões para apreciação do projecto e ementas”, “Aprovação por entidade visitante” e “Divulgação às autoridades e aos intervenientes na execução” —, o segundo ponto referente à comitiva — “relação nominal” e “ordem hierárquica” —, o terceiro quanto ao alojamento — no “Palácio de São Lourenço” ou nos “hotéis - mapa de distribuição” —, quarto, transportes — “condutores suplementares”, “carros com condutores”, “mapa de distribuição”, “fichas para condutores”, “chefe de movimento” —, quinto, refeições — “estudo de ementas”, “encomenda a restaurantes”, “mapa de participantes”, “convites”, “planta-marcadores” e “refeições para os condutores” — sexto ponto visitas a efetuar — “contactar com responsáveis” e “plano da visita” — sétimo “para a chegada e partida do visitante” — “entidades presentes - traje”, “honras a prestar”, “ordem do cortejo”, “avisos à população”, “documentos a entregar aos visitantes” e “levantamento e entrega de bagagens” —, oitavo “publicidade” — “elementos de notícia”, “convites para os órgãos de informação” e “livre-trânsito para reporteres” —, nono “reportagem” — “recortes” e “álbum de fotografias” — e, por fim, décimo “organização do processo” (*Ibidem*).

¹⁵ **António Manuel Gonçalves Rapazote** (1910-1985), licenciado em Direito, em 1932, foi deputado à Assembleia Nacional durante 3 legislaturas, não tomando posse do lugar na X Legislatura (1968-1973), dado desde agosto de 1968 ocupar o lugar de Ministro do Interior, com responsabilidade direta sobre a PIDE/DGS. Saiu do lugar a 7 de novembro de 1973 para, no dia seguinte, ocupar o lugar de presidente do Tribunal de Contas. Na noite de 25 de abril de 1974 era dado como estar para vir para a Madeira, onde tinha vagas relações familiares, mas tal não se confirmou, exilando-se em Espanha, onde veio a falecer.

Capítulo 2 - Visitas presidenciais ao território português durante o Estado Novo

2.1 A produção de comemorações públicas

O “Estado Novo” herdou da Ditadura Militar os desfiles e paradas militares enquanto formas de consolidação e legitimação do poder. É justa a observação de que as políticas comemorativas não são característica pioneira portuguesa ou do “Estado Novo”. Na modernidade, pelo menos desde os inícios do século XIX que, no continente europeu, durante a época romântica dos nacionalismos, foram conduzidas para o fomento do culto da ideia de nação, personalidades e acontecimentos (Barros, 2021, 143).

A produção de comemorações públicas antecede a institucionalização do regime estadonovista. Vítor Barros exemplifica com as celebrações camonianas, em 1880, as comemorações henriquinas, em 1894, o centenário da conquista de Ceuta, em 1915, entre outras (*Ibidem*, 144), porém, reconhecendo que foi sob o “Estado Novo” que estas comemorações públicas foram especialmente impulsionadas (*Ibidem*)¹⁶. Os historiadores Fernando Rosas (1946-) e J. M. Brandão de Brito (1947-) encontram os primeiros antecedentes, para a política comemorativa do Regime, na fabricação das Marchas Populares de Lisboa (Rosas e Brito, 1996, 162-163).

Em 1932 decorrem as primeiras Marchas Populares, em Lisboa, nascidas da necessidade de animação do Parque Mayer, pela mão de José Leitão de Barros (1896-1967). Assim, na noite do dia 12 para o dia 13 de junho, desfilaram da Praça da Alegria até ao Cinema Capitólio três bairros: Alto Pina, Bairro Alto e Campo de Ourique. Os media da época, em especial o *Notícias Ilustrado*¹⁷ e *Diário de Lisboa*¹⁸, veicularam o acontecimento enquanto “[...] tradição bairrista, pertença do tipicismo festivo local [...]” (Melo, 1999, 427). Os grupos marcharam com indumentária

¹⁶ Na Madeira, pelo menos, já temos desfiles históricos e com inúmeros carros alegóricos, nas comemorações do V Centenário da Descoberta da Madeira, desfile realizado em dezembro de 1922, de que, inclusivamente, ficou abundante documentação fotográfica, hoje na documentação *Perestrellos*, do Museu de Fotografia da Madeira, *Atelier Vicente S*, em depósito no ABM.

¹⁷ Á época das primeiras marchas populares o periódico tinha por diretor o próprio José Leitão de Barros.

¹⁸ Cujá direção estava atribuída a Norberto de Araújo.

representante da “[...] imagética regionalista, de fundo rural e campesino [...]” (Melo, 2003, 308) do Minho, de Leiria, do Douro e da Estremadura.

Tremendo foi o sucesso que no dia 28 do mesmo mês repetiu-se o concurso, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, desta vez com a participação de seis bairros, os três anteriores a que se juntaram os bairros de Alfama, Madragoa e Alcântara. As figurações desta vez foram de “ovarinas e pescadores”, “severas e fadistas” e “criados e criadas” (*Ibidem*). Nascia assim uma das mais célebres *tradições* lisboetas ou, se quisermos, “[...] abusivamente proclamado de «tradição lisboeta»” (Rosas e Brito, 1996, 162).

A nomenclatura atribuída aos prémios pecuniários é prenúncio dos ideais que viriam a ser explorados pelo Estado Novo: Prémio da Imponência; Prémio da Alegria; Prémio do Pitoresco. Assim, os trajes possuíam um “[...] capital simbólico muito forte, uma vez que representavam aspetos prestigiantes duma cultura material tradicional rural inscrita em percursos familiares e/ou valorizada enquanto componente dum regionalismo constitutivo da identidade cultural nacional” (Melo, 2003, 2).

Após uma interrupção de dois anos, as marchas populares foram incluídas nas Festas da Cidade. Já sob governo do Estado Novo a *tradição* foi consolidada como espetáculo popular, o que obrigou a uma reformulação ideológica: acentuaram-se os traços historicistas, tradicionalistas e ruralizantes (Rosas e Brito, 1996, 162; Melo, 2003, 2). Simultaneamente, a Câmara Municipal de Lisboa investiu na espetacularização das Festas da Cidade, com a “inauguração da iluminação dos principais monumentos [...] desfile atlético [...] largada de pombos à chegada [...] o desfile de marchas e ranchos populares, antecidos por um carro triunfal [...]” (Rosas e Brito, 1996, 162-163).

A pouco e pouco a teatralização das comemorações por todo o país ganharam fulgor. Em 1934 o encerramento da 1.^a Exposição Colonial Portuguesa¹⁹ (Anexo 1) foi proporcionado um cortejo evocativo de figuras de descobridores e colonizadores, pelo

¹⁹ Exposição que decorreu entre junho e setembro de 1934, no Palácio de Cristal (à época Pavilhão das Colónias), sob a direção de Henrique Galvão, ao tempo ainda homem de confiança de Salazar. Para saber mais sobre as exposições coloniais consultar: Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, 1996, *Dicionário de História do Estado Novo*, pp. 327-229; António Barreto e Maria Filomena Mónica, 1999, *Dicionário de História de Portugal — VIII*, pp. 708-709; Filomena Serra, 2020, “Visões do Império, a 1.^a exposição colonial portuguesa de 1934 e alguns dos seus álbuns” in *Buala*. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/a-ler/visoes-do-imperio-a-1-exposicao-colonial-portuguesa-de-1934-e-alguns-dos-seus-albuns>.

que ao “ideário nacionalista que as evocações históricas exprimiam aliava-se, assim, à estilização folclórica e às paradas e desfiles militares” (*Ibidem*, 163). As paradas e os desfiles militares associam-se ao constante gosto do Estado Novo pelo cortejo, que, segundo Daniel Melo (1970-), foi uma modalidade promovida pelo regime para encenar a própria glória (Melo, 2003, 5). O que vai ao encontro do que o historiador Filipe Nunes de Carvalho (1962-) considerou de “[...] empenho em demonstrar os progressos recentes na valorização das colónias e na «civilização» dos indígenas” (Carvalho, 1999, 708).

Todo este cenário observou-se noutras ocasiões e noutras regiões do território continental português. Em 1939, por iniciativa da Câmara Municipal da Nazaré e das Casas do Povo locais, decorreu, na Praia da Nazaré, a primeira Festa do Mar (Anexo 2). O evento incluiu desportos náuticos, demonstração de arrasto de redes, exibições de grupos folclóricos e cortejos alegóricos na praia. Dóris Santos argumenta que o regime efabulou elementos marítimos e “[...] uma tradição marítima multissecular assente num qualitativo nacional de “passado-memória [...]” (Santos, 2021, 116) na sua retórica.

Contudo, foram as Comemorações do Duplo Centenário da Fundação de Portugal e da Restauração da Independência²⁰ (Anexo 3), anunciadas por Salazar a 27 de março de 1938, que, em 1940, segundo Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, ocorreria o maior contributo para a política comemorativa do regime salazarista (Rosas e Brandão, 1996, 164). Segundo Raquel Varela (1978-) tais comemorações trataram-se “[...] do mais importante ato político e cultural de propaganda e legitimação do Estado Novo, recorrendo desta feita à glorificação do passado como forma de legitimar o presente regime e de garantir a continuidade imperial” (Varela, 2008, 7).

O objetivo de António de Oliveira Salazar era o de aumentar a confiança e o orgulho em ser português e de mostrar a capacidade produtora e criativa de Portugal, enquanto país independente e individual (Acciaiuoli, 1998, 107; Nunzio, 2022, 54). Por forma a concretizar o “Duplo Centenário” foram elaboradas várias comissões com objetivos

²⁰ Invenção do Regime que designou de Duplo Centenário a celebração pública de dois acontecimentos solenizados no ano de 1940: os oito séculos da Fundação de Portugal e os três séculos de Restauração da Independência. Como afirma Víctor Barros “[...] *tal sincronia não se escudava em nenhuma coincidência histórica rigorosa documentalmente fundada [...] apenas na vontade e na imaginação prosélita dos comemoradores*” (2021, 147).

particulares. À Comissão Executiva²¹ coube, entre outros desígnios, a criação da *Revista dos Centenários*²² (Nunzio, 2022, 54).

As cerimónias foram recebidas com entusiasmo e cedo surgiram artigos nas revistas portuguesas enaltecendo as possibilidades da fotografia para a difusão do património português, como se pode ler num artigo do monsenhor Francisco Moreira das Neves (1906-1992):

Sabe-se que a fotografia é um dos meios mais eficientes de vulgarização de factos, em todos os campos [...] Não faltam assuntos para explorar carinhosamente. Basta lembrar que entre nós há inúmeros monumentos e documentos históricos a testemunhar a nossa independência [...] Ermidas, cruzeiros, padrões, lápides, castelos, campos de batalha, bandeiras esfarrapadas, paisagens evocativas, areias que ainda agora nos falam da largada de caravelas [...] (Neves, 1938).

Embora esse papel fosse questionado, desde a década anterior, pelo desenvolvimento do cinema:

A retina constante em que fixa, habitualmente, o sistema de propaganda na nossa terra, vai felizmente desaparecendo. Alguns espíritos mais desempoeirados começam compreendendo que é necessário lançar mãos de novos processos, modernos e que de entre esses é o cinema o que melhor cumpre a missão a que se destina (s.n, 1928, 1).

O Duplo Centenário foi inaugurado com um *Te-Deum* na Sé de Lisboa, prosseguindo com a *I Exposição Nacional de Floricultura*²³ (Anexo 4), a *Exposição dos Primitivos Portugueses* no Museu das Janelas Verdes²⁴, a *Exposição do Mundo Português*²⁵, desfiles, salvas da artilharia, romagens, cortejos, arraiais, a inauguração do

²¹ A Comissão Executiva passou a ser designada por Comissão Nacional dos Centenários.

²² Foram publicados 24 números, de periodicidade mensal, entre janeiro de 1939 e dezembro de 1940. Todos os números podem ser consultados *online* no site www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt (cf: <http://www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadosCentenarios/RevistadosCentenarios.htm>).

²³ No site da Cinemateca está disponível o documentário sobre a exposição, “Jardins de Lisboa – A 1ª Exposição Nacional de Floricultura” da autoria de Adolfo Coelho (cf.: <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=8452&type=Video>). Parte, também, da série *Hora Cinemateca* exibida na RTP Memória, 1ª temporada, episódio n.º 54.

²⁴ Para saber sobre a Exposição *Os Primitivos Portugueses* consultar a dissertação de mestrado de Cinthia Candeias Di Nunzio para a obtenção do grau de mestre em Museologia e Museografia, na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/53538/2/ULFBA_TES_CynthiaDiNunzio.pdf.

²⁵ Cf. *Mundo Português, Imagens de uma Exposição Histórica*, Lisboa, SNI, 1956; ibidem, NOBRE, Pedro Rito, 2020, *Belém e a Exposição do Mundo Português*, Lisboa, Livros Horizonte; Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, 1996, *Dicionário de História do Estado Novo*, pp. 325-327. Mais de 200 fotografias deste evento dos *Estúdios Mário Novais*, da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, encontram-se online.

Estádio Nacional²⁶, a peregrinação aos lugares históricos e, de novo, *Te-Deum* (Rosas e Brito, 1996, 164). Parte destas comemorações foram captadas pelo realizador António Lopes Ribeiro (1908-1995) no documentário *As Festas do Duplo Centenário*²⁷.

Como observa Vítor Barros, “[...] no fascínio pela sincronização temporal e no entusiasmo hipnótico pelo espetáculo da história, proporcionado pela evocação de episódios pretéritos da memória nacional” (Barros, 2021, 147) o regime procurava através da espetacularização de uma História de Portugal estimular a imaginar a nação como comunidade.

[...] a nação é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma das nações, é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda. Em última análise, é essa fraternidade que torna possível que, nos últimos dois séculos, tantos milhões de pessoas, não tanto matassem, mas quisessem morrer por imaginários tão limitados (Anderson, 2005, 27).

Em 1949, entre 22 e 27 de outubro, Portugal recebeu em visita oficial o generalíssimo Franco, sendo pretexto para várias festividades e solenidades. Após o desembarque no Cais das Colunas assistiram a um desfile militar e à noite uma recepção no Palácio da Ajuda. Nos dias seguintes projetou-se fogo-de-artifício no Terreiro do Paço, visita, jantar e recepção de cumprimentos na Universidade de Coimbra, almoço no Castelo de Leiria e, por fim, na despedida, formatura militar a caminho do aeroporto (Rosas e Brito, 1996, 165).

2.2 As viagens presidenciais

As viagens presidenciais, durante o Estado Novo, foram importantes elementos de propaganda do Império Colonial Português.

[...] desde a época dos Descobrimentos, vice-reis, capitães e governadores, a par de missionários, guerreiros, comerciantes e emigrantes, conheceram e habitaram os entrepostos do Império não é menos certo que, segundo os registos existentes, nenhum monarca português se deslocou às colónias portuguesas. Foi já no período do Estado Novo que os presidentes Óscar Carmona (1869-1951), Craveiro Lopes (1894-1964) e Américo Tomás (1894-1987) cumpriram viagens ultramarinas [...] (Castro, 2016, 75).

²⁶ O Estado Novo desenvolveu vários organismos, por forma a regular o desporto e mantê-lo sobre o controlo político e preparar o corpo dos jovens para entrarem nas instituições militares.

²⁷ Este documentário está disponível online no site da Cinemateca. Cf.: <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=1333&type=Video>.

As viagens presidenciais pelas possessões ultramarinas por um lado davam a conhecer o império a Portugal continental e, por sua vez, os representantes do Estado aos povos subordinados ao domínio luso. É neste seguimento que se enquadram várias das visitas presidenciais aos arquipélagos do Atlântico Norte. É, também, parte da estratégia política propagandística focada na afirmação da soberania de Portugal sobre os territórios visitados quer a nível da opinião pública nacional, quer ao nível da política externa.

Segundo a historiadora Maria João Castro o uso das viagens presidenciais como vetor propagandístico encontra as suas raízes no Ato Colonial²⁸ (Castro, 2016, 75). A política colonial das viagens presidenciais teve início com a viagem do presidente Óscar Carmona²⁹ a São Tomé e Angola, no ano de 1938, e, no ano seguinte, Cabo Verde e Moçambique. A primeira viagem presidencial à Madeira ocorreu com o Dr. António José de Almeida (1866-1929)³⁰, em 9 de outubro de 1922, no retorno da visita oficial que tinha feito ao Brasil. Fazia-se acompanhar do Dr. José Maria Barbosa de Magalhães (1879-1959), ministro dos Negócios Estrangeiros e foi recebido no Funchal pelo Dr. Eduardo Rocha Sarsphild (1882-1966), governador civil e pelo Dr. Fernando Tolentino da Costa (1874-1957), presidente da comissão da Junta Geral, havendo já largo espólio fotográfico, mas que não se enquadra nesta nossa análise, embora em parâmetros gerais

²⁸ Peça jurídica sobre a qual assenta toda a política colonial do Estado Novo, documento-base da autoria do madeirense Dr. **Quirino Avelino de Jesus** (1865-1935), diretor dos periódicos *Portugal em África*, *Correio Nacional* e *Economista Português*, tendo sido um dos ideólogos e Estado Novo. Sobre Ato Colonial, entre outros, consultar: Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, 1996, *Dicionário de História do Estado Novo*, pp. 20-22.

²⁹ **António Óscar de Fragoso Carmona** (1869-1951) natural de Lisboa, foi um general do exército português e primeiro Presidente da República durante o Estado Novo. Filho do general Inácio Maria Machado de Morais Carmona e de Maria Inês de Fragoso Corte-Real, frequentou o Colégio Militar (1882-1888) e a Escola do Exército (1889-1892). Homem de secretaria, mas de muito boa educação, cauteloso e inteligente, soube adaptar-se às complexas situações políticas do seu tempo, sendo a figura representativa, cauteloso e tutelar do Estado Novo de Salazar. A sua capacidade de adaptação levou-o a ter conseguido manter a presidência da República por mais de um quarto de século, o mais longo período da história portuguesa.

³⁰ **António José de Almeida** (1866-1929) foi uma das figuras mais populares da República. Desde que era estudante de Medicina que defendeu ideias republicanas, publicando no jornal da Academia um extenso e crítico artigo - *Bragança, o último*, que o levou à prisão durante três meses. Até 1904 e após ter concluído o seu curso, partiu para S. Tomé, onde exerceu a sua profissão. Quando regressou à capital, continuou a defender as suas ideias republicanas, destacando-se como orador e sendo o ídolo dos comícios populares, voltando a ser preso em 1908. Quando, em 1910 foi proclamada a República em Portugal, foi nomeado ministro do Interior do primeiro Governo Provisório, tendo reformulado a guarda real e criado a Guarda Nacional Republicana. Mais tarde devido a vários desentendimentos, funda o Partido Republicano Evolucionista e cria o jornal que lhe dá voz, do qual é diretor: *A República*. A 6 de agosto de 1919 foi eleito Presidente da República, cumprindo o mandato até ao fim (ao contrário do que então acontecia). Visitando oficialmente o Brasil, no regresso passou pela Madeira e, foi com espanto que no discurso de boas-vindas foi confrontado com o pedido de mais autonomia para a Junta Geral. Publicaram-se os seus discursos como *40 Anos da Vida Literária e Política*, 1934.

que não se afastam muito dos depois instituídos pelo Estado Novo, como iremos escrever.

Na viagem de 1938, Carmona, foi recebido entre aclamações, visitando a comitiva a *Exposição-Feira de Luanda*³¹, as missões católicas de São Paulo, onde assistiu a missas e se lançou a primeira pedra de um monumento a erguer a D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal (*Ibidem*, 76), tendo estado ao longo do dia 13 de julho desse ano de 1938, no Funchal, no mesmo contexto festivo e laudatório³². Maria João Castro destaca o clamor com que a primeira viagem presidencial às colónias foi recebida à chegada a Lisboa, afirmando:

O êxito desta primeira viagem presidencial fez com que se repetisse e apurasse a fórmula nas jornadas subsequentes, fórmula essa que assentava na difusão de uma imagem do Império legitimado por um Estado soberano e uno que se articulava numa série territórios espalhados pelos quatro cantos do mundo (Castro 2016, 76).

Na viagem de 1939 a Cabo Verde e Moçambique a comitiva foi igualmente recebida com entusiastas aclamações. Todavia com a alteração do *status quo* internacional e a consequente *Carta das Nações Unidas*³³ que, no seu artigo n.º 1, alínea 2) determinava o direito de autodeterminação dos povos, reforçado nos artigos n.º 73 e 74, todo o projeto colonial português foi colocado em causa.

Nesse sentido, a política colonial de visitas presidenciais foi reformulada nos anos 50, pelo que as visitas do presidente Craveiro Lopes a São Tomé e Angola, em 1954, a Guiné e Cabo Verde, em 1955, e a Moçambique em 1956, tinham objetivos distintos das viagens de Óscar Carmona. Na viagem de Craveiro Lopes a São Tomé e Príncipe e Angola, o Presidente da República inaugurou a Barragem Teófilo Duarte, a Exposição das Atividades Artísticas de Angola. A viagem a Moçambique além de visitar

³¹ A Exposição-Feira de Luanda, como o nome anunciava, ainda se não enquadrava na nova política do Estado Novo, como escreveu o governador-geral coronel António Lopes Mateus (1878-1955), que devia “*obedecer a uma orientação vincadamente utilitária e prática... fazendo que aos assuntos de ordem económica seja dado relevo especial*”.

³² VIEIRA, Elmano (1892-1962), *O presidente Carmona na Madeira: dez horas maravilhosas da História Insular; 13 de Julho de 1938*, capa de Max Römer (1878-1960), Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 1942.

³³ Texto redigido pela Organização das Nações Unidas concluído em São Francisco, Estados Unidos da América, a 26 de junho de 1945. O documento entrou em vigência a 24 de outubro de 1945, para a ordem internacional, porém, apenas a 21 de fevereiro de 1956 para Portugal, na sequência da sua adesão à instituição a 14 de dezembro de 1955.

a colónia ultramarina, o Presidente visitou a Federação da Rodésia e Niassalândia³⁴ e a União da África do Sul³⁵.

Foi o Presidente da República Américo Tomás, porém, quem mais visitou as colónias portuguesas. Para tal, segundo Maria João Castro, terá contribuído o eclodir da Guerra Colonial (Castro, 2016, 79). Américo Tomás visitou Angola em 1963, onde visitou em Luanda zonas flageladas em 1961 pelos confrontos da luta pela independência. Em Nova Lisboa inaugurou a Exposição Permanente de Atividades e o Posto Emissor de Mocolocolo. os Objetivos terá sido a projeção interna.

Em 1964, parou no Funchal e seguiu para Moçambique. Depois houve um interregno de três anos e meio nas deslocações do Presidente às colónias. Em 1968, rumou à Guiné e a Cabo Verde e, em 1970, Américo Tomás visita São Tomé. Do programa, uma vez mais, fizeram parte “efemérides protocolares habituais: Te Deum, descerramento de placas comemorativas, cortejos, recepções, homenagens e visitas a instituições oficiais” (*Ibidem*, 81).

Como nota Maria João Castro, a parte da ação da propaganda colonial também fez parte das viagens dos ministros. O intercalar das deslocações presidenciais com a de ministros reforçava a propaganda colonial e contribuía para compreender as necessidades das populações.

³⁴ A Federação da Rodésia e Niassalândia foi um estado semi-independente britânico no sul de África, entre 1953 e 1963, composto pela Rodésia do Sul, Rodésia do Norte e Niassalândia, após os processos de autodeterminação formaram, respetivamente, a Rodésia, Zâmbia e Malawi.

³⁵ Atual República da África do Sul.

Capítulo 3 — Visitas presidenciais ao Arquipélago da Madeira entre 1955 e 1973

Presidente da República Francisco Higinio Craveiro Lopes

Nascido em Lisboa a 12 de abril de 1894 e falecido, na mesma cidade, a 2 de setembro de 1964, Francisco Higinio Craveiro Lopes foi o segundo dos quatro filhos de João Carlos Craveiro Lopes (1871-1945) e Júlia Cristiano (1875-1955). Filho, neto e bisneto de generais, aos dez anos entra no Colégio Militar. Obtém acesso à carreira militar na Escola Politécnica de Lisboa, entrando, em 1911, como voluntário para o Regimento de Cavalaria n.º 2. Na Escola de Aviação de Chartres fez o curso de piloto militar, sendo promovido a tenente.

Em 1918 conhece e casa com Berta da Costa Ribeiro Artur (1899-1958), também ela neta de um general, Bartolomeu Sezinando Ribeiro Artur (1851-1910), um dos grandes aguarelistas do seu tempo, em casa de quem foi criada, casamento que originou quatro filhos. A progressão na carreira militar seguiu com a promoção a capitão-piloto aviador, em 1922, major, em 1930, tenente-coronel, em 1939, coronel, em 1942, brigadeiro, em 1947, general, em 1949 e marechal, em 1958 (Museu da Presidência da República b), s.d.).

A sua carreira política teve início com a nomeação para Presidente da Câmara Municipal de Sintra, em 1926, cargo que desempenhou até 1929. Desempenhou outros cargos políticos como: chefe de Gabinete do governador-geral da Índia, em 1933; governador do Distrito de Damão, entre 1934 e 1936; governador-geral da Índia, entre 1936-1938 (Museu da Presidência da República b), s.d.).

Em 1939 retornou a Portugal continental para desempenhar o cargo de comandante da Base Aérea de Tancos, entre 1941 e 1943. No ano de 1944 foi nomeado comandante-geral da Legião Portuguesa e foi deputado à Assembleia Nacional entre 1947 e 1949. Em 1951, na sequência da morte do presidente Óscar Carmona, venceu as eleições de 22 de julho, embora concorrendo sozinho, pois o almirante Manuel Quintão Meireles (1880-1962), apresentado pela oposição, desistiu à boca das urnas, tornando-se o décimo segundo presidente da República Portuguesa, cargo que assumiu durante sete anos, entre 9 de agosto de 1951 e 9 de agosto de 1958.

1955

A 2 de maio de 1955, pelas 7 horas, partiu num avião da TAP, do Aeroporto de Lisboa rumo a Bissau. Era acompanhado pela primeira-dama, D. Berta Artur Craveiro Lopes, o comandante-geral da Polícia de Segurança Pública, coronel Mário Rafael Pinho da Cunha (1893-1964), o ajudante-de-campo, João Carlos Craveiro Lopes (1919-2015), o oficial-às-ordens, capitão Octávio Hugo Almeida e Vasconcelos Pimentel, o conselheiro de legação e chefe de Protocolo, Dr. Eduardo Brazão (1907-1987), e o médico Dr. Ricardo Horta. Como representantes do governo seguiam o ministro do Ultramar³⁶, Manuel Sarmiento Rodrigues³⁷ (1899-1979), o seu chefe de gabinete, Dr. Vasco Nunes Pontes, e o secretário, Dr. Vasco Teles da Gama.

A visita à Guiné e a Cabo Verde terminou dia 27 de maio quando, pelas 6 horas, a *Bartolomeu Dias* levantou ferro em direção ao Funchal. Nele embarcaram o presidente da República e restante comitiva. No mesmo dia, em Lisboa, o ministro do Interior³⁸, Dr. Joaquim Trigo de Negreiros³⁹ (1900-1973), o secretário da presidência da

³⁶ Em 8 de outubro de 1910, a Primeira República reformulou a nomenclatura da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar para Ministério da Marinha e do Ultramar. Sequente alteração, por decreto a 23 de agosto de 1911, separou-se o Ministério das Colónias do Ministério da Marinha. Sendo que somente em 1951, na sequência da revisão constitucional e da revogação do Ato Colonial, é que o Ministério das Colónias passou a ser designado de Ministério do Ultramar, decreto-lei 38.300 de 15 de junho de 1951. Durante o Estado Novo sofreu três grandes reformas, expressas nos decretos n.º 26180 de 7 de janeiro de 1936, n.º 41169 de 19 de julho de 1957 e n.º 47743 de 2 de junho de 1967. A primeira marca o fim da desarticulação do modelo político-administrativo vigente na Primeira República, substituindo-o pelo modelo centralizador e autoritário gizado pelo Estado Novo. E as de 1957 e 1967 consistem em reorganizações políticas e administrativa decorrentes das novas dinâmicas nacionais e internacionais (Silva, 1999, 475-478; Rosas e Brito, 1996, 575-577).

³⁷ **Manuel Maria Sarmiento Rodrigues** (1899-1979) nasceu na freguesia de Freixo de Espada à Cinta, Bragança, frequentou os preparatórios na Universidade de Coimbra e ingressou na Escola Naval, na carreira militar alcançou o cargo de vice-almirante. No seu percurso político foi governador da Guiné entre 1945 e 1949, ministro das Colónias entre 1950 e 1951, ministro do Ultramar entre 1951 e 1961 e governador-geral e comandante-chefe de Moçambique entre 1961 e 1964 (Andrade, 2002, 364).

³⁸ Em 28 de julho de 1736, na sequência da reorganização da estrutura governamental, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios Interiores e do Reino, virado quase um século, em 1832, passa a denominar-se Ministério do Reino, adquirindo a nomenclatura de Ministério do Interior durante a Primeira República e, assim, mantido a partir de 1926. Entre as suas funções e competências estava a tutela da administração local, a defesa da segurança interna do Estado, a instrução pública, entenda-se, a censura da opinião pública, e a direção dos serviços de assistência pública. Importa notar que o papel deste órgão administrativo, durante o Estado Novo, ficou vincadamente associado à história de repressiva das populações durante o Regime. (Eleutério, 1999, 486-487; Rosas e Brito 1996, 598-600).

³⁹ **Joaquim Trigo de Negreiros** (1900-1973) nasceu na freguesia de Longra, Mirandela, tendo cursado Direito na Universidade de Coimbra. Foi Presidente da Câmara de Vila Flor (1926-1927), desempenhou cargos no Registo predial de Esposende, Valpaços e no Tribunal da Relação do Porto. Em 1938 torna-se governador civil do Porto, cargo que desempenha até 1940, em 1940 aceita o cargo de subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, desempenhando-o até 1944, entre 1944 e 1950, desempenha o cargo de subsecretário de Estado da Assistência Social. Em 1950 sobe ao cargo de ministro do Interior, mantendo-o até 1958 (Rosas e Brito 1996, 659).

República, Dr. Filipe Charters da Câmara Oliveira (1915-1963), e o secretário do ministro do Interior, Dr. Álvaro Mendonça, embarcaram no paquete *Alcântara* com destino ao Funchal.

Nos dias que antecederam a visita, o *Diário de Notícias* publicou vários anúncios pedindo aos funchalenses que iluminassem as fachadas de suas casas e estabelecimentos comerciais⁴⁰, como também editais, do governo do distrito autónomo do Funchal⁴¹, impondo restrições horárias aos estabelecimentos comerciais, industriais, repartições públicas e estabelecimentos de ensino.

No mesmo jornal foram publicadas reportagens sobre a ação da Junta Geral do Distrito⁴² — enaltecendo os melhoramentos públicos como estradas, edifícios e hidráulica —, a importância da comissão distrital da União Nacional⁴³, os preparativos para a receção, o programa oficial da visita (Anexo 5) e pormenores protocolares. Este conteúdo ganha especial relevância quando analisado à luz dos álbuns, funcionando como prenúncio da narrativa empregue nestes documentos.

A 30 de maio, pelas 14 horas, a *Bartolomeu Dias* cruzava as águas da baía do Funchal, escoltado pelo contratorpedeiro *Lima*. A visita prolongar-se-ia até ao dia 2 de junho. No porto da cidade aguardava o navio-escola *Sagres* e inúmeras embarcações de populares ostentando bandeiras de Portugal. O capitão-mar-e-guerra João Inocêncio

⁴⁰ Saliente-se que determinações muito semelhantes foram emitidas ao longo do séc. XIX, em setembro de 1817, para a chegada da futura imperatriz D. Leopoldina de Áustria (1797-1826), que ia para o Rio de Janeiro para contrair matrimónio com o príncipe herdeiro D. Pedro de Alcântara (1798-1834), futuro D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal; em agosto de 1852, para a chegada da ex-imperatriz Dona Amélia de Leuchtenberg e Bragança (1812-1873), que se instalou com a filha na antiga Quinta das Angústias; tal como depois para a Visita Régia de 1901 e a visita de Carmona, de 1938.

⁴¹ Ao governo do Distrito, como órgão superior, ficavam as determinações gerais, sendo, depois, a execução, da responsabilidade da Junta Geral, tal como, por exemplo, as publicações seguintes, como a já citada da visita do general Carmona e a de Craveiro: *Visita do Senhor Presidente da República ao Arquipélago da Madeira, General Francisco Higinio Craveiro Lopes*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1955 e assim sucessivamente.

⁴² As Juntas Gerais dos Distritos tinham sido criadas em 1836, mas só foi montada no Funchal em 1842, tendo reformulação depois da visita régia à Madeira, por decreto de 8 de agosto de 1901, então como Distrito Autónomo e, ainda alterada em 1913, caminhando-se assim para uma nova realidade da autonomia insular. Além de uma determinada autonomia, esta estrutura, permitindo arrecadar imprescindíveis receitas que possibilitaram a concretização de grandes obras públicas e, conseqüentemente, o desenvolvimento geral da Ilha, de certa forma funcionou como o embrião do depois Governo Regional.

⁴³ A União Nacional foi um partido político único criado em agosto de 1932, para suportar o futuro Estado Novo do ano seguinte, com o cuidado de não se denominar partido, que haviam sido ilegalizados, mas frente e recolher assim o apoio das várias franjas católicas, monárquicas, integralistas e outras.

Camacho de Freitas⁴⁴ (1899-1969), sua mulher, Joana Mendes Conceição Pereira Mendes de Freitas, governador militar, brigadeiro Gervásio Martins Campos de Carvalho (1895-1959), capitão do porto do Funchal, capitão-de-fragata Tomás Victor Duque, e o secretário da presidência da República embarcaram na lancha *Capitania*, a fim de prestarem os cumprimentos a bordo do navio presidencial.

Como anunciado no programa oficial, pelas 15 horas, o presidente da República desembarcou no cais da cidade. A Bateria da Costa deu a salva do estilo, a banda militar tocou o Hino Nacional e a guarda de honra apresentou armas. O general Craveiro Lopes, acompanhado pelo governador militar e pelo comandante-geral da P.S.P., passou revista e assistiu ao desfile do Batalhão Independente de Infantaria n.º 19.

O cortejo seguiu para os Paços do Município, parando à *Entrada da Cidade* para receber as *Chaves da Cidade* e na estátua de Zarco, para prestar homenagem ao *descobridor* e primeiro capitão do Funchal. Na Câmara Municipal do Funchal decorreu uma sessão solene de boas-vindas. Tomaram a palavra o presidente da Câmara Municipal, António Bettencourt Sardinha (1902-1993), o presidente da comissão distrital da União Nacional, Dr. Agostinho Cardoso (1908-1979) e, encerrou a sessão, o presidente da República.

Pelas 17 horas o cortejo rumou à Sé do Funchal, descendo a Rua dos Ferreiros, entre alas de forças da Legião Portuguesa, de que fora um dos mentores e organizadores, tal como comandante-geral (1944-1950), entrando depois na igreja onde decorreu um *Te Deum*. Terminada a cerimónia, o presidente da República dirigiu-se

⁴⁴ **João Inocêncio Camacho de Freitas** (1899-1969), nasceu na freguesia da Ribeira Brava, Madeira, a 19 de fevereiro de 1899, e faleceu em Lisboa, a 1 de junho de 1969. Casou pela 1.ª vez com D. Helena Soares de Andrade, casamento que originou duas filhas. Casou pela 2.ª vez com D. Joana da Conceição Pereira Mendes de Freitas, sem descendência. Tirou os preparativos para a Escola Naval na Universidade de Coimbra e assentou praça no Corpo de Alunos da Armada. Em 1919 foi promovido a aspirante de marinha, em 1922 a guarda-marinha, em 1923 a segundo-tenente, em 1927 a primeiro-tenente, em 1938 a capitão-tenente e em 1946 a capitão-de-mar-e-guerra. Trabalhou, entretanto, em Moçambique em vários levantamentos hidrográficos com o depois almirante Américo Thomaz, com quem sempre manteve uma sólida amizade. Em 1943 foi nomeado capitão do Porto do Funchal, cargo que desempenhou entre 26 de novembro de 1943 até 10 de maio de 1945 e, novamente, de 20 de novembro de 1945 a 23 de novembro de 1951. A 27 de novembro de 1951 foi nomeado governador do distrito autónomo do Funchal (Clode 1984, 96-97). A sua filha e herdeira tinha casado, entretanto, com o depois general Altino de Magalhães (1922-2019), ministro da República nos Açores, herdando a antiga residência da Ribeira Brava, encerrada nos anos 60, mas somente desmanchada, depois, em 1990.

para o Palácio de São Lourenço⁴⁵ onde, pelas 18 horas, recebeu cumprimentos de individualidades da vida judicial, política, militar, comercial, corporativa, eclesiástica e social do Arquipélago.

À noite o governador do Distrito e sua mulher, ofereceram um jantar, na Quinta das Cruzes, em honra de Francisco Higinio Craveiro Lopes e mulher. À direita, na mesa presidida pelo convidado, ocupava lugar Berta Craveiro Lopes, seguida do ministro do Ultramar, de Maria Amélia Teixeira da Cunha Campos de Carvalho e do governador do Distrito. À esquerda, Margarida Sarmento Rodrigues, o ministro do Interior, Joana Camacho de Freitas e o governador militar. Terminada a refeição os convidados assistiram à atuação do Grupo Folclórico do Monte e passearam pelos jardins da quinta. No regresso ao Palácio de São Lourenço, Craveiro Lopes e a sua mulher passearam pela cidade que se encontrava vivamente iluminada.

Na manhã seguinte, dia 31 de maio, a caravana presidencial iniciou o seu percurso pelos concelhos da Madeira. Primeiro por Câmara de Lobos, depois por Ribeira Brava, pela Ponta do Sol e parando na Calheta para visitar a Central Hidroelétrica⁴⁶ Eng.º José Frederico Ulrich (1905-1982), ministro das Obras Públicas. Depois o cortejo rumou para Porto Moniz onde foi servido o almoço na residência do Eng.º Américo Homem de Gouveia (1891-1970), presidente da Câmara Municipal do Porto Moniz.

Em São Vicente nova paragem para visitar a Central Hidroelétrica de Salazar⁴⁷, iniciando em seguida o retorno ao Funchal. A caravana presidencial parou na Pousada dos Vinháticos onde foi oferecida uma festa, *cortesia* da Delegação de Turismo da

⁴⁵ O Palácio de São Lourenço, antiga residência dos capitães-generais e governadores da Madeira, tinha sido reformulado em 1939-1940, passando, assim, oficialmente a ser um “*palácio nacional*”, como já em 1901 e durante a Visita Régia, fora Paço Real. Com a chegada do Presidente e a sua instalação, passou a residência presidencial e, daí, as receções oferecidas pelo governador civil passassem a ser fora, na Quinta das Cruzes, Quinta Vigia, etc., espaços estatais, mas sob administração direta da Junta Geral.

⁴⁶ A central hidroelétrica da Calheta, edifício com projeto do arquiteto Raul Chorão Ramalho (1914-2002), foi inaugurada a 5 de julho de 1953. Cf. Eduardo Nunes (reportagem de), *Central e Levada da Calheta*, Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos, Funchal, JGDAF, 1953.

⁴⁷ Fora inaugurada a 1 de junho de 1952 e fruto de 5 anos de trabalho intensivo, precedido de um ano de estudo em terreno e de dezenas de anos de conjectura até à sua realização, datando o inicial plano de 1927, da autoria do Sindicato Agrícola de Câmara de Lobos.

Madeira⁴⁸, assistindo ali a uma atuação do Grupo Folclórico do Campanário. Pelas 18 horas e 30 minutos o cortejo efetuava nova paragem, desta vez, no Miradouro do Cabo Girão. Passava pouco das 19 horas quando o presidente da República e restante comitiva chegaram ao Funchal.

No terceiro dia da visita, a 1 de junho, o cortejo iniciou o percurso pelos restantes concelhos da ilha da Madeira. Na ida passou pelo Terreiro da Luta, Ribeiro Frio e Faial chegando à freguesia de Santana pelas 10 horas e 30 minutos. Ali o cortejo dirigiu-se para o Largo 28 de Maio onde o Presidente da República inaugurou um posto de abastecimento de água⁴⁹.

O regresso à urbe madeirense fez-se pelo Porto da Cruz, Machico e Santa Cruz. Pelas 12 horas o General Craveiro Lopes dirigiu-se para o Posto de Transformação de Santa Cruz⁵⁰, tudo obras da Comissão dos Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, a fim de proceder à sua inauguração. Pelas 13 horas, a caravana presidencial alcançou o Palácio de São Lourenço, onde decorreria um almoço íntimo.

Após o almoço, o Presidente da República e restante comitiva dirigiram-se para o Museu de Arte Sacra do Funchal por forma a inaugurarem aquela instituição. Terminada a cerimónia e a visita às instalações, o cortejo dirigiu-se para o Monte, onde visitaram o Hospital dos Marmeleiros, o Sanatório *Dr. João de Almada* (1874-1942) e o Preventório de Santa Isabel.

Ao fim da tarde, nos jardins da Quinta Vigia, o Governador do Distrito e a sua mulher homenagearam, novamente, o Chefe de Estado com uma *garden party*. Foram servidos refrescos e chás enquanto os convidados apreciavam o pôr-do-sol e a atuação

⁴⁸ A Delegação de Turismo da Madeira, destinada a coordenar e incentivar todas as ações respeitantes ao Turismo, foi criada em 1936, no âmbito da Junta Geral e funcionou durante alguns anos nos andares superiores do edifício Golden Gate. Cf. *Delegação de Turismo da Madeira (1936-1979). Quatro décadas ao serviço do turismo madeirense*, catálogo com coordenação de Fátima Barros, textos de José Vieira Gomes, João Nuno Freitas e André Marote, revisão de Jorge Valdemar Guerra, ARM, junho de 2011, Funchal, SREC/DRAC/ARMadeira, junho de 2011.

⁴⁹ Salvo melhor contributo, o fontanário inaugurado terá sido o Fontanário de Santana, construção de arquitetura do Estado Novo, com alvenaria de pedra à vista e de reboco com azulejos, ainda existente, mas não o do Largo da Cidade, que é posterior, embora ostente o seu nome (cf.: www.arquipelagos.pt).

⁵⁰ Não foi possível identificar se a rural das Eiras ou o da Cova das Pedras.

do Grupo Folclórico da Casa do Povo da Camacha⁵¹. À noite, na sala império do Palácio de São Lourenço serviu-se um jantar oferecido, como dita o protocolo, pelo presidente da República. Tanto o governador do Distrito como o general Craveiro Lopes proferiram breves discursos. Terminada a refeição, o chefe de Estado e sua mulher receberam cumprimentos, seguindo para o baile que encerrou a noite.

No quarto e último dia da visita do Presidente da República ao Arquipélago da Madeira, pela manhã, o chefe de Estado visitou a Eira do Serrado e o Pico dos Barcelos. Pelas 11 horas, às entidades que acompanharam a visita presidencial à ilha de Porto Santo embarcaram na *Bartolomeu Dias*. Depois de passar revista à guarda de honra, Craveiro Lopes embarcou na lancha *Capitania* rumo ao navio presidencial que, ao meio-dia em ponto, levantou âncora em direção ao Porto Santo, tal como referem os periódicos do dia seguinte.

Perto das 16 horas a comitiva desembarcou no cais de Porto Santo, recebendo cumprimentos do presidente da Câmara Municipal de Porto Santo, João Inácio Perestrelo (1914-1975), e restante dos vereadores. Após a cerimónia de boas-vindas que decorreu na Câmara Municipal, o cortejo partiu até ao Miradouro da Portela. A visita culminou na cerimónia de lançamento da primeira pedra do monumento aos Navegadores Portugueses⁵². Por fim, o cortejo voltou até ao cais da Ilha, de onde embarcou na *Bartolomeu Dias*. Pouco depois a embarcação levantou ferro em direção a Lisboa.

Na sequência desta visita foram elaborados, pelo menos, dois álbuns: o que está na AMGRPRAM e um outro que está depositado no Arquivo Nacional Torre do Tombo⁵³. Segundo as informações disponibilizadas no site do ANTT, o álbum fotográfico é constituído por 27 fotografias, contrastando com a versão madeirense que possui 202 provas fotográficas. Nos acervos do Museu da Presidência da República

⁵¹ Fundado a 1 de novembro de 1948, por iniciativa do Dr. Alfredo Ferreira Nóbrega (1913-2001). Cf. Manuel Pedroso S. Freitas, 2008, “Grupos Musicais Madeirenses entre 1850 e 1974” in *A Madeira e a Música: Estudos (c. 1508-c. 1974)*. Funchal: Empresa Municipal “Funchal 500 Anos”. p. 471.

⁵² O depois conhecido *Pau-de-Sabão* da autoria de António Aragão (1921-2008), inaugurado a 20 de agosto de 1960, já no quadro do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

⁵³Cf.: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=6024530>.

encontramos também variada documentação referente à visita: trovas⁵⁴, transcrições⁵⁵. um “álbum” editado pela comissão distrital da União Nacional⁵⁶, a mensagem oferecida pelos sindicatos da Madeira⁵⁷ e inúmeros documentos fotográficos e jornalísticos.

Presidente da República Américo de Deus Rodrigues Tomás

Nascido em Lisboa a 19 de novembro de 1894, faleceu na sua residência pessoal, em Cascais, a 18 de setembro de 1987, depois de alguns anos de exílio no Brasil. Américo de Deus Rodrigues Tomás foi um dos seis filhos de António Rodrigues Tomás (1847-1928), negociante, e de Maria da Assunção Tomás (1862-1917). Fez o seu percurso académico no Liceu do Carmo, Liceu da Lapa e Liceu Pedro Nunes, obtendo acesso à carreira militar na Escola Politécnica de Lisboa e entrando, em 1914, na Escola Naval. Terminado o curso, em 1917, prestou serviço durante a I Guerra Mundial a bordo do contratorpedeiro *Douro*, que escoltava navios com o destino a Inglaterra e a França no Oceano Atlântico.

Em 1922 casou-se com Gertrudes Ribeiro da Costa (1884-1991), casamento de que houve duas filhas e um filho. A progressão na carreira militar seguiu com a promoção a primeiro-tenente, em 1922, capitão-de-fragata, em 1939, capitão-de-mar-e-guerra, em 1941, contra-almirante, em 1951, e, em 1970, almirante (Museu da Presidência da República a) s.d.). Tinha, entretanto, prestado serviço em Moçambique, como atrás escrevemos, onde trabalhou em levantamentos hidrográficos com o comandante madeirense João Inocêncio Camacho de Freitas.

A sua carreira política teve início em 1936 quando assumiu funções de chefe de Gabinete do Ministro da Marinha. Em 1940 tornou-se presidente da Junta Nacional da Marinha Mercante e em 1944, Ministro da Marinha, cargo que ocupou por 14 anos. Em 1958 é convidado pela Comissão Executiva da União Nacional para ser o candidato às

⁵⁴Cf.: <https://www.arquivo.museu.presidencia.pt/details?id=82001&detailsType=Description>.

⁵⁵ Cf.: <https://www.arquivo.museu.presidencia.pt/viewer?id=82146&fileID=315888&recordType=Description>.

⁵⁶ Cf.: <https://www.arquivo.museu.presidencia.pt/details?id=141443&detailsType=Description>.

⁵⁷ Cf.: [https://www.arquivo.museu.presidencia.pt/details?id=82182 & ht=visita%7c_madeira_details_Type=Description](https://www.arquivo.museu.presidencia.pt/details?id=82182&ht=visita%7c_madeira_details_Type=Description).

eleições presidenciais (Museu da Presidência da República a s.d.). Sendo eleito como 13.º Presidente da República, cargo que desempenhou entre 9 de agosto de 1958 a 25 de abril de 1974.

1962

Pelas 20 horas do dia 3 de julho de 1962, o Almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás embarcou no paquete *Funchal*, escoltado pela fragata Pero Escobar, rumo a Ponta Delgada, dando início à viagem de 20 dias aos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Era acompanhado de sua mulher, Gertrudes Rodrigues Tomás, de sua filha, Maria Natália Rodrigues Tomás (1925-1980), do Ministro da Marinha, Almirante Fernando Quintanilha e Mendonça Dias⁵⁸ (1898-1992), e do Ministro das Obras Públicas⁵⁹, Eng.º Eduardo de Arantes e Oliveira⁶⁰ (1907-1982).

A 14 de junho de 1962, o *Diário de Notícias* anunciava a chegada do Diretor Geral dos Serviços Hidráulicos⁶¹, Eng.º Armando José da Palma Carlos, por via aérea. Na manhã seguinte, no mesmo matutino, a chegada do ministro da Justiça, Prof. Doutor João de Matos Antunes Varela⁶² (1919-2005), do Conselho de Administração da Shell Portuguesa, Dr. António Júdice Bustorff Silva (1895-1979), do administrador-delegado da Shell Portuguesa, Donald Hugh Burnett, e do administrador da divisão europeia da Shell, Charles Peter Coppack, a bordo do *Santa Maria*.

⁵⁸ **Fernando Quintanilha e Mendonça Dias** (1898-1992), natural de Chaves, desempenhou vários cargos de administração em Moçambique. Em 1940 foi nomeado chefe do Estado-Maior da Força Naval da Metrópole, em 1944 tornou-se chefe dos Serviços de Marinha da Índia e, em 1947, vice-presidente do Conselho do Estado da Índia. Entre 1948 a 1952 foi governador-geral da Índia e, de 1958 a 1968, desempenhou o cargo de ministro da Marinha.

⁵⁹ O Ministério das Obras Públicas e Comunicações (1932-1947) recuperou a inspiração *fontista* do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1852-1910), nomenclatura afastada durante a I República que o converteu em Ministério do Fomento (1910-1917), depois em Ministério do Comércio (1917-1919) e Ministério do Comércio e Comunicações (1919-1932). Já durante o Estado Novo foi separado, em 1947, no Ministério das Obras Públicas (1947-1974) e no Ministério das Comunicações (1947-1974).

⁶⁰ **Eduardo de Arantes e Oliveira** (1907-1982), natural de Tomar, concluiu o curso de Engenharia Civil na antiga Escola Militar. Na carreira militar alcançou o posto de major em 1947. Foi professor do curso de Engenharia Militar, entre 1935 e 1944. Em 1947 foi nomeado diretor do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e em 1954 foi nomeado ministro das Obras Públicas, cargo que exerceu até 1967.

⁶¹ A Direção-Geral dos Serviços Hidráulicos foi estabelecida pelos Decreto-Lei n.º 37707, de 30 de dezembro de 1949, e n.º 37596, de 03 de novembro de 1949.

⁶² **João de Matos Antunes Varela** (1919-2005), nasceu em Ervedel, Avis, cursou Direito na Universidade de Coimbra, formando-se em 1943 e seguindo a carreira universitária. Em 1954 foi nomeado ministro da Justiça, cargo que manteve até 1967.

Na manhã do dia 17 de julho, pelas 8 horas, o navio *Funchal* chegava à baía da urbe madeirense, escoltado pela fragata *Pero Escobar*, fundeando pouco depois. Do cais da cidade o ministro da Justiça, o governador do Distrito, capitão-mar-e-guerra João Inocêncio Camacho de Freitas, o governador militar, brigadeiro João da Cunha Baptista, o capitão do porto do Funchal, capitão-de-fragata José da Cruz Moura da Fonseca, as respetivas mulheres, e o bispo do Funchal, D. Frei David de Sousa⁶³ (1911-2006), deslocaram-se na vedeta *Capitania* até ao navio presidencial.

No salão nobre do navio, os convidados foram recebidos pelo comandante do *Funchal*, capitão Manuel António Bio, pelo Dr. Alexandre Lencastre da Veiga, chefe de Protocolo, pelo comandante Guilherme Reis Tomás, ajudante-de-campo do Chefe de Estado, e capitão José da Rosa Carvalhal, secretário do Ministro do Interior. Dirigiram-se depois para o salão principal onde apresentaram cumprimentos ao Presidente da República, à Primeira-Dama, ao Ministro das Obras Públicas e ao Ministro da Marinha.

Da comitiva do chefe de Estado faziam parte Maria Natália Tomás (1930-1980), filha do chefe do Estado, general Humberto Pais, chefe da Casa Militar Presidencial, major Gaspar Pinto de Carvalho, oficial-às-ordens do presidente da República, primeiro-tenente Carlos Sherman Macedo Alvarenga, oficial-às-ordens do ministro da Marinha, Eng.º Sebastião Mário da Silveira Durão, secretário do ministro das Obras Públicas, capitão José da Rosa Carvalhal, secretário do ministro do Interior, e o chefe dos Serviços de Imprensa do Serviço Nacional de Informação, Dr. Ramiro Valadão (1918-1997).

Eram 9 horas e 30 minutos quando desembarcou a primeira-dama e as restantes senhoras e, poucos minutos, depois o presidente da República, convidados e restante comitiva. Enquanto a banda militar tocava o Hino Nacional e a guarda de honra apresentava armas, seguindo-se a protocolar revista à formatura e sequente desfile das forças. Sob o arco do triunfo erguido à *Entrada da Cidade*, o presidente da Câmara Municipal do Funchal, António Bettencourt Sardinha, entregou as *Chaves da Cidade*. O

⁶³ **Dom Frei David de Sousa**, O.F.M., (1911-2006) entrou no Colégio Seráfico de Santo António, em Tui, na Galiza, em 1931, professando como religioso da Ordem dos Frades Menores (Franciscanos), em 7 set. 1931, sendo ordenado sacerdote em 18 jul. 1937. Licenciou-se, entretanto, em Teologia e desempenhou diversos cargos eclesiais, entre os quais o de Provincial da Ordem Franciscana e Promotor da Fé na Causa da beatificação do Padre Cruz, sendo eleito bispo do Funchal em 25 set. 1957 e entrando na sua diocese a 4 dez. 1957. Em 15 set. 1965 veio a ser nomeado arcebispo de Évora, entrando na arquidiocese em 23 jan. 1966. Solicitou a sua resignação em 26 out. 1981, retirou-se então para o Seminário Franciscano da Luz, em Lisboa, onde faleceu em 5 de fevereiro de 2006.

cortejo seguiu até à Câmara Municipal do Funchal, fazendo uma breve paragem para prestar tributo à estátua de Zarco. Na Praça do Município, antes do cortejo entrar nos Paços do Concelho, a banda municipal tocou o Hino Nacional e uma secção dos Bombeiros Municipais fizeram a guarda de honra.

No salão nobre da Câmara Municipal, onde decorreu a cerimónia de boas-vindas, o Almirante Américo Tomás ocupou o centro do palanque. Noutras cadeiras ocuparam lugar o ministro das Obras Públicas, o ministro da Justiça, o ministro da Marinha, o governador do Distrito e o bispo do Funchal. Aberta a sessão, discursaram o presidente da Câmara Municipal do Funchal, seguido pelo Dr. Alberto de Araújo (1903-1977) e, terminou, o presidente da República. Terminada a sessão o cortejo rumou até à Sé onde decorreu um *Te Deum*.

Pelas 12 horas o presidente da República chegou ao Palácio de São Lourenço, onde, na sala vermelha, foram apresentados cumprimentos. Após o almoço íntimo, o almirante Américo Tomás e restante comitiva prosseguiram com o programa: visitaram a alfândega do Funchal e rumaram para o Palácio da Justiça⁶⁴ a fim de procederem à sua inauguração. À entrada do edifício, o chefe de Estado recebeu honras do batalhão do B. I. I. n.º 19, sob o comando do major Eleutério Valeriano Melim. Ao alto da escadaria principal, num gesto simbólico, foram entregues as chaves do edifício. Depois, no átrio principal, o bispo procedeu à bênção inaugural e a primeira-dama descerrou a lápide comemorativa.

Proferiram-se discursos, primeiro do presidente da Câmara Municipal do Funchal, depois do juiz Presidente do Círculo Judicial do Funchal, Dr. Raúl Moreira de Andrade, do juiz ajudante do procurador da República, Dr. Joaquim Mendes Belo, do conservador do registo predial do Funchal, Dr. José Ramos, presidente da Delegação da

⁶⁴ Projeto do arquiteto Januário Godinho de Almeida (1910-1990), de que se conhece o ante-projeto de 1946, na câmara Municipal do Funchal, depois reequacionado em 1960 e então inaugurado. O edifício foi então encomendado pela câmara do Funchal e só depois assumido pela Junta Geral.

Ordem dos Advogados, Dr. Frederico de Freitas ⁶⁵, e, por fim, do Prof. Doutor João Matos Varela que encerrou a sessão.

À noite realizou-se um jantar de gala no Museu da Quinta das Cruzes, oferecido pelo chefe do Distrito e sua mulher em honra do presidente da República e da primeira-dama. Ainda antes do jantar o almirante Américo Tomás atribuiu a insígnia de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique ao governador do Distrito. Após o jantar os convidados assistiram à atuação do Grupo Folclórico da Camacha nos jardins da Quinta das Cruzes.

O segundo dia da visita principiou com a inauguração das obras de ampliação do porto do Funchal e da construção das instalações para o abastecimento de combustíveis líquidos à navegação. No porto do Funchal fizeram-se discursos, primeiro falou o director-geral dos Serviços Hidráulicos, depois o presidente do Conselho de Administração da Shell Portuguesa, o presidente da Junta de Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira, Dr. Cândido da Silva Ramalho, o deputado pela Madeira Dr. Agostinho Cardoso ⁶⁶, o ministro das Obras Públicas e, por fim, o almirante Américo Tomás. O Bispo atribuiu a bênção inaugural e o Presidente da República descerrou a lápide comemorativa.

A paragem seguinte foi nas instalações da Shell, na Praia Formosa. O almirante Américo Tomás era esperado pelo presidente do Conselho de Administração da Shell Portuguesa, pelo administrador-delegado, entre outras entidades da companhia. O cortejo visitou as instalações e foi descerrada a lápide comemorativa. Depois, o cortejo retornou ao Palácio de São Lourenço onde seria servido um almoço íntimo.

⁶⁵ **Frederico Augusto de Freitas** (Funchal, 15 dez. 1894; idem, 26 nov. 1978) era filho de Cândido Eduardo de Freitas e Adelaide Augusta Cunha, foi uma das figuras incontornáveis da cultura e sociedade madeirense dos meados do século XX. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, veio a ocupar o lugar de chefe da secretaria notarial do Funchal, onde prestou vários trabalhos à comunidade inglesa radicada na Madeira, sendo praticamente o seu advogado privativo. Colecionador por excelência, veio a adquirir um importante espólio de estampas madeirenses, de que foi um dos primeiros divulgadores, aguarelas, azulejos e peças de mobiliário, que constituem hoje a Casa-Museu Frederico de Freitas.

⁶⁶ **Agostinho Gabriel de Jesus Cardoso** (1908-1979). Médico, político e jornalista, era filho do tenente Domingos Cardoso (1878-1974), fundador da "*sopa dos pobres*", vindo a casar com D. Maria Prado Almada (1912-2015), filha do médico Dr. João Francisco de Almada (1874-1942). Médico pneumologista de franco renome. Iniciou a sua carreira no Funchal em 1933, desempenhando depois uma série de lugares políticos e administrativos em diversas áreas, sendo uma das figuras incontornáveis da vida madeirense dos meados do século XX. Vice-presidente e presidente da União Nacional local, seria deputado nas legislaturas de 1962-65, 1966-69 e 1970-73.

Na parte da tarde, o cortejo retornou ao programa oficial rumando até ao Curral das Freiras. Fizeram-se breves paragens no Estádio dos Barreiros, no Pico dos Barcelos e na Eira do Serrado. Já passavam das 17 horas quando a caravana presidencial chegou ao Curral das Freiras para a sessão comemorativa da conclusão do plano de eletrificação rural. No palanque tomaram lugar o ministro das Obras Públicas, o ministro da Marinha, presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, o presidente da República, o ministro da Justiça, o governador do Distrito, o presidente da Comissão dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira e o bispo do Funchal.

Discursaram o presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, seguido do presidente da Comissão dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, o ministro das Obras Públicas e, encerrando a sessão, o almirante Américo Tomás. Foi descerrada a lápide comemorativa e em seguida o presidente da Câmara de Câmara de Lobos ofereceu um beberete que terminou pelas 19 horas, hora em que o cortejo rumou novamente para o Funchal.

No terceiro dia da visita o cortejo saiu do Funchal em direção ao concelho de Câmara de Lobos, onde visitaram o miradouro do Cabo Girão, passando em seguida pelos concelhos da Ribeira Brava, da Ponta do Sol e da Calheta. No Arco da Calheta, o cortejo fez uma breve paragem no Miradouro Trigo de Negreiros⁶⁷, ponto sobranceiro às freguesias da Madalena do Mar e do Arco da Calheta, onde o chefe de Estado observou a vista panorâmica. No concelho do Porto Moniz foi servido, na esplanada das piscinas naturais, um almoço em honra do ilustre convidado. Pelas 15 horas e 30 minutos o cortejo retomou aos automóveis partindo para São Vicente, pelo caminho observaram a vista proporcionada no Miradouro do Seixal.

Pelas 16 horas e 20 minutos o almirante Américo Tomás deu entrada no Tribunal de Comarca de São Vicente, onde visitou as diversas secções do remodelado edifício e à saída descerrou uma lápide comemorativa. O cortejo preparou-se para retornar à urbe madeirense, no caminho pararam na Pousada dos Vinháticos onde foi servido um chá. Houve ainda a oportunidade de visitar a Central Salazar onde, à saída, descerrou uma lápide comemorativa. Pelas 19 horas e 10 minutos o cortejo chegou à vila da Ribeira Brava, onde o almirante Américo Tomás visitou o cais da vila e dirigiu-se para a

⁶⁷ Joaquim Trigo de Negreiros (1900-1973) tinha sido Ministro do Interior entre 1950 e 1958.

residência do governador do Distrito, onde jantou⁶⁸. Pelas 22 horas e 35 minutos o chefe de Estado regressou ao Funchal, dando fim ao terceiro dia da visita presidencial.

Na manhã do quarto dia da visita presidencial o cortejo passou pelos concelhos da Ribeira Brava, Santana e Machico. Foi na freguesia de Santo António da Serra que decorreu o almoço oferecido pela Junta Geral do Distrito, na Quinta da Junta. Terminada a refeição o cortejo seguiu até à vila de Machico, de onde deslocou-se ao miradouro Francisco Álvares de Nóbrega. Depois a caravana rumou até ao Bairro dos Pescadores de Machico a fim de proceder à sua inauguração. O bispo deu a bênção inaugural e foram proferidos discursos pelo presidente da Casa dos Pescadores do Funchal, capitão-de-fragata Moura da Fonseca, e pelo ministro da Marinha. Antes de iniciarem a visita à estrutura, o presidente da República descerrou a lápide comemorativa e entregou, num gesto simbólico, a chaves de uma das casas ao seu novo habitante.

A paragem seguinte seria no Aeroporto do Funchal, onde o presidente da República pôde observar o plano dos trabalhos em curso. Deslocaram-se depois à vila de Santa Cruz, onde decorreu a inauguração do Mercado Municipal. Após o corte da fita inaugural e da bênção do edifício pelo bispo do Funchal, visitaram as instalações, projetadas pelo arquiteto Luís da Conceição Teixeira (1913-1984)⁶⁹ e decoradas com cerâmicas de António Aragão (1921-2008)⁷⁰. À noite realizou-se um jantar íntimo no Palácio de São Lourenço.

O quinto dia da visita presidencial foi dedicado à visita da ilha de Porto Santo. Pelas 9 horas e 30 minutos o presidente da República e restante comitiva dirigiram-se para a fragata *Pêro Escobar*, que zarpou pouco depois. Era próximo das 12 horas quando a fragata fundeou em águas porto-santenses. O desembarque fez-se na vedeta *Porto Santo*. Já no cais da Ilha o cortejo iniciou percurso até à Câmara Municipal de Porto Santo para uma sessão de boas-vindas. No Salão Nobre foram proferidos discursos pelo presidente da Câmara Municipal do Porto Santo, João Inácio Perestrelo,

⁶⁸ Residência já citada do comandante Inocêncio Camacho de Freitas, somente desmanchada depois pelo genro, general Altino de Magalhães, em 1990.

⁶⁹ Cf. *Luís da Conceição Teixeira: uma obra em suspenso*, exposição com projeto do arquiteto Pedro Gonçalves, Casa da Cultura de Santa Cruz, Quinta do Revoredo, 23 de setembro a 26 de novembro de 2022.

⁷⁰ Trabalho com colaboração de Amândio de Sousa (1934-2021), que executou as cofragens e executado depois na Fábrica do Outeiro, Águeda, Portugal.

e pelo almirante Américo Tomás. Terminados os discursos, o cortejo seguiu caminho até ao Pico do Castelo. O almoço foi servido na gare do aeroporto do Porto Santo, “*gentileza*” da TAP, como refere a comunicação social. Depois, o chefe de Estado visitou o novo hotel do Porto Santo⁷¹, cuja inauguração estava prevista para o dia 28 de julho. Seguiram-se os cumprimentos de despedida e o embarque na fragata *Pêro Escobar*, que levantou ferro pelas 16 horas e 30 minutos rumo à cidade do Funchal.

À chegada ao Funchal, o Presidente da República inaugurou uma exposição dos alunos da Secção de Belas Artes na Academia de Música e Belas Artes da Madeira, onde também assistiu a uma audição da secção de música. Era acompanhado pela primeira-dama, pelo ministro da Justiça, ministro da Marinha, governador do Distrito e por Joana Camacho de Freitas. O almirante Américo Tomás, inaugurou a exposição de trabalhos dos alunos da secção de Belas-artes, seguindo para a Quinta Vigia onde decorria a quermesse do Nacional.

O espetáculo “[...] inteiramente dedicado ao ilustre convidado [...]” (DN, 22-07-1962, 4), teve início com a apresentação do conjunto académico de João Paulo. Durante o intervalo o sr. António Maria Fernandes Nunes, em nome do clube, ofereceu ao presidente da República um emblema do clube em ouro e uma placa comemorativa das bodas de ouro do Nacional e a D. Gertrudes Rodrigues Tomás recebeu uma toalha regional. A senhora de Sales Caldeira ofereceu às senhoras de Rodrigues Tomás e de Camacho de Freitas dois ramos de antúrios. À saída os estudantes estenderam as suas capas para que sobre elas passasse o presidente da República.

O programa oficial da visita presidencial às ilhas da Madeira e de Porto Santo terminou com a realização de um banquete no Palácio de São Lourenço, oferecido pelo presidente da República e sua esposa. O jantar foi servido na sala verde, fizeram-se brindes e discursos. O primeiro a tomar a palavra foi o governador do Distrito a que se seguiu o presidente da República. Após a receção de cumprimentos decorreu o baile, no salão principal. Pelas 23 horas e 30 minutos, o chefe de Estado e seus convidados assistiram do Torreão e das varandas do palácio o fogo de artifício na Pontinha.

⁷¹ Projeto dos arquitetos Eduardo Anahory (1917-1985) e Pedro Cid (1925-1983), inaugurado a 28 de julho de 1962, havendo fotografias da véspera da inauguração dos *Perestrellos Fotografos*, hoje no Museu de Fotografia da Madeira, *Atelier Vicente's*.

Nas últimas horas na Ilha, o Presidente da República assistiu a uma missa na Igreja de Santa Clara. No convento visitaram a escola e a creche. Visitaram ainda o Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira, o Pico do Arieiro, o Monumento a Nossa Senhora da Paz e o Museu de Arte Sacra. Depois seguiu-se o embarque no *Infante D. Henrique*, que os esperava, embandeirado em arco. Um batalhão do B. I. I. n.º 19, comandado pelo major Eleutério Valeriano Melim, apresentava-se em formatura prestando a guarda de honra ao presidente da República. À sua passagem apresentou armas enquanto a banda de música tocava o Hino nacional. Às 13 horas e 30 minutos o *Infante D. Henrique* zarpou do Funchal em direção a Lisboa, escoltado pelo *Pêro Escobar*, em direção a Lisboa.

1963

1.ª paragem (8-9-1963)

Às 19 horas do dia 6 de setembro de 1963, o presidente da República, a bordo do *Infante D. Henrique* partiu de Lisboa rumo a Luanda. Estava prevista uma breve paragem no porto do Funchal, sem desembarque, na ida, a qual ocorreu entre as 7 horas e as 11 horas e 30 minutos do dia 8 de setembro. Nos dias que antecederam a passagem do chefe de Estado, o *Diário de Notícias* publicou vários anúncios, assinados pela Câmara Municipal do Funchal, pela União Nacional e pela Associação Comercial do Funchal, apelando ao comparecimento dos madeirenses no porto do Funchal. Na verdade, um outro anúncio, publicitava que os serviços de lanchas entre o cais de Entrada da Cidade e o cais da Pontinha seriam gratuitos “a fim de facilitar a deslocação das pessoas que quiserem associar-se à manifestação ao sr. Presidente da República” (*DN*, 07-09-1963, 3).

Pelas 8 horas e 30 minutos o governador do Distrito e sua mulher entraram no navio e a bordo foram prontamente recebidos pelo presidente da República e primeira-dama. No salão principal decorreu a protocolar apresentação de cumprimentos pelas entidades madeirenses. Antes do navio zarpar, a banda municipal tocou o Hino Nacional e a Fortaleza de São Tiago deu uma salva de tiros. Pouco depois o *Infante D. Henrique* levantava ferro para prosseguir viagem.

2.^a paragem (16-10-1963)

No dia 7 de outubro, o presidente da República embarcou em Luanda, na *Infante D. Henrique*, pondo fim aos 22 dias de visita a Angola. Na viagem de regresso a Lisboa faria uma paragem na ilha da Madeira. Assim, a 16 de outubro o almirante Américo Tomás visitou a Ilha pela segunda vez. No dia 14 e 15 de outubro, o *Diário de Notícias* publicou um edital do governo do distrito autónomo do Funchal, determinando o fecho das repartições públicas, estabelecimentos de ensino na parte da manhã do dia 16. No mesmo matutino encontramos convites à população da Câmara Municipal do Funchal, da Comissão Distrital da União Nacional e Associação Comercial do Funchal. A Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira publicou uma nota de aviso, permitindo o livre acesso de sem quaisquer portagens o acesso ao molhe da Pontinha.

O *Infante D. Henrique* entrou na baía do Funchal pelas 6 horas, escoltado pelo patrulha *São Nicolau*. Pelas 7 horas e 20 minutos a lancha *Capitania* levou ao portaló do navio o governador do Distrito, o governador militar, brigadeiro Fernando Dias Pires Monteiro, o presidente da Junta Geral, Coronel Fernando Homem da Costa (1911-1997), e o presidente da Câmara Municipal do Funchal. Seguiram-se os cumprimentos protocolares no salão principal do navio. E, pouco depois, o cortejo rumou ao Ribeiro Frio.

No Posto Aquícola dos Serviços Florestais da Madeira⁷², aguardavam a chegada do cortejo o Eng.º José Alves, diretor-geral dos Serviços Florestais Aquícolas, o Eng.º Eduardo de Campos Andrada (1913-), chefe da Circunscrição Florestal do Funchal, o Eng.º Branco Vasco, administrador Florestal do Funchal, o Eng.º Capelo Ramos, administrador Florestal da Ribeira Brava e por Aníbal Leça Pereira, regente florestal. Após visitar a estrutura o Almirante Américo Tomás e restante comitiva tomaram café “numa das mais aprazíveis esplanadas do parque que rodeia o posto aquícola, foi depois servido café e vinho Madeira” (*DN*, 17-10-1963, 3). Depois ainda houve tempo para um passeio de *jeep* até ao Miradouro dos Balcões, onde o Presidente da República apreciou a orografia madeirense.

⁷² O sítio do Ribeiro Frio, atravessado pela Levada da Serra e cujo ribeiro alimenta parte da Levada do Furado, tornara-se desde os meados do séc. XIX num importante polo turístico, até pelo acesso aos Balcões, à coluna basáltica do Homem-em-Pé, etc., subsistindo inúmeras fotografias do local nesse século. Começou por possuir uma casa de abrigo para os visitantes e, também, para os empregados da levada e, em abril de 1932, uma Casa de Chá, em 1951, uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora de Fátima, a que se seguiram outras estruturas, como o Posto Aquícola, com um viveiro de trutas arco-íris (*Oncorhynchus mykiss*).

Pelas 10 horas o cortejo presidencial alcançava o molhe da Pontinha. Aí a banda militar tocou o Hino, a Fortaleza de São Tiago deu a salva de estilo e o Almirante Américo Tomás acompanhado pelo governador militar e do chefe da Casa Militar, general Humberto Pais, passaram revista à guarda de honra, composta por um batalhão do B.I.I. n.º 19, e assistiram ao sequente desfile da força. Após os cumprimentos protocolares, os setimanistas dispuseram as suas capas para o presidente da República caminhar sobre elas. Depois embarcaram e, pelas 10 horas e 50 minutos, o *Infante D. Henrique* partiu em direção a Lisboa.

1969

O *Diário de Notícias* de 14 de agosto de 1969 noticia que no passado dia 13, o presidente da República recebera o ministro das Corporações e Previdência Social⁷³, Prof. Doutor José João Gonçalves de Proença⁷⁴ (1924-2012), que em 7 de outubro de 1963 já inaugurara o complexo de habitações da Caixa de Previdência do Funchal e o governador do distrito autónomo, António Braamcamp Sobral⁷⁵, que o convidaram a visitar a ilha da Madeira no regresso da sua viagem aos Açores, a fim de inaugurar o Posto Clínico da Previdência.

No dia 24 de agosto é publicado o programa oficial da visita ao Funchal de 30 de agosto no *Diário de Notícias*. No dia 26 foi publicado um edital do Governo Civil informando que durante a manhã do dia 30, as repartições públicas deveriam encerrar funções. No mesmo matutino uma nota oficiosa do Ministério das Corporações e Previdência Social, por meio da Delegação do Funchal do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, convida as empresas comerciais e industriais a “encerrarem as

⁷³ O complexo da Caixa de Previdência Social do Funchal tinha já inaugurado em 7 de outubro de 1963 um conjunto habitacional, com projeto do arquiteto Raul Chorão Ramalho, a que se seguiram sucessivas ampliações, como a deste posto clínico, ainda ampliado em 1971, quando foi dotado de uma escultura de bronze do mestre Lagoa Henriques (1923-2009) e nessa ampliação, tendo também trabalhado o escultor Amândio de Sousa (1934-2021).

⁷⁴ **José João Gonçalves de Proença** (1924-2012) nasceu em Rochoso, distrito da Guarda, tendo enveredado em Direito na Universidade de Coimbra. Desempenhou funções no Ministério da Educação Nacional, na Mocidade Portuguesa, foi diretor do Instituto de Formação Social e Corporativa, professor no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e ministro das Corporações e Previdência Social entre 1961 e 1970.

⁷⁵ **António de Braamcamp Sobral** (1912-1987) nasceu em Sobral de Monte Agraço, Lisboa, e faleceu na Lapa, em Lisboa. Entrou para a Escola do Exército, onde cursou Artilharia. Casou com D. Maria Ana de Vilhena Freire de Andrade Maldonado Passanha com quem teve sete filhos. Tomou posse como governador do distrito autónomo do Funchal a 5 de março de 1969 até ao dia 20 de fevereiro de 1974 (Carita 2021; Lemos 2022).

suas atividades durante todo o dia, podendo as horas de trabalho ser compensadas na primeira semana de setembro sem que haja a obrigatoriedade de requererem a esta delegação o regime de compensação que desejarem usar” (DN, 26-08-1969, 1).

No dia 27 de agosto, o *Diário de Notícias* publica um convite à população, por parte da Câmara Municipal do Funchal, a que os funchalenses se associem às manifestações em honra do almirante Américo Tomás. Na mesma publicação o B.I.I. n.º 19 pediu a comparência dos “Praças que pertenceram às Companhias de Caçadores, 114, 384, 1439 e 1522 a comparecerem no dia 30 do corrente, pelas 10,30 horas, no B.I.I. 19” (*Ibidem*, 27-08-1969, 1). A 28 de agosto chega, por via aérea, à ilha da Madeira o ministro das Corporações, no dia seguinte, também por via aérea, chega o ministro do Interior, Dr. António Manuel Gonçalves Rapazote⁷⁶ (1910-1985). Ainda no dia 29, o presidente da República embarca em São Miguel, nos Açores, no paquete *Funchal* rumo à ilha da Madeira. Pelas 8 horas do dia 30 o paquete *Funchal* lançava ferro nas águas da baía do Funchal.

Tal como fora anunciado no programa oficial (Anexo 6), o ministro do Interior, o ministro das Corporações, o governador do Distrito, o governador militar e respetivas mulheres subiram a bordo por forma a apresentar os seus cumprimentos ao presidente da República e à primeira-dama, eram cerca das 9 horas e 30 minutos. Pouco tempo depois ocorreu o desembarque. No cais da Pontinha o presidente da República passou revista à guarda de honra, constituída por um batalhão e duas companhias, com banda de música, do B. I. I. n.º 19. Decorreu, depois, o desfile das forças em parada. Terminadas as formalidades militares o cortejo rumou até à Câmara Municipal do Funchal.

Na Praça do Município os Bombeiros Municipais e Voluntários prestaram guarda de honra ao almirante Américo Tomás, a que este passou revista. Posteriormente entrou nos Paços do Concelho onde decorreu uma cerimónia de boas-vindas. Na tribuna, durante a sessão solene, o presidente da República era ladeado pelo ministro do Interior, ministro das Corporações, governador do Distrito, governador militar, bispo,

⁷⁶ **António Manuel Gonçalves Ferreira Rapazote** (1910-1985), nasceu em Bragança e licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi membro do Movimento Nacional-Sindicalista português e funcionário do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. Em 1968 tornou-se ministro do Interior, cargo que desempenhou até à sua exoneração em 1973.

presidentes da câmara municipal do Funchal, da Junta Geral, da comissão distrital da União Nacional, Dr. José Ramos, e ajudante-de-campo do presidente da República, tenente Guilherme Tomás.

O presidente da câmara municipal do Funchal, Dr. Fernando de Almeida Couto⁷⁷, seguido do presidente da comissão distrital da União Nacional e, por último, do presidente da República proferiram algumas palavras. Terminada a sessão, o cortejo seguiu para o novo quartel do B. I. I. n.º 19, em São Martinho, recentemente inaugurado. Ao chegar ao quartel, o chefe de Estado, recebeu cumprimentos do governador militar da Madeira, do chefe de Estado Maior do C.T.I.M., tenente-coronel Manuel Ramos, do chefe do Distrito de Recrutamento e Mobilização, tenente-coronel João Carlos de Sousa, do comandante do B.I.I. n.º 19, major Nunes Prudêncio, e da Comissão Administrativa das novas instalações para as Forças Armadas, pelos Eng.º Mário Tavares Mendes e Eng.º João de Deus Pimentel. Após um breve discurso do governador militar da Madeira, o Eng.º Tavares Mendes, apresentou a planta do novo aquartelamento e orientou a visita às novas instalações. Terminada a visita, o cortejo, rumou ao *Reid's Hotel* onde decorreu o almoço oferecido pelo governador do Distrito e sua mulher.

Após o almoço, o almirante Américo Tomás dirigiu-se ao Parque de Santa Catarina onde observou a estátua de Cristóvão Colombo. Visitando, em seguida, o Grémio dos Industriais dos Bordados, onde pode observar a sala de exposições de tapeçarias e os trabalhos para a realização do seu retrato. Terminada a visita o cortejo seguiu para cerimónia inaugural dos Serviços Médico-Sociais da Caixa Sindical de Previdência do Distrito do Funchal.

Era próximo das 16 horas e 30 minutos quando o presidente da República, o ministro das Corporações, o ministro do Interior e restante comitiva chegaram ao novo edifício da Policlínica do Bom Jesus. Sendo aguardados pelo governador do Distrito,

⁷⁷ **Fernando José Martins de Almeida Couto** (1924-2005). Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, veio a gerir como advogado as firmas *João de Freitas Martins, Lda.*, *Vasconcelos & Couto, Lda.*, entre outras. Foi presidente da Câmara do Funchal entre 31 de agosto de 1965 e 22 de maio de 1972, cônsul da Grécia desde 27 abr. 1976 e da Holanda, desde 29 set. 1976. Como presidente da Câmara Municipal do Funchal e representante os municípios do arquipélago da Madeira, integrou a Câmara Corporativa e foi durante o seu mandato como presidente da câmara do Funchal que se realizou o célebre *Colóquio de Urbanismo* (CMF, 1969), que reuniu comunicantes internacionais e deu origem ao *Plano Diretor da Cidade do Funchal* (1972). Voltando à sua vida empresarial, ainda teve um importante papel após o 25 de Abril de 1974, como presidente da mesa geral da Associação Comercial do Funchal, que se reestrutura progressivamente em Comercial e Industrial e em Câmara de Comércio.

pelo delegado do Instituto Nacional do Trabalho Previdência do Funchal, presidente da Direção e diretor dos Serviços Clínicos da Caixa dos Sindicatos de Previdência entre outros indivíduos. À chegada o Presidente da República descerrou uma comemorativa da inauguração e visitou o edifício. Aberta a sessão tomaram a palavra o Dr. José Avelino Gonçalves, o Dr. António d'Ascensão e Castro, presidente da Direção da Caixa de Previdência do Funchal, e o ministro das Corporações. Depois foram condecoradas várias entidades cuja participação fora fulcral para a concretização da Policlínica do Bom Jesus.

Pelas 19 horas, o almirante Américo Tomás, chegou ao Palácio de São Lourenço onde proporcionou um jantar aos seus convidados. Aos brindes tomou a palavra o governador do Distrito seguido pelo presidente da República. Terminada a refeição decorreram os cumprimentos de despedida, embarcando pouco tempo depois no *Funchal*. Pela 0 horas e 15 minutos o navio zarpou rumo a Lisboa.

1970

O primeiro anúncio sobre a nova passagem do presidente da República pela Madeira foi publicado no *Diário de Notícias* no dia 10 de julho de 1970, noticiando que no decorrer da viagem presidencial às ilhas de São Tomé e Príncipe, o almirante Américo Tomás, estaria algumas horas na ilha da Madeira, no dia 16 de julho. Paragem que repetir-se-ia no dia 5 de agosto, aquando do seu regresso a Lisboa. No dia 12 de julho eram dadas novas informações sobre a hora de chegada e de partida do navio em que se deslocaria o presidente da República e sua comitiva. Era acompanhado pela primeira-dama, pela sua filha Maria Natália, pelo ministro do Ultramar, Joaquim da Silva Cunha (1920-2014) ⁷⁸, pelo secretário de Estado da Informação e Turismo, Dr.

⁷⁸ **Joaquim Moreira da Silva Cunha** (1920-2014) nasceu em Santo Tirso, distrito do Porto. Licenciado pela Universidade de Direito de Lisboa desempenhou durante grande parte da sua carreira cargos de docência universitária. Entre 1962 e 1965 desempenha o cargo de subsecretário de Estado no Ministério do Ultramar, sendo nomeado em 1965 para o cargo de ministro, cargo que desempenhou até 1973 (Rosas e Brito 1996, 243-244).

César Moreira Baptista (1915-1982)⁷⁹, pelo chefe da Casa Militar, general Humberto Pais.

Na véspera da passagem do Presidente da República pela Madeira, surgiram, no *Diário de Notícias* e no *Jornal da Madeira*, os primeiros convites à população madeirense para prestar homenagem ao Presidente da República, acompanhados do respetivo programa oficial (Anexo 7). Nos mesmos jornais foram publicadas notas officiosas do Ministério das Corporações e Previdência Social, por meio da Delegação Madeirense do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência convidando as firmas a encerrarem os seus estabelecimentos a partir das 17 horas e 30 minutos, por forma a que o “[...] Povo madeirense que preste a homenagem devida ao Chefe do Estado [...]” (*Jornal da Madeira*, 15-07-1970, 1) referindo que seria “concedida autorização [...] para compensarem nos dias 17 e 18 do corrente, em regime de prolongamento [...] o tempo durante o qual conservaram os seus estabelecimentos encerrados” (*Ibidem*).

O *Diário de Notícias* de 16 de julho refere a chegada, no dia anterior, por via aérea, de várias personalidades para receberem o chefe do Estado em Água de Pena, na MATUR⁸⁰. Entre elas a presidente do Conselho de Administração da MATUR, Fernanda Pires da Silva (1926-2020). Pelas 13 horas do dia 16 de julho, o paquete *Príncipe Perfeito*, entrou na baía do Funchal escoltado pela fragata *Almirante*

⁷⁹ **César Henrique Moreira Baptista** (1915-1982) nasceu em Espinho, Aveiro, e desempenhou funções enquanto advogado e político durante o Estado Novo. Desempenhou funções na Comissão Reguladora dos Carvões, na Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho e na Caixa de Previdência dos Organismos Económicos. Foi Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entre 1953 e 1957, deputado à Assembleia Nacional e membro da Comissão Executiva da União Nacional. Em 1958 é-lhe atribuído o cargo de diretor do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, em 1968 torna-se Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho e em 1973 é nomeado ministro do Interior (Rosas e Brito 1996, 88-89).

⁸⁰ Com a abertura do aeroporto de Santa Catarina, inaugurado a 8 de julho de 1964, a empresária Fernanda Pires da Silva (1926-2020), presidente do *Grupo Grão-Pará*, iniciou os trabalhos para a montagem do complexo turístico da *Matur*, em Água de Pena (1972-1999). A 20 de novembro de 1972 eram assim inaugurados os grandes hotéis construídos de raiz na época: o *Sheraton*, no Funchal, onde se havia levantado o antigo Hotel Atlântico e o *Atlantis Holliday Inn*, junto ao aeroporto, como todos os hotéis dessa cadeia internacional. O complexo da *Matur* representava uma inovação no contexto da hotelaria insular, afastando-se do Funchal e instalando-se a algumas dezenas de quilómetros da cidade. Era filosofia da cadeia hoteleira *Holliday Inn*, com a qual o Grupo Grão Pará trabalhava, o procurar novos espaços e localizar-se nas imediações de aeroportos, permitindo uma rápida instalação dos utentes e, igualmente, uma rápida saída. O complexo possuía igualmente um outro aspeto mais ou menos inovador à época, que era a articulação com pequenos apartamentos de férias, independentes da unidade hoteleira-mãe. Encontrava-se dotado também de um amplo parque ajardinado, com instalações para congressos, club de bridge, restaurantes, piscina olímpica, etc. As alterações do mercado turístico nos anos seguintes colocaram em causa o projeto e a ampliação do aeroporto levou à necessidade de demolição do *Atlantis*, que com os seus 17 pisos levantava questões de segurança ao tráfego aéreo, o que veio a acontecer, por implosão, a 22 de março de 2000.

*Magalhães Correia*⁸¹ e pela fragata *Almirante Pereira da Silva*. No cais da Pontinha aguardava a guarda de honra, composta por um batalhão de infantaria, a duas companhias, comandado pelo major António Xavier Lopes Pereira Meneses, com Bandeira Nacional, guião, banda de música e fanfarras. Aquando da atracagem do navio, o Forte de São Tiago lançou as salvas do estilo.

Deslocaram-se a bordo várias entidades a fim de apresentarem cumprimentos ao chefe de Estado, entre elas o governador do Distrito, coronel António Braamcamp Sobral, o secretário do governo do distrito, Dr. Quirino Spencer Salomão (c. 1920-2000), o bispo D. João António Saraiva (1923-1976), e o governador militar, brigadeiro Luís Mário do Nascimento. Terminados os cumprimentos decorreu o desembarque. O presidente da República passou revista à guarda de honra, assistindo ao desfile das forças, em continência, acompanhado pelo governador militar, ministro do Ultramar e governador do distrito.

O cortejo seguiu depois pela estrada da Pontinha, Rua Cónego Jerónimo Dias Leite e Avenida do Infante fazendo uma breve paragem no *Savoy Hotel* e seguindo até as obras de construção do *Hotel Hilton*, na Praia Formosa, depois *Madeira Palácio* (1972). No regresso ao Funchal o cortejo parou no *Hotel Sheraton-Atlântico* para apreciar o projeto daquela infraestrutura. Retomada a marcha, no *Savoy Hotel*, o almirante Américo Tomás apreciou as obras de reconstrução em curso. Terminada a visita seguiu para a Freguesia do Caniço, em Santa Cruz, a fim de visitarem o Centro de Turismo Reis Magos⁸².

Do Caniço seguiram para Machico a fim de visitarem as fundações do Hotel Saviotti, hoje *D. Pedro*. A paragem seguinte foi na MATUR, onde o Chefe de Estado e sua comitiva, com o governador do distrito e Maria Ana Braamcamp Sobral, entre outras entidades. Após a visita às obras de construção do novo empreendimento turístico, o governador do distrito ofereceu uma recepção em honra do presidente da República. Ali, apresentaram cumprimentos, entre outras individualidades, a presidente

⁸¹ Em memória do almirante Luís Magalhães Correia (1973-1960), que havia estado na Madeira por ocasião da Revolta de 1931 e que, antes, ocupara o lugar de Ministro da Marinha.

⁸² As informações sobre o Centro de Turismo dos Reis Magos são, a abono da verdade, inexistentes. Contudo no Fundo Fotográfico Teófilo Rego, disponível na Fundação Manuel Leão, existe a referência a uma maquete do projeto, da autoria, cremos, do arquiteto João Andersen. cf.: <https://arquivofotografico.fmleao.pt/index.php/urbanizacao-do-centro-de-turismo-dos-reis-magos-llha-da-madeira-perspectiva-da-maqueta-5>.

do Conselho de Administração da MATUR e os srs. Joaquim Dias Sousa Ribeiro, Luís Kennedy de Bettencourt e Laurindo Correia, da administração da MATUR. Depois, o presidente da República teve a oportunidade de apreciar a maquete do hotel *Hollyday Inn Madeira*, projeto do arquiteto Ayrton Cornelson (1922-2020).

Depois da visita às instalações os visitantes puderam apreciar a exibição do Grupo Folclórico Os Ilhéus⁸³ e do Grupo Coral Feminino da Escola Industrial e Comercial do Funchal. Após a atuação, o governador do distrito dirigiu umas palavras ao presidente da República e entregou os donativos angariados para a Fundação Salazar⁸⁴ ao chefe de Estado. Perto das 19 horas o *Príncipe Perfeito* abandonava as águas madeirenses rumo a São Tomé e Príncipe.

1971

Na edição de 12 de setembro de 1971 do *Diário de Notícias*, numa reportagem sobre a atribuição do nome do presidente da República Américo Tomás à Central Hidroelétrica da Fajã da Nogueira, era reportada a presença do chefe de Estado na cerimónia inaugural. Todavia seria na edição de 15 de setembro que seriam dados mais pormenores acerca do programa oficial. Na edição da véspera da visita, surgiram os primeiros convites à população por parte da Câmara Municipal do Funchal, da Ação Nacional Popular, da Câmara Municipal de Santa Cruz e da Câmara Municipal de Santana, convidando a população a participar nas homenagens ao presidente da República. O almirante Américo Tomás era acompanhado pela primeira-dama, o ministro das Obras Públicas e Comunicações, Eng.º Rui Sanches⁸⁵ (1919-2009), e o

⁸³ Também designado de Grupo de Danças Estilizadas *Os Ilhéus*, inspirado no *Verde Gaio*, terá sido criado entre 1963 e 1965 pelo bailarino Manuel Câmara, empregado na *Fábrica de Bolachas de Santo António*. Cf.: Manuel Pedroso S. Freitas, 2008, “Grupos Musicais Madeirenses entre 1850 e 1974” in *A Madeira e a Música: Estudos (c. 1508-c. 1974)*. Funchal: Empresa Municipal “Funchal 500 Anos”. p. 455.

⁸⁴ A Fundação Salazar foi criada oficialmente pela iniciativa do presidente da República, no Palácio de Belém, tendo a tomada de posse do conselho de administração presidido por António de Medeiros e Almeida (1895-1986) a 31 de julho de 1969, registando a presença de Marcelo Caetano, presidente do Conselho e outros membros do governo.

⁸⁵ **Rui Alves da Silva Sanches**, nasceu em Coimbra, estudou Engenharia Civil na Universidade do Porto. Após a conclusão do curso enveredou na Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, depois na Direção-Geral dos Serviços Hidráulicos. Em 1961 torna-se diretor-geral dos Serviços Hidráulicos, em 1967 subsecretário de Estado das Obras Públicas e em 1968 é nomeado para ministro das Obras Públicas e em 1970 ministro das Comunicações, pastas que geriu simultaneamente até à queda do regime a 25 de abril de 1974.

secretário de estado das Obras Públicas, Eng.º José Pinto Eliseu⁸⁶ (1916-2018), e o secretário de estado da Informação e Turismo, Dr. César Moreira Baptista, entre outras personalidades que compunham a comitiva.

Pelas 18 horas, como previsto no programa da visita (Anexo 8), o avião da TAP aterrou no aeroporto de Santa Catarina. Na pista aguardavam o governador do distrito, coronel António Braamcamp Sobral, o governador militar da Madeira, brigadeiro Aires Fernandes Martins (1916-1989), o bispo D. João Saraiva, o presidente da Junta Geral do Distrito, Eng.º Rui Vieira (1926-2009), o presidente da câmara municipal do Funchal, Dr. Fernando de Almeida Couto, o presidente da câmara municipal de Santa Cruz, Prof. João Tiago Gonçalves Rocha, e o diretor do Aeroporto da Madeira, Rui Falcão Costa, e respetivas mulheres.

Após o desembarque, as entidades apresentaram cumprimentos ao presidente da República e à primeira-dama. Depois, as forças em parada, um batalhão e duas companhias com banda e fanfarra, prestaram honras de continência enquanto o almirante Américo Tomás passava revista. Seguiu o desfile das forças. Terminadas as honras militares, a comitiva seguiu para a aerogare do aeroporto e depois para os automóveis. O chefe de Estado e a primeira-dama rumaram ao Palácio de São Lourenço, a restante comitiva deslocou-se para o *Hotel Savoy*, onde ficaria hospedada. À chegada ao Palácio, a guarda de honra, no lado norte exterior, composta por uma companhia da Polícia Militar, apresentou armas ao Presidente.

Na manhã do dia 19, ao horário programado, pelas 10 horas, o cortejo iniciaria marcha rumo à Central Américo Tomás. O percurso iniciou-se na Avenida Zarco, passou no Terreiro da Luta, no Ribeiro Frio e terminando no concelho de Santana, entre a Estrada E.N.103 e a Fajã da Nogueira. Ali via-se um “artístico tapete de flores da região, com o comprimento de 50 metros, confeccionado pelas mulheres das redondezas” (DN 20-09-1971, 4). O presidente da República era aguardado pelo presidente da câmara municipal de Santana, Manuel Mateus Lourenço de Gouveia, o vice-presidente, Manuel Pedro da Silva Mendonça, e o vice-presidente da comissão concelhia da Ação

⁸⁶ O Eng.º **Pinto Eliseu**, embora não madeirense, casara na ilha, fora procurador à Junta Geral do Funchal (1955-1970), diretor delegado da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hídricos da Madeira e era então secretário de estado das Obras Públicas do ministro Rui Sanches (1919-2009). Faleceu em Lisboa, a 26 de fevereiro de 2018, perto de completar os 102 anos de idade, que faria a 23 de julho.

Nacional de Santana, Porfírio Marques de Andrade, entre outras individualidades do concelho. Depois a banda municipal tocou o Hino Nacional, foram largados morteiros e a caravana começou a percorrer a estrada de acesso à estrutura hidroelétrica.

O presidente da República, ao chegar, foi recebido pelo presidente da C.A.A.H.M., coronel Fernando Homem da Costa, diretor-delegado, Eng.º Gonçalo Nuno de Matos Noronha da Câmara (?-2009), diretor-administrativo, Dr. Jorge Sérgio Marques, adjunto do diretor-delegado, Eng.º Alberto David Soares Gonçalves dos Reis, e do diretor dos Serviços de Eletricidade da C.A.A.H.M., Eng.º Álvaro Leonardo Afonso. À chegada à central, o presidente da República, descerrou o medalhão com a sua efígie, obra do escultor Leopoldo de Almeida (1898-1975), tomando lugar na tribuna para presidir à sessão solene. Na mesa de honra, o chefe de Estado dava a direita ao ministro das Obras Públicas e Comunicações, o secretário de Estado das Obras Públicas e o governador militar da Madeira, à esquerda o secretário de Estado da Informação e Turismo, o governador do distrito e o presidente da C.A.A.H.M. Na ala direita, em lugar de destaque, estava o bispo.

No decorrer da sessão solene tomaram a palavra, o presidente da C.A.A.H.M., seguindo do secretário de Estado das Obras Públicas e, por fim, do presidente da República. Seguiu-se a condecoração com o grau de Oficial da Ordem de Benemerência⁸⁷ de dois funcionários da C.A.A.H.M.: o Eng.º Álvaro Leonardo Afonso e o Eng.º Alberto David Soares Gonçalves dos Reis. Terminada a sessão solene, os convidados percorreram o edifício da central, guiados pelos dirigentes e técnicos da C.A.A.H.M.. No salão dos geradores, o bispo do Funchal procedeu à bênção da nova central, e o chefe de Estado procedeu ao arranque de um dos grupos de geradores. Na parede da galeria superior, onde se viam fotos do desenvolvimento da obra, o presidente da República descerrou outra lápide. Depois, em *jeeps*, os principais membros da comitiva, subiram até ao Pico da Nogueira para apreciar a câmara de carga da Central. No miradouro construído no local, o presidente da República apreciou o esquema geral da obra e a paisagem.

⁸⁷ A Ordem de Benemerência destina-se a condecorar atos ou serviços de mérito praticados no exercício de quaisquer funções que revelem sentido de abnegação em favor do coletivo, quer do setor público ou privado. Hoje é definida pela lei n.º 5, de 02 de março de 2011, artigos 31 a 33, sendo que hoje é designada de Ordem de Mérito.

Findada a visita à Central o cortejo rumou ao Lombo do Faial, onde seria servido o almoço, oferecido pela C.A.A.H.M, na Casa de Chá do Faial. O almoço decorreu no salão principal, onde em três mesas circulares se sentaram os membros da comitiva e as superiores entidades do Distrito. Depois, seguindo o programa oficial, a caravana retornou ao Funchal pelas 16 horas e 30 minutos. Pelas 18 horas, o cortejo alcançava o Estádio Prof. Marcello Caetano⁸⁸. Ali o presidente da República atribuiu ao “[...] estandarte do Club Sport Marítimo as insígnias de «Membro Honorário da Ordem de Benemerência» [...]” (DN, 20-09-1971, 9). Depois tomaram lugar na tribuna e assistiram ao desfile dos atletas.

À noite, pelas 21 horas, o presidente da República e primeira-dama deslocaram-se ao *Hotel Madeira Hilton*, onde eram aguardados pelo presidente do Conselho de Administração da *Lignum Investimentos Turísticos Madeira*, Dr. Félix Pereira, que apresentou os diretores internacionais da *Hilton Internacional*. Depois convidou o almirante Américo Tomás a cortar a fita simbólica da inauguração do estabelecimento e a descerrar a lápide comemorativa. Seguiu-se a visita à estrutura. Servido o jantar, durante o *champagne*, o vice-presidente da *Hilton Internacional*, tomou a palavra, seguido do administrador da *Lignum*, Robert Jabara, e, por fim, o presidente da República. Posteriormente todos os convidados visitaram a piscina, o bar-privativo e o bar principal.

No último dia da visita, o cortejo partiu pelas 10 horas do Funchal. Passaram pela vila de Câmara de Lobos, pelo Estreito de Câmara de Lobos, pelo Campanário, pela vila da Ribeira Brava, Encumeada e, por fim, alcançaram o Seixal. Ali na estrada que precede a central hidroelétrica da Ribeira da Janela o presidente da República foi recebido pelo presidente da C.A.A.H.M., coronel Fernando Homem da Costa, pelo diretor-delegado da C.A.A.H.M., Eng.º Gonçalo Nuno de Matos Noronha da Câmara, pelo Adjunto do Diretor-Delegado C.A.A.H.M., Eng.º Alberto David Gonçalves dos

⁸⁸ O *campo dos Barreiros* existe desde 26 jun. 1927, data da inauguração do inicial campo pelado, sendo depois reformulado na época do governador Cmdt. Inocêncio Camacho de Freitas (1899-1969) com projeto do Arq. António Couto Martins (1887-1970) e do Eng. Félix do Amaral e, o novo estádio, inaugurado a 5 maio 1957, pelo ministro das Obras Publicas, Eng. militar Eduardo de Arantes e Oliveira (1907-1982). Com a algo inopinada visita ao Funchal do professor Marcello Caetano, em dezembro de 1969, o nome do novo presidente do conselho seria dado ao estádio, mas até aos dias de hoje, o nome que prevalece continua a ser de Estádio dos Barreiros.

Reis, pelo diretor dos Serviços de Eletricidade, Álvaro Leonardo Afonso, e pelo diretor-administrativo, Dr. Jorge Sérgio Marques.

À entrada da Central Arantes e Oliveira via-se a efigie do ministro, afixada aquando da inauguração em 26 de setembro de 1965. Após a visita à infraestrutura, o cortejo dirigiu-se para a vila do Porto Moniz, onde decorreu o almoço no restaurante *Cachalote*. Terminada a refeição o cortejo iniciou caminho para o Funchal, fazendo uma curta paragem na Pousada dos Vinháticos. Pelas 17 horas e 30 minutos a caravana presidencial chega ao Palácio da Junta Geral a fim de inaugurar a exposição de óleos de Francisco Maya (1915-1993). Era aguardado pelo presidente da Junta Geral, Eng.º Rui Vieira, pelo presidente da Câmara Municipal do Funchal, Dr. Fernando de Almeida Couto, e pelo procurador à Junta Geral Dr. André Cymbron, entre outros. Pelas 20 horas teve início o jantar, “gentileza do almirante Américo Tomás e de sua mulher”, no Palácio de São Lourenço em honra dos membros do Governo, como refere a comunicação social. Aquando dos brindes, o governador do Distrito saudou o chefe de Estado com um discurso ao qual o almirante Américo Tomás retribuiu.

Eram 23 horas e 45 minutos quando o presidente da República e primeira-dama chegaram ao cais da Pontinha e, junto às escadas de acesso ao navio *Funchal*, receberam os cumprimentos de despedida. Pelas 0 horas a embarcação zarpou em direção a Lisboa.

1972

A 17 de novembro de 1972, o *Diário de Notícias* noticiou a visita, de dois dias, do almirante Américo Tomás à ilha da Madeira (Anexo 9). Acompanhá-lo-iam a primeira-dama, a filha, o ministro das Obras Públicas e Comunicações, Eng.º Rui Sanches, e o secretário de Estado da Informação e Turismo, Dr. César Moreira Baptista (1915-1982), que cerca de ano e meio depois voltaria com o Almirante e a família a São Lourenço, mas em outras circunstâncias. No dia 19 de novembro, a Câmara Municipal do Funchal e a Ação Nacional Popular anunciaram, nos matutinos locais, convites à população a “[...] dispensar ao Senhor Presidente da República as homenagens e congratulações devidas a Sua Excelência” (*DN*, 19-11-1972, 3).

Na manhã do dia 20, pelas 10 horas, aterrou no Aeroporto do Funchal o avião da TAP que transportava o Presidente da República e restante comitiva. Na pista

aguardavam o governador do Distrito Autónomo do Funchal, coronel António Braamcamp Sobral, Ana Passanha Braamcamp Sobral, o comandante-chefe das Forças Armadas do Arquipélago, brigadeiro Luís Tavares de Figueiredo, o vigário capitular da Diocese, cónego Agostinho Gonçalves Gomes (1912-1998), o presidente da Junta Geral do Distrito, Eng.º Rui Vieira, o presidente da Câmara Municipal do Funchal, Dr. António Agrela Gomes Loja (1930-), o presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz, Prof. João Tiago Rocha, o delegado da TAP, Dr. Alexandre Goulart, e o diretor do Aeroporto do Funchal, Rui Falcão Costa.

Após os cumprimentos protocolares, o presidente da República, passou revista à guarda de honra, constituída por um batalhão a duas companhias com Bandeira Nacional, estandarte, banda de música e fanfarras, comandadas pelo major Augusto Rosendo Sardinha (1940-). Tomou depois lugar na tribuna junto do ministro das Obras Públicas e Comunicações, secretário de Estado da Informação e Turismo, governador do Distrito e governador militar da Madeira, onde assistiram ao desfile. Findo o protocolo militar, o almirante Américo Tomás dirigiu-se para a gare do aeroporto, onde, à entrada, numerosos setimanistas estenderam as suas capas à passagem do presidente da República.

Pelas 11 horas e 15 minutos o chefe de Estado chegou às instalações do Cabo Submarino da Companhia Portuguesa Rádio Marconi⁸⁹ no Garajau. Era aguardado pelo administrador da Companhia, Eng.º Fernando Franco Feijó, o chefe da Delegação da Marconi no Funchal, Fernando Tavares da Silva, e o técnico da estação, Eng.º Fernando Pimentel. Após a visita às instalações, o cortejo dirigiu-se para o Pico do Silva, onde ficava localizado o Emissor da R.T.P., sendo recebido pelo diretor-delegado na Madeira, Eng.º Francisco Assis Correia e pelo técnico José Castanheira. Terminada a visita a caravana presidencial rumou ao Funchal.

Perto das 13 horas o cortejo chegou ao Palácio de São Lourenço. À entrada um pelotão da Polícia Militar prestou as devidas honras. Após um almoço íntimo, o Presidente da República recebeu o presidente da Junta Geral do Distrito e o presidente

⁸⁹ Para saber mais sobre a Companhia Portuguesa Rádio Marconi na Madeira consultar: Alberto Vieira (1995), *A Companhia Portuguesa Rádio Marconi na Madeira, 1922-1995*. Funchal: Marconi. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alberto-Vieira-2/publication/311048701_A_Companhia_Radio_Marconi_na_Madeira1922-1995/links/583c53a208ae502a85e3bb31/A-Companhia-Radio-Marconi-na-Madeira1922-1995.pdf.

da Câmara Municipal do Funchal. Ao final da tarde decorreu a cerimónia inaugural do *Madeira Sheraton Hotel*. O Presidente da República foi recebido pelo presidente e vice-presidente da *ITT Sheraton International Inc.*, respetivamente, o Dr. Claude Fenninger e Dr. John Kaploltas, pelo presidente do Conselho de Administração da *M. & J. Pestana, S.A.R.L.*, Manuel Domingos Pestana (1919-), e pelos Administradores da *M. & J. Pestana, S.A.R.L.*, António Bettencourt Sardinha e Dr. Ricardo Camacho, o diretor-geral da *Sheraton* em Portugal, Hans Oppacher, o diretor do *Madeira Sheraton*, George Marinos, e o Arq. Júlio Simião da Costa Alves, autor do projeto do hotel.

Após a visita às instalações do hotel, o almirante Américo Tomás cortou, simbolicamente, a fita inaugural. No *hall*, o presidente da República, novamente num gesto simbólico, descerrou uma lápide comemorativa. Depois tomou lugar na tribuna, acompanhado pelo secretário de Estado da Informação e Turismo, pelo administrador da *M.J. Pestana, S.A.R.L* e Presidente da *ITT Sheraton International Inc*, onde puderam observar a bênção do espaço pelo vigário capitular do Funchal. Proferiram discursos o Dr. Ricardo Camacho e o Dr. Claude Fenninger. Posteriormente, Manuel Domingos Pestana (1919-) foi condecorado com a Comenda da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial⁹⁰. O chefe de Estado, com o Dr. César Moreira Baptista procederam à colocação da insígnia no presidente do Conselho de Administração da empresa *M. & J. Pestana S.A.R.L.* Depois os convidados, enquanto aguardavam pelo jantar inaugural, puderam usufruir de um *cocktail party*. Pelas 23 horas terminava o jantar.

No segundo dia da visita presidencial, o cortejo partiu do Funchal pelas 10 horas e 30 minutos, conforme estava programado e o presidente da República visitou as obras do novo Hospital Regional, em vias de conclusão. No *hall* de entrada, o Presidente da República acompanhado pelo Diretor dos Serviços de Obras da Direção Geral das Construções Hospitalares, Eng.º Jaime Rodrigues Nina, ouviu os esclarecimentos prestados. Percorreram os vários pisos do hospital, terminando a visita pelas 11 horas e 30 minutos.

⁹⁰ A Ordem do Mérito Agrícola e Industrial foi a insígnia que o Rei D. Carlos I instituiu, a 04 de junho de 1893, na sua visita à cidade de Beja, destinada a condecorar empresários que se tenham destacado no fomento e valorização do setor económico. Nos termos atuais a Ordem de Mérito Empresarial estão dispostos na lei n.º 5, de 02 de março de 2011, artigos 37 a 39, sendo hoje composta por três classes: Agrícola, Comercial, das Indústrias.

Embora não estivesse previsto no programa oficial, a caravana presidencial seguiu para a Igreja Paroquial do Monte. Era próximo às 12 horas quando foram recebidos pelo cónego Agostinho Gonçalves Gomes, vigário capitular da Diocese, pelo padre Manuel Mota Pereira, pároco do Monte, e pelo sr. Gino Romoli (1906-1982), autor da reforma da capela onde repousam os restos mortais do ex-imperador Carlos de Habsburgo (1887-1922). Ali, o presidente da República, visitou o túmulo e a igreja. Depois o cortejo retornou ao palácio de São Lourenço onde decorreu um almoço íntimo

Pelas 15 horas e 30 minutos, o presidente da República chegou ao Bairro do Grémio dos Bordados, na Levada de Santa Luzia, Rua do Til, acompanhado pelo ministro das Obras Públicas, Eng. Rui Sanches, secretário de Estado da Informação e do Turismo, Dr. César Moreira Baptista, secretário do Ministro das Obras Públicas, Eng.º Magalhães Pacheco, e oficial-às-ordens do presidente da República, major Rui Pereira Coutinho. À entrada do Bairro do Grémio dos Bordados, o Chefe de Estado era aguardado pelo governador do Distrito Autónomo, pelo governador militar da Madeira, pelo presidente da Junta Geral do Distrito, pelo presidente da Câmara Municipal do Funchal, Delegado do Governo Junto ao Grémio dos Bordados, Dr. João Militão Rodrigues, presidente da direção do Grémio, Gilberto Macedo, diretores do Grémio, João Silvino da Silva Henriques, João Nunes Pereira, Humberto da Conceição Ornelas, e o Presidente do Sindicato Nacional de Bordados, Luís Jacinto de Jesus Rodrigues. O almirante Américo Tomás visitou algumas das 41 residências e, na sala destinada à escola, o presidente da direção do Grémio dos Bordados, Gilberto Macedo, tomou a palavra. Pelas 16 horas e 15 minutos o cortejo rumou ao centro do Funchal.

Pelas 19 horas a comitiva presidencial chegou ao *Hotel Holiday Inn*. À chegada foram recebidos pela presidente do Conselho de Administração da *Interhotel*, Fernanda Pires da Silva (1926-2020), pelo presidente da *Commonwealth Holiday Inn of Canada Limited*, Dr. David Rubinoff, pelo diretor para as operações na Europa, Robert Rubinoff, pelo diretor do *Holiday Inn*, Erwin J. Rieck, pelo administrador da MATUR, coronel Fernando Homem da Costa, e pelo diretor comercial da *Holiday Inn* na Madeira, José Manuel Ribeiro de Andrade (1912-1998). Durante a visita às instalações, o presidente da República foi acompanhado pelo governador do Distrito Autónomo, pelo governador militar da Madeira e pelo presidente da câmara municipal de Machico.

Decorreram, em seguida, os discursos da presidente do Conselho de Administração da *Interhotel*, do Presidente da *Commonwealth Holiday Inn of Canada Limited* e do presidente da República, e o descerramento de uma placa comemorativa. Terminado o jantar, a comitiva retornou ao Funchal.

Na manhã do dia 22 de novembro, pelas 9 horas, a comitiva presidencial deixou o Palácio de São Lourenço rumo ao Aeroporto do Funchal. No aeroporto, o presidente da República, a primeira-dama, a filha, o ministro das Obras Públicas e o secretário de Estado da Informação e Turismo receberam cumprimentos do coronel Braamcamp Sobral e de Ana Passanha Braamcamp Sobral, entre outras entidades locais. Estava igualmente presente um grupo de setimanistas que ofereceram um ramo de flores à primeira-dama. Pelas 10 horas e 30 minutos o avião levantou voo rumo a Lisboa.

1973

No *Diário de Notícias* de 6 de setembro de 1973, é publicado o programa oficial da visita presidencial a decorrer entre os dias 8 a 10 de setembro (Anexo 10). O presidente da República era acompanhado pelo ministro das Obras Públicas e Comunicações, Eng.º Rui Sanches, o ministro das Corporações e Previdência Social e da Saúde e da Assistência, Dr. Baltazar Rebelo de Sousa⁹¹, o secretário de Estado da Informação e Turismo, Dr. César Moreira Baptista, o secretário de Estado das Obras Públicas, Eng.º José Adolfo Pinto Eliseu, e o secretário de Estado das Comunicações e Transportes, Eng.º Oliveira Martins⁹².

No dia seguinte foram publicados anúncios nos principais matutinos regionais, da Câmara Municipal do Funchal e da Ação Nacional Popular a convidarem a população a participar nas homenagens ao Chefe de Estado. Na edição, do mesmo dia,

⁹¹ Baltasar Leite Rebelo de Sousa (1921-2002) natural de Lisboa, médico, foi deputado à Assembleia da República durante três legislaturas. Em 1955 foi nomeado subsecretário de Estado da Educação Nacional, cargo que desempenhou até 1961, ministro das Corporações e Previdência Social da Saúde e Assistência entre 1970 e 1973, e ministro do Ultramar entre 1973 até ao 25 de abril de 1974.

⁹² João Maria Leitão de Oliveira Martins foi secretário de Estado das Comunicações e Transportes entre 1970 e 1974 (Andrade 2002, 267)

do *Diário de Notícias* foram noticiados alguns elementos informativos das estruturas a inaugurar: a aerogare no Aeroporto do Funchal e o Hospital Distrital do Funchal⁹³.

Pouco antes das 11 horas e 30 minutos, o avião, em que se deslocava o presidente da República, aterrou no aeroporto do Funchal. Ao desembarcarem foram recebidos pelo governador do Distrito, coronel António Braamcamp Sobral, e sua mulher, Ana Passanha Braamcamp Sobral, o governador Militar da Madeira, brigadeiro Vasco António Lopes da Eira, o vigário capitular da Diocese, cónego Agostinho Gonçalves Gomes, presidente da Junta Geral do Distrito, Eng.º Rui Vieira, presidente da Câmara Municipal do Funchal, Dr. António Agrela Gomes Loja, diretor do Aeroporto da Madeira, Dr. Rui Falcão Costa, delegado da TAP, Dr. Alexandre Goulart, presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz, Prof. João Tiago Rocha.

Após os cumprimentos, o chefe de Estado recebeu as honras militares pelo batalhão a duas companhias, com bandeira, guião, banda de música e fanfarra, comandado pelo major Ramiro Morna Nascimento (1932-). Passou revista à formação e, por fim, numa tribuna em frente à aerogare, assistiu ao desfile. Na tribuna também se encontravam o chefe da Casa Militar do presidente da República, general Humberto Pais, e o seu ajudante de campo, capitão de Fragata Moreira Rato Barreiros.

Terminado o desfile o presidente da República dirigiu-se para uma das salas da aerogare onde foi cumprimentado por inúmeras individualidades. Pouco depois, teve início a sessão solene da inauguração da aerogare do Aeroporto do Funchal. Na mesa de honra, sentaram-se, à direita do almirante Américo Tomás, o Eng. Rui Sanches, o Eng.º João de Oliveira Martins, e o Eng.º Victor Veres, à esquerda, o Dr. César Moreira Baptista, o coronel Braamcamp Sobral e o Eng.º Rui Vieira; em lugar de destaque sentou-se o cónego Agostinho Gonçalves Gomes.

O diretor-geral da Aeronáutica Civil, Eng.º Victor Veres, abriu a sessão em nome do chefe de Estado, seguindo-se o secretário de Estado das Comunicações e Transportes e, por fim, o secretário de Estado da Informação. Terminados os discursos foram condecorados o Eng. Victor Veres com o Grau de Grande Oficial da Ordem Militar de

⁹³ Embora o Hospital Distrital do Funchal tenha sido inaugurado a 9 de setembro de 1973, já estava em funcionamento desde o dia 5 de setembro de 1973. Pelo que nos dias anteriores à inauguração, o *Diário de Notícias* já havia publicado reportagens sobre a Comissão Instaladora, os horários de funcionamento, a capacidade de ocupação (DN 04-09-1973, 1-3), a primeira utente a ser transferida do Hospital dos Marmeleiros (DN 06-09-1973, 1-3) e as nomeações para os quadros (DN 08-09-1973, 16).

Cristo⁹⁴, o Eng.º João Tomás Siu com o Grau de Comendador da Ordem de Benemerência, Rui Falcão Costa com o Grau de Comendador da Ordem de Benemerência, o arquiteto José Leopoldo Ramalho Mateus com o Grau de Oficial da Ordem de Benemerência e Armindo Marques Salgueiro com a medalha da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial.

Depois da cerimónia, o presidente da República descerrou a lápide comemorativa da inauguração da aerogare. Depois visitou a aerogare; ali também foi servido o almoço, a cargo do *Hotel Savoy*. Após a refeição, a caravana presidencial seguiu para o Caniçal, onde seria inaugurado o Centro de Bem Estar Social do Caniçal. Por volta das 16 horas o cortejo chegava ao Caniçal, sendo recebido à entrada do novo Centro de Bem Estar Social do Caniçal pela diretora-geral de Assistência, Dra.^a Raquel Ribeiro, pelo presidente da Comissão Distrital de Assistência, Eng.º Artur Vaz Tomé, pelo vice-presidente da Comissão Distrital de Assistência, Dr. Jorge Luís Accialouly de Freitas, pelo diretor do Centro de Educação Especial da Madeira, Dr. José Prazeres, e pelo arquiteto Terra da Mota, autor do projeto.

Simbolicamente o presidente da República descerrou a placa comemorativa, inaugurando a instituição. Depois, o cortejo visitou as instalações e terminada a celebração dirigiu-se ao Complexo Turístico da MATUR. À chegada foram recebidos pela presidente do Conselho de Administração da MATUR, Fernanda Pires da Silva, o administrador da MATUR, coronel Fernando Homem da Costa, e a chefe do Departamento de Relações Públicas da MATUR, Etelvina Lopes de Almeida (1916-2004). Seguiu-se a visita à primeira exposição de artes plásticas aberta ao público na MATUR. À entrada do pavilhão, o presidente da República foi recebido pelo artista Mário Silva (1929-2016), que acompanhou o Presidente, prestando esclarecimentos sobre as obras apresentadas⁹⁵. Depois foi servido um “Madeira d’Honra por um grupo

⁹⁴ A Ordem de Cristo remonta a 1337, ao reinado de D. Dinis e ao papado de João XXII, quando a Santa Fé autorizou a Coroa portuguesa a restaurar o ramo português da Ordem do Templo, sob a designação Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo. Os termos atuais estão estabelecidos na lei n.º 5, de 02 de março de 2011, artigo n.º 13, destinando-a a distinguir indivíduos com serviços de grande relevância para Portugal no exercício de funções em cargos dos Órgãos de Soberania.

⁹⁵ “O Almirante Américo Thomaz e demais visitantes apreciaram os óleos, desenhos, gravuras, esculturas e interpretações artísticas de cerâmica — um conjunto valioso de trabalhos facultados por Camila Loureiro, Artur Boal, Artur José, Malangatana, David d’Almeida, Boavida Amaro, Manuela Pinheiro, Kira, Pedro Empis, Ribeiro Farinha, Pádua Moita de Macedo, Mário Silva e Jorge Bandeiro” (*DN*, 09-09-1973, 7).

de raparigas envergando trajes coloridos com motivos regionais” (DN, 09-09-1973, 7). O presidente da República visitou ainda o *Hotel Holiday Inn*, tendo posteriormente, o cortejo, seguido para o Funchal, onde no palácio de São Lourenço decorreria um jantar íntimo.

Na manhã seguinte, pelas 11 horas, o presidente da República e a primeira-dama, assistiram a uma missa no claustro do Palácio de São Lourenço⁹⁶. Estiveram presentes o ministro das Obras Públicas e Comunicações, o ministro das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência, o secretário de Estado da Informação e Turismo, o secretário de Estados das Obras Públicas e o secretário das Comunicações e Transportes. A missa foi celebrada pelo cónego Maurílio de Gouveia (1932-2019), pelo padre António Urbano e pelo padre António Joaquim Martinho. Os cânticos religiosos ficaram a cargo da Banda Paroquial de São Lourenço⁹⁷ e do Grupo Coral Misto da Camacha, ambos dirigidos por José da Costa Miranda.

Terminada a cerimónia, o almirante Américo Tomás e a sua mulher, dirigiram-se para a Quinta Vale Paraíso, na Camacha. Foram recebidos pela diretora-geral da Assistência, pelo presidente da Comissão Distrital de Assistência, pelo vice-presidente da Comissão Distrital de Assistência, pelo presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz, e pelo diretor da Aldeia do Padre Américo, padre Raúl de Deus. Terminada a visita, pelas 12 horas, o cortejo deixou a Quinta Vale Paraíso. Eram perto das 16 horas quando o cortejo chegou ao Hospital Distrital do Funchal. Eram aguardados pelo ministro das Obras Públicas e Comunicações, ministro das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência, secretário de Estado das Obras Públicas, secretário de Estado da Informação e Turismo, dirigentes e técnicos da Direção Geral das Construções Hospitalares, entre outros elementos do corpo médico-administrativo. Após os cumprimentos, o presidente da República, descerrou uma lápide comemorativa.

⁹⁶ Apesar de assim designado no DN 09-09-1973 e o jardim interno do Palácio de São Lourenço ter obras neste período, sendo acrescentado à ala oeste uma varanda sobre arcaria que conferia ao local uma ambiência claustral, nunca se generalizou a designação de “*claustro*”, designação exclusiva dessas estruturas nos edifícios religiosos.

⁹⁷ Formada a 10 de agosto de 1973, na freguesia da Camacha, concelho de Santa Cruz. Cf.: cf.: Manuel Pedroso S. Freitas, 2008, “Grupos Musicais Madeirenses entre 1850 e 1974” in *A Madeira e a Música: Estudos (c. 1508-c. 1974)*. Funchal: Empresa Municipal “Funchal 500 Anos”, p. 467.

Na sala de conferências decorreu uma sessão solene, alusiva à inauguração daquela instituição. A sessão foi presidida pelo almirante Américo Tomás, ladeado à direita pelo ministro das Obras Públicas e Secretário das Obras Públicas, à esquerda pelo ministro das Corporações e Previdência e da Saúde e Assistência e Governador do Distrito, e em lugar de destaque o vigário capitular da Diocese, cónego Agostinho Gonçalves Gomes.

A sessão foi aberta pelo secretário de Estado das Obras Públicas, seguido do ministro das Corporações e Previdência Social e da Saúde e da Assistência e, encerrando a sessão, o presidente da República. A cerimónia prosseguiu com a entrega das insígnias de comendador da Ordem da Benemerência ao Eng.º Ruy Meirelles Casal e ao arquiteto Artur Eduardo Valente Esteves Hilário, autor do projeto do Hospital do Funchal. Terminada a visita às instalações, num pavilhão a sul do edifício principal, foi servido um beberete. À noite, pelas 20 horas e 30 minutos, decorreu um jantar no palácio de São Lourenço, *cortesia* do almirante Américo Tomás e de Gertrudes Tomás, segundo a comunicação social. Aos brindes o coronel Braamcamp Sobral proferiu algumas palavras de agradecimento ao presidente da República, que retribuiu de igual forma e, pelas 23 horas, terminava o jantar.

Na manhã de 10 de setembro, o presidente da República saiu do palácio de São Lourenço rumo ao aeroporto do Funchal. No embarque o governador do Distrito, o governador militar, o vigário capitular da Diocese, o presidente da Junta Geral do Distrito, governador substituto, presidente da Câmara Municipal do Funchal, deputados da Nação, comandante da P.S.P., delegado da D.G.S, presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz, diretor do Aeroporto da Madeira e delegado da TAP, deslocaram-se até à pista para prestarem os últimos cumprimentos ao chefe de Estado. Pelas 10 horas e 30 minutos o avião levantou voo em direção à Lisboa.

Capítulo 4 — Os álbuns institucionais das visitas de Presidentes da República à Região Autónoma da Madeira

Metodologia de análise de dados

Como já escrevemos anteriormente, todo o estudo deve ser fundamentado à luz de uma, ou várias, metodologias de investigação, que podem ser qualitativas ou quantitativas, dependendo do tipo de dados a tratar e dos objetivos da investigação. Com base no Quadro 1 concluímos que adotáramos a descrição historiográfica, trabalho que corresponde ao Capítulo 3 da presente dissertação, dos álbuns de fotografias institucionais de visitas presidenciais às ilhas da Madeira e do Porto Santo, entre 1955 e 1973.

Contudo, tal investigação, embora necessária, não satisfazia a pergunta de partida, já enunciada: qual a imagética que os álbuns veiculam, as suas continuidades e ruturas? Ora, a descrição histórica permitiu apurar um lato espectro de informação, o que possibilitaria múltiplas interpretações. Desta forma, o Capítulo 3, procurou manter-se próximo da narrativa empregue nos media da época, a qual sabemos marcadamente enviesada pela política de censura e da natureza propagandística do Regime do “Estado Novo”.

Essa leitura própria da análise qualitativa “[...] compreender o problema e fatores subjacentes ao objeto pesquisado, mediante estudos de pequenas amostras e a atribuição de sentido pelos próprios sujeitos” (Gasque, 2007, 84). Assim, como o nosso foco não era estudar a propaganda estadonovista no Arquipélago da Madeira, mas sim as continuidades e ruturas, optamos por efetuar uma análise quantitativa para melhor responder à nossa pergunta de partida.

As metodologias quantitativas aplicadas às ciências sociais e humanas, derivam de uma perspetiva positivista que defende a utilização de técnicas, tradicionalmente, aplicadas às ciências naturais, ditas rigorosas e objetivas, às ciências sociais e humanas, tidas como abstratas e subjetivas. Não procuramos contribuir para esse debate, porém, acreditamos que a utilização de uma técnica mista permite extrair conclusões mais ricas.

Passamos a uma breve explicação do processo adotado. Dividimo-lo em duas etapas. A primeira consistiu na identificação dos álbuns cuja temática eram as visitas

presidenciais (Apêndice 1), apuramos um universo de dez álbuns, seguimos para o levantamento de informação sobre as visitas no *Diário de Notícias* e no *Jornal da Madeira* e, concluímos a primeira etapa com a descrição das 664 fotografias. Com o término da primeira etapa ficamos com as ferramentas necessárias para a descrição histórica, ou seja, a componente qualitativa da presente investigação. A segunda etapa consistiu na codificação do conteúdo dos documentos fotográficos, para tal utilizamos um sistema operativo de análise de dados qualitativos, o MAXQda, permitindo-nos extrair 4289 códigos. A codificação foi efetuada segundo o método da codificação aberta, isto é, que os códigos são extraídos no decorrer da progressiva análise documental. Após o nosso universo estar codificado procedemos à categorização, na qual apuramos 154 códigos, agrupados em quatro variáveis nominais, ou seja, variáveis que não possuem nenhum tipo de organização hierárquica: concelhos, edifícios/estruturas, indivíduos e cortejo presidencial (cf.: Apêndice 2).

Recorrendo às ferramentas visuais disponibilizadas do MAXQda foi possível perceber as semelhanças entre os vários álbuns (Apêndice 3). Assim, os álbuns podem ser agrupados em três grupos: verde (visita presidencial de 1955), azul-claro (visita presidencial de 1962) e azul-escuro (visitas presidenciais de 1963, 1969, 1970, 1971, 1972 e 1973). Note-se que a distribuição das cores não foi aleatória, o verde corresponde à visita do general Francisco Higinio Craveiro Lopes e os vários tons de azul às visitas do almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás.

Nas próximas páginas trataremos a informação à luz dos dados apurados quanto ao género fotográfico, aos indivíduos identificados, o local de captura do documento fotográfico, os edifícios por onde passou o cortejo, as infraestruturas de assistência social, os Paços do Concelho do Funchal e o Palácio da Justiça, as centrais hidroelétricas, as infraestruturas de transportes e turísticas, as quintas madeirenses enquanto espaços de convívio, os monumentos, as intervenções efémeras e as atuações de grupos folclóricos.

O género fotográfico

Seguimos a divisão, quanto ao género fotográfico, apresentada por Jorge Pedro Sousa, Celiana Azevedo e Fátima Lopes Cardoso, em *A cobertura das eleições*

presidenciais em Portugal nas revistas ilustradas da I República (1910-1926). Texto onde, os autores, dividem as fotografias em quatro géneros: retrato, ação, documentação espacial e *features*.

Entende-se por “retrato” as fotografias com valor informativo, cujo foco é a apresentação visual de uma ou várias pessoas estando, ou não, em pose; por “ação” contabilizam-se as fotografias com valor informativo, na “documentação espacial” os instantâneos direcionados para o registo fotográfico dos espaços e, por fim, “*features*” (funcionalidades/recursos) que documentam momentos insólitos [designei-os como insólitos por serem momentos que rompem com a narrativa protocolar. Exemplos: o habitante idoso que se desloca à fonte, durante a inauguração, e que Craveiro Lopes auxilia; uns portossantenses que interrompem a ida de Américo Tomás para o cais do Porto Santo], demonstrações de afeto e homenagens (Sousa, Azevedo e Cardoso, 2021, 128-162).

Nos álbuns em estudo predominam as fotografias com valor informativo, pelo que “ação” possui o valor mais elevado com 51%, seguida pela “documentação espacial” com 26%, o “retrato” com 19% e, por fim, com apenas 4% os “*features*” (Apêndice 4). Embora o “género fotográfico” seja um contributo relevante para a descrição dos álbuns, pouco nos revela sobre a narrativa neles empregue.

Importa intersetar o género fotográfico com as quatro variáveis que apuramos, por forma a podermos tecer algumas considerações sobre a narrativa veiculada nos álbuns fotográficos. Todavia, primeiramente, devemos procurar aferir a distribuição das variáveis apuradas pelos géneros fotográficos (Apêndice 5).

A variável que mais contribui para a descrição do género fotográfico ação são os concelhos, seguidos do cortejo presidencial, dos edifícios e estruturas e, por fim, dos indivíduos (cf.: Apêndice 5). Este cenário é partilhado para a documentação espacial e *features*. Apenas difere para o género fotográfico retrato, onde as variáveis, cortejo presidencial e edifícios e estruturas, apresentam valores iguais.

Figura 1 — Exemplo de uma fotografia codificada como pertencente ao género fotográfico “ação”. Presidente da República, almirante Américo Tomás, prestando tributo à estátua de João Gonçalves Zarco. 1962. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.



Figura 2 — Exemplo de uma fotografia codificada como pertencente ao género fotográfico "features".
Presidente da República, general Francisco Higinio Craveiro Lopes, abrindo a torneira do fontanário no

Largo 28 de Maio a um habitante do concelho de Santana, Ilha da Madeira. 1955. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.



Figura 3 — Exemplo de uma fotografia codificada como pertencente ao género fotográfico "documentação espacial". Intervenção efémera, arco de triunfo e tapete de flores, no concelho de Santana, Ilha da Madeira. 1962. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.



Figura 4 — Exemplo de uma fotografia codificada como pertencente ao género fotográfico "retrato". Presidente da República, almirante Américo Tomás, com o neto posando para uma fotografia na aerogare do Aeroporto do Funchal. 1973. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

Cortejo presidencial

Ao analisarmos a relação entre a variável “cortejo presidencial”, constituída pelas categorias “atividade política”, “cerimónias”, “intervenções efémeras”, “caravana presidencial”, “retratos em pose”, “saudação presidencial”, “plateias/composição dos

espaços”, “refeições”, “ofertas/*souvenirs*”, “momentos informais” e “atuações”, com o género fotográfico concluímos que são as categorias “caravana presidencial”, com um valor de 25%, “atividade política”, com cerca de 22%, e “cerimónias”, com 20% dos valores apurados, são as que mais contribuem para a predominância do género fotográfico “ação” nos álbuns.

Ou seja, 67% das fotografias codificadas como “ação” correspondem a momentos, durante o percurso pelas ilhas da Madeira e de Porto Santo, retratando o cumprimento a entidades locais, atos protocolares e simbólicos, a participação em cerimónias religiosas e a presidência de inaugurações.

Para a “documentação espacial” é a categoria “intervenções efémeras” a que mais se distingue, com 30% das fotografias, seguindo-se as variáveis “refeições” com 19%, “caravana presidencial” com 16% e “cerimónias” com 12% (Cf.: Apêndice 6). Pelo que 77% das fotografias codificadas como “documentação espacial” têm por tema as estruturas efémeras, criadas propositadamente para as visitas presidenciais, o registo de paisagens e as cerimónias presididas.

No que concerne ao “retrato” verificamos que as categorias com maior número de entradas são “atividade política” com 24%, “cerimónias” com 22% e “caravana presidencial” com 15% (Cf.: Apêndice 6). O que significa que 61% das codificações ocorreram durante a visita aos concelhos do Arquipélago da Madeira, na inauguração de obras públicas e privadas, ritos religiosos, a atribuição de insígnias e atos protocolares. Importa referir que 12% das fotografias pertencentes ao género “retrato” são “retratos em pose”, ou seja, retratos em que os indivíduos figuram intencionalmente para uma fotografia.

Podemos, igualmente, observar as categorias “caravana presidencial” com 41%, “ofertas/*souvenirs*” com 32% e “cerimónias” com 22%, pelo que concentram 95% das capturas pertencentes ao género “*feutures*” (Cf.: Apêndice 6). Ou seja, os momentos insólitos, de afeto ou homenagem tendem a acontecer durante o cortejo presidencial e as cerimónias religiosas e inaugurais, documentando momentos em que os Presidentes da República eram presenteados com ramos de flores ou produtos locais.

Os indivíduos

Compreender a narrativa empregue neste tipo de documentação, marcadamente visual, impõe um esforço pela identificação dos indivíduos presentes nas capturas fotográficas. O facto da criação de literatura associada uma forte componente visual, tornou-se, em muitos dos casos, impossível identificar todos os intervenientes, pelo que este estudo procurou uma recolha exaustiva, porém limitada das personalidades ligadas a estes acontecimentos.

Foram possíveis identificar 60 indivíduos na narrativa dos álbuns em estudo (Apêndice 7). Para a análise iremos considerar os indivíduos que apresentaram percentagens superiores a 1% (Apêndice 7). Ao ordenarmos do maior para o menor valor obtemos a seguinte ordem: presidente da República almirante Américo Tomás, governador do Distrito Autónomo do Funchal João Inocêncio Camacho de Freitas, presidente da República general Francisco Higinio Craveiro Lopes, primeira-dama Gertrudes Ribeiro da Costa Tomás, governador do Distrito Autónomo do Funchal coronel António Braamcamp Sobral, ministro das Obras Públicas Eduardo Arantes de Oliveira, ministro da Justiça João de Matos Antunes Varela, ministro do Interior Joaquim Trigo de Negreiros, Joana Pereira Mendes de Freitas, presidente da Câmara Municipal do Funchal António Sardinha, ministro do Ultramar Manuel Sarmento Rodrigues, Ana Passanha Braamcamp Sobral, ministro das Obras Públicas e Comunicações Rui Sanches, bispo da Diocese D. David de Sousa, presidente do Conselho de Administração da MATUR Fernanda Pires da Silva, secretário de Estado da Informação e Turismo César Moreira Baptista, primeira-dama Berta Artur Craveiro Lopes e neto.

Os 18 indivíduos que aparecem maior número de vezes, concentram cerca de 91% da frequência de presenças identificadas na narrativa, ou seja, as frequências dos restantes 42 indivíduos, se todas somadas, apenas totalizam cerca de 9% (Apêndice 8). Assim, podemos concluir que existe um conjunto de indivíduos que a narrativa privilegia. Sendo o presidente Américo Tomás o que apresenta o valor mais alto, aproximadamente 30% das capturas, seguido do governador João Inocêncio Camacho de Freitas, com um valor de cerca de 13%, e do presidente Francisco Higinio Craveiro Lopes, com aproximadamente 11% da narrativa. Note-se que os valores traduzem a

composição dos álbuns, naturalmente o presidente Américo Tomás apresenta o maior valor, pois nove dos dez álbuns versam sobre as suas visitas, cabendo apenas um à visita de Craveiro Lopes. Paralelamente, o governador do Distrito que acompanhou as visitas com narrativas mais extensas foi o comandante-de-mar-e-guerra João Inocêncio Camacho de Freitas, pelo que o seu valor é naturalmente influenciado pela extensão dos álbuns de fotografias.

Contributo relevante para a elucidação desta preferência poderá ser a atividade profissional dos indivíduos. A natureza institucional dos álbuns em apreço, ou seja, o facto de representarem a instituição do Governo Civil do Distrito Autónomo do Funchal e a sua elaboração dever-se ao mesmo organismo, embora que naturalmente influenciado pela política propagandísticas do Regime, pressupõe uma preferência pelas altas entidades do poder local e os respetivos visitantes. Vejamos, por isso o Apêndice 9, onde os 18 indivíduos, com valores superiores ou iguais a 1 (Apêndice 7), foram agrupados quanto à atividade profissional.

Na narrativa predominam capturas dos presidentes da República, com cerca de 40%, seguindo-se os governadores civis do Distrito Autónomo do Funchal, com um valor ligeiramente inferior a 20%, e os ministros, com aproximadamente 13% (Cf.: Apêndice 9). Ou seja, cerca de 73% dos indivíduos identificados estão diretamente relacionados com o sistema político vigente. Podemos, portanto, afirmar que os álbuns, além do carácter institucional, possuem uma importante componente política.

Um aspeto que não podemos deixar de referir é a distribuição dos indivíduos quanto ao sexo. Nos álbuns em estudo predominam os indivíduos do sexo masculino, aproximadamente 87% dos indivíduos identificados, pelo que os indivíduos do sexo feminino têm uma expressão de apenas 13%. Estes dados vão de encontro às informações apuradas no estudo bibliográfico, onde a mulher é uma figura secundária ou quase invisível (Serra, André e Cabral, 2021, 36).

O local de captura

O local de captura das fotografias é um contributo relevante para compreender a imagem que a narrativa pretende passar. O estudo do percurso, ou pelo menos, dos locais por onde o cortejo presidencial passou de grande importância.

Considerando os valores apresentados no Apêndice 10, onde podemos observar a percentagem de capturas em cada concelho do Arquipélago da Madeira. Verificamos que o maior número de capturas ocorreu no concelho do Funchal, com aproximadamente 51% do total de capturas, seguido do concelho de Machico, com aproximadamente 11% e Santa Cruz, com 9%. Os três menores valores ocorrem na Ponta do Sol com 1%, São Vicente com 2% e Calheta com 2%. Note-se que apenas o concelho do Funchal possui valores em todos álbuns (Cf.: Apêndice 10).

Concluimos que no concelho do Funchal existem determinadas condicionantes que influenciaram o percurso do cortejo, e, conseqüentemente, a narrativa. Não podemos excluir o facto de ser no concelho do Funchal que se localiza a principal urbe do arquipélago, e que, pelo seu carácter centrípeto, concentra a grande maioria das estruturas e serviços. Como escrevemos no Capítulo 2, o cais do Funchal desempenhou um importante papel de interface de transportes. Terá igualmente contribuído o facto de o Palácio de São Lourenço hospedar o presidente da república e a primeira dama, e a restante comitiva ficar a pernoitar nos hotéis na cidade.

Sabemos pelas mesmas fontes que ambos os presidentes da República ficaram hospedados no palácio de São Lourenço, como seria de esperar, pelo que naturalmente os percursos pela ilha tinham como ponto de partida o palácio e a cidade. Embora a partir de 1964, ano de abertura do Aeroporto do Funchal, verifique-se uma tendência de crescimento das capturas no concelho de Santa Cruz, o que indica uma importância das infraestruturas transporte, como veremos mais adiante.

Edifícios

Como vimos anteriormente, a lista de edifícios e estruturas por onde a caravana presidencial passou é extensa. No Apêndice 11 podemos observar uma tabela das presenças e ausências de edifícios e de estruturas ao longo da narrativa, por forma a reduzir a extensão dos dados, iremos apenas considerar as categorias com valores superiores ou iguais a 2% (Cf.: Apêndice 12).

Se ordenarmos as categorias que correspondem a nossa premissa, da maior para a menor, ficamos com: Palácio de São Lourenço, Cais do Funchal, Quinta das Cruzes, Câmara Municipal do Funchal, Aeroporto do Funchal, Complexo Turístico da MATUR,

Porto do Funchal, Quinta Vigia, Bairro dos Pescadores de Machico, Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira, Museu de Arte Sacra e Hospital Distrital do Funchal (Cf.: Apêndice 12).

Sabemos que os concelhos com maior número de capturas na narrativa, são o Funchal, Machico e Santa Cruz, respetivamente. Assim, importa verificar se os dados apurados no Apêndice 11 correspondem aos dados do Apêndice 10. Para tal analisamos os edifícios e estruturas com valores superiores ou iguais a 2% e o, respetivo, concelho de captura (Cf.: Apêndice 12).

Verificamos que todos os edifícios e estruturas com percentagem igual ou superior 2% estão localizados num dos três concelhos acima referidos (Apêndice 12). Notamos, também, que se agregarmos os valores apurados por concelho obtemos a mesma ordem que o número de capturas por concelho. Assim, ao Funchal corresponde um valor aproximado de 41%, Machico obtém o segundo maior valor, com cerca de 7%, e Santa Cruz com 5%. Podemos, portanto, afirmar que as infraestruturas contribuem para explicar o número de capturas nos concelhos do Funchal, de Machico e de Santa Cruz.

É incontestável o desenvolvimento e reestruturação do património edificado do Funchal ao longo do século XX, sendo essencial uma breve contextualização das obras públicas da cidade desde a institucionalização do Estado Novo. Com a consolidação do regime encabeçado por António Salazar, foi nomeado para a Câmara Municipal do Funchal o Dr. Fernão Ornelas Gonçalves (1908-1978), homem do regime, em 1935, que *“com uma energia e visão notáveis, ao longo de onze anos transformou profundamente a cidade, projetando a modernidade [...]”* (Carita, 2013, 226).

Foi durante a vigência de Fernão Ornelas que se construíram os bairros económicos dos Ilhéus e dos Louros e *“[...] que se incrementaram as grandes obras da primeira metade do século, muitas das quais somente vieram a completar-se já na década de 1960, como foi o caso da avenida do Mar e das suas principais edificações [...] o Mercado dos Lavradores e o Matadouro do Funchal”* (Carita, 2013, 228). Outros projetos tiveram também o seu início: a ampliação do porto do Funchal, da avenida do Mar, e os do Liceu, do Tribunal e da Escola Industrial e Comercial do Funchal.

Capítulo 5 — Interpretação fundamentada e ilustrada da narrativa

Infraestruturas de assistência social

Segundo Rui Campos Matos (1956-) o turismo terapêutico consistiu no fenómeno que trouxe aos territórios da macaronésia, em particular aos arquipélagos da Madeira e de Canárias, doentes em busca de cura através do clima ameno e tropical (Matos, 2016, 33). Entre as enfermidades predominavam as de foro pulmonar, como a tuberculose, que foram uma constante na Europa até os anos 50 do século XX (Guerlixa, 2019, 11). Na perspetiva de Ismael Cerqueira Vieira (1984-), “*a tuberculose tornou-se símbolo da cultura Oitocentista, por refletir os aspectos visíveis dos problemas sociais e económicos decorrentes da Revolução Industrial europeia*” (Vieira, 2011, <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1603>). Entre os tratamentos recomendados estava a climatoterapia, o que originou fluxos turísticos sazonais das regiões frias do norte da Europa para regiões de clima ameno como a ilha da Madeira.

O surgimento da Madeira como destino terapêutico deveu-se, especialmente, à “[...] *publicação de estudos de médicos ingleses, no final do século XVIII, que consideravam o clima da ilha ideal para a cura de doenças pulmonares*” (Guerlixa, 2019, 11), o mesmo acontecendo na Alemanha. Estas deslocações tiveram impactos no tecido urbano e social madeirenses, para tal contribuiu o facto de os enfermos concentrarem-se essencialmente na cidade do Funchal. Demoliu-se grande parte das muralhas da cidade e construiu-se o caminho-de-ferro para o Monte, infraestrutura que permitiu “[...] *não só o fácil acesso ao núcleo pré-existente de quintas, mas também possibilitou o aparecimento de novos equipamentos de cura tais como hotéis e sanatórios de montanha*” (Ibidem, 13).

Com o virar do século XIX para o século XX surgiram os debates na arquitetura entre os culturalistas e os progressistas, os primeiros opunham-se à adoção de influências estrangeiras, já os segundos deixavam-se influenciar pela escola de Paris. O culturalismo encontrou representação no arquiteto Raul Lino (1879-1974), enquanto o progressismo, foi encabeçado pelo arquiteto Miguel Ventura Terra (1866-1919). Esta dicotomia traduziu-se em diferentes objetos de trabalho: Raul Lino pela habitação

unifamiliar contrastando com Ventura Terra que se focava na cidade (Guerlixa 2019, 23).

Com a requalificação do destino Madeira nas primeiras décadas do século XX, o turismo terapêutico foi gradualmente substituído pelo turismo de lazer, pelo que o Funchal teve de adaptar a malha urbana ao crescimento do número de turistas. É neste contexto que a Câmara Municipal do Funchal convida Ventura Terra a projetar um plano de melhoramentos para a cidade, preparando-a para a nova época, e que surge o *Plano Geral de Melhoramentos do Funchal* (1913-1915) (Matos, 2016, 11).

No que respeita à cidade do Funchal, verificamos que, nos inícios do século passado, prevaleciam características de burgo medieval, determinadas pela espontaneidade do seu desenvolvimento urbanístico e pelas diretrizes lançadas à época do seu povoamento [...] A cidade encontrava-se num estado verdadeiramente primitivo, com ruas estreitas e tortuosas, de péssima pavimentação, sem águas potáveis, sem esgotos, repleta de imensos e infectos estábulos [...] (Vasconcelos, 2005, 24).

Previa-se que demoraria cerca de 100 anos para concluir o plano. Seriam efetuados melhoramentos da disposição funcional e estética da rede viária, nas acessibilidades e na ventilação da urbe com a abertura de avenidas e ruas. Todavia, como salienta Rui Carita (1946-), “*na época pouco se fez, até porque algumas das propostas eram demasiado arrojadas e careciam de uma outra adaptação ao tecido urbano construído [...]*” (Carita, 2020, 62). Embora o plano, à época, não tenha sido concretizado serviu em parte de base para os trabalhos de urbanização para o Funchal de Carlos Ramos (1897-1969), entre 1931 e 1933, e foi retomado, parcialmente, na política de obras públicas de Fernão de Ornelas (Guerlixa, 2019, 25; Carita, 2020, 64).

No início da década de 30 do século XX assistiu-se a um aumento no número de doentes afetados pela tuberculose na cidade do Funchal. À época era presidente da Comissão Executiva da Assistência Nacional aos Tuberculosos do Funchal, o Dr. João de Almada, argumentando que entre as causas estariam as diminutas condições de salubridade das habitações, más práticas de higiene e a crise económica que grassava em Portugal (Guerlixa, 2019, 35). Neste contexto foi necessário adotar medidas de combate à tuberculose. A Junta Geral do Distrito, pelas suas responsabilidades na Assistência e Saúde encomendou ao arquiteto Carlos Ramos novos planos para a

cidade, com o foco nos conjuntos residenciais económicos e um sanatório, a erguer na Quinta de Sant'Ana⁹⁸ (Carita, 2020, 149).



Figura 5 — Numa das varandas do Sanatório Dr. João de Almada. Da esquerda para a direita: médico-chefe Dr. Agostinho Cardoso, Presidente da República Francisco Higinio Craveiro Lopes, ministro do Interior Joaquim Trigo de Negreiros. 1955. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

A construção do Sanatório Dr. João de Almada “[...] espelha o centralismo que vai marcar o Estado Novo e, de certa forma, também o conflito de interesses dentro do mesmo” (Carita, 2020, 150). O projeto dos anos 30, idealizado por Carlos Ramos, foi simplificado pelo arquiteto Vasco Regaleira (1897-1968), responsável, à época, pelos projetos arquitetónicos para a assistência nacional de tuberculosos (Gaspar, 2021, 104). Inaugurado a 8 de dezembro de 1940, o edifício⁹⁹ tornou-se na primeira grande construção erguida em betão armado no Funchal (Guerlixa, 2019, 38).

⁹⁸ Propriedade que pertenceu ao cônsul britânico George Stoddart (1795-c. 1860), em meados de oitocentos e que, em 1905, havia sido convertida pela Companhia dos Sanatórios na *Kurhaus Sant'Ana*.

⁹⁹ Para saber mais sobre a arquitetura do edifício, consultar: Garpar, 2021, 105.

Rapidamente o modernismo foi substituído pela monumentalidade estadonovista, imagética “[...] *inspirada nos edifícios de representações nazis e fascistas, que se aproxima, no entanto, de um vocabulário de simbiose historicista e regionalista*” (Gaspar, 2021, 105), para tal terá contribuído a Exposição do Mundo Português¹⁰⁰ (Lisboa, 1940-1943) e a Exposição de Arquitetura Alemã (Lisboa, 1941) (*Ibidem*) no contexto da afirmação do regime nos anos 40, recorrendo para tal a revivalismos, dotando-os de uma tónica nacionalista de expressão monumental e academizante de gosto tradicional nacionalista (*Ibidem*).



Figura 6 — Durante a inauguração do Bairro Social do Grémio da Indústria dos Bordados Madeira. 1972. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

¹⁰⁰ Cf. Nota 7 e seguintes.

No final da década de 60 e princípio da de 70 são projetados, à luz do Fundo de Fomento à Habitação, vários projetos de habitação social. A narrativa dos álbuns apenas contempla o Bairro Social do Grémio da Indústria dos Bordados, de desenho do arquiteto Goes Ferreira mostrou um “[...] *um sábio domínio da escala e com uma delicada implantação nos declives do terreno*” (Gaspar, 2021, 136).

Os Paços do Concelho do Funchal e o Palácio da Justiça



Figura 7 — Vista sobre o edifício dos Paços do Concelho entre a multidão consegue-se observar parte do fontenário-obelisco. 1955. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

Como referimos *supra* no decorrer da década de 40 apareceram, no Funchal, obras alinhadas com os fundamentos estéticos estadonovista, entre estas estavam as obras de requalificação das fachadas (laterais e posteriores) do palacete dos Paços do Concelho. Projeto atribuído ao arquiteto Raul Lino, que projetou uma requalificação de nuances “[...] *neomaneirista e neobarroca, num mimetismo da linguagem dos solares e palacetes madeirenses e em conformidade com os seus inúmeros escritos teóricos [...]*” (Gaspar, 2021, 107-108). Por forma a se valorizar o edifício dos Paços do Concelho

projetou-se a Praça do Município trabalho de desenho de Francisco Caldeira Cabral com a participação no fontanário-obelisco.



Figura 8 — Palácio da Justiça do Funchal durante as cerimónias da sua inauguração. 1962. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

Em 1962 é inaugurado o Palácio da Justiça, projeto do arquiteto Januário Godinho, de aspeto solene, monumental e palaciano.

[...] numa arquitetura de cariz solene, monumental de feição nacionalista e palaciana que apresenta uma expressão classizante e onde são utilizados materiais pétreos do arquipélago, tais como a cantaria cinzenta e a vermelha da Madeira e a branca do Porto Santo. Na fachada principal, marcada por ritmados altos pilares, para vencer o embasamento do imóvel, desenvolveu-se uma escadaria de dois laços que é precedida de um cenográfico fontanário de inspiração neobarroca encimado pela simbólica escultura da justiça da autoria de António Duarte (Gaspar, 2021, 112).

Na década de 50 e princípios da de 60 já se havia levantado o Instituto dos Bordados, Tapeçarias e Artesanato da Madeira, anteriormente designado de Grémio dos Industriais do Bordado da Madeira, edifício da autoria do arquiteto Fabrício Rodrigues (1946-), na Rua Visconde de Anadia (Gaspar, 2021, 114). No entanto, só a inauguração do Palácio da Justiça da Justiça e das obras de ampliação do porto do Funchal, em 1962, pelo presidente da República Américo Tomás serão contempladas na narrativa dos

álbuns. O que se aprecia nos álbuns é uma progressiva tendência em inserir aspetos de vocação turística, em particular, a partir de 1970. Ano em que as visitas a empreitadas e inaugurações de hotéis e centros de turismo ganham proeminência na narrativa dos álbuns.

Centrais hidroelétricas

No âmbito da política económica nacional, nos anos 50 iniciava-se o I Plano de Fomento Nacional, direcionado para o aproveitamento hidroelétrico e para a indústria dos transportes (Carita, 2020, 184). De facto, a 15 de fevereiro de 1937, foi publicada a lei n.º 1949, onde era definido o regime jurídico da hidráulica agrícola. Todavia só viria a ser alargado ao Arquipélago da Madeira, em 1943, pelo ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco. No mesmo ano, a 21 de outubro, são publicados dois Decretos-Lei: o n.º 33158 definiu o plano geral dos novos aproveitamentos hidroagrícolas e hidroelétricos a executar no Arquipélago da Madeira; e o n.º 33159 criando a C.A.A.H.M..

Anos mais tarde, em 1948, havia cessado a concessão da iluminação da urbe madeirense à *The Madeira Electric Lighting Limited*¹⁰¹ e deu-se início à municipalização dos seus serviços. Todavia a persistência da prática da irrigação tornara-se insuficiente no decorrer do século XX para satisfazer as necessidades de crescimento demográfico, necessidades que levaram à intervenção do governo (*Ibidem*). Em 1949 ficou concluída a 1.ª obra, o aproveitamento hidroagrícola Machico-Caniçal. Em 1952 ficou pronta a Levada do Norte e, em 1953 é inaugurada a central hidroelétrica na Serra d'Água e os canais de águas que passaram a alimentar todas as freguesias entre a Madalena do Mar (Ponta do Sol) e as Achadas da Cruz (Porto Moniz), e, por fim, ainda em 1953, é inaugurada a central hidroelétrica na Calheta.

Seguiram-se as centrais hidroelétricas da Serra de Água, a 3 de maio de 1953 e a da Calheta, a 5 de julho do mesmo ano, dedicadas respetivamente a António de Oliveira Salazar e ao engenheiro José Frederico Cazal Ribeiro Ulrich, edifícios com projeto do arquiteto Raul Chorão Ramalho e com as quais se possibilitou a iluminação elétrica de 15 freguesias rurais. Com estes empreendimentos se encerrou o primeiro ciclo do I Plano de Fomento executado na Madeira, entre 1952 e 1956, essencialmente configurado no fantástico trabalho que foi a construção destes

¹⁰¹ Contrato iniciado a 19 de maio de 1897 e prorrogado até 1949, ano em que encerrou atividade.

novos troços de levada, por vezes escavados na rocha, a muitos metros de altura, trabalhos logo publicados (Carita, 2020, 186).

Contudo importa-nos as duas infraestruturas relacionadas com plano geral hidroagrícola e hidroelétrico que fazem parte da narrativa do álbum da visita presidencial de Craveiro Lopes ao Arquipélago. São elas a central da Serra d'água e a da Calheta, ambas visitadas pelo presidente da República e respetiva comitiva em 1955.



Figura 9 — Vista parcial da Central Hidroelétrica Oliveira Salazar, na Serra d'água, Ribeira Brava, durante uma atuação do Grupo Folclórico do Campanário. 1955. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.



Figura 10 — Vista parcial da Central Hidroelétrica Frederico Ulrich, no concelho da Calheta, durante a visita às instalações. 1955. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

A segunda fase do plano passa por concluir a beneficiação dos terrenos da costa sul, a leste do Funchal, e os esquemas para as futuras centrais hidroelétricas. Para tal foi necessário assegurar verbas para a execução das obras, com o objetivo de garantir o acesso à energia elétrica na ilha da Madeira e de Porto Santo. Em termos administrativos destacamos o decreto-lei n.º 39167 de 14 de abril de 1953 que prevê obras de ampliação e de remodelação da rede elétrica da urbe madeirense. Dois anos depois, a 16 de março de 1954, é publicado o decreto-lei n.º 39566 definindo a primeira fase do plano de eletrificação rural da Madeira.

Fizeram parte desta segunda fase o aproveitamento hidroagrícola da Ponta do Sol e Ribeira Brava, que tinham por objetivos melhoramentos nos caudais que alimentavam a Central Frederico Ulrich e a Central Salazar. Em 1966 entra em funcionamento o lanço sul da levada dos tornos. A inclusão destas estruturas nos percursos do cortejo pela ilha revela a importância destes equipamentos para a ilha da

Madeira. Note-se que foi através da requalificação e criação de novas estruturas que se conseguiu responder às crescentes necessidades de energia. Em 1965 entrou em funções a central na Ribeira da Janela, à qual foi atribuído o nome do eng. Eduardo Arantes e Oliveira, incluída na narrativa do álbum da visita de 1971. No final de 1970 entrou em atividade a central hidroelétrica da Fajã da Nogueira, mas somente inaugurada em 1971 pelo presidente Américo Tomás, passando-se a designar Central Américo Tomás.



Figura 11 — Presidente da República, Almirante Américo Tomás, descerrando a esfinge com a inscrição do novo nome da central hidroelétrica na Fajã da Nogueira, durante a sua inauguração. 1971. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

O plano de eletrificação foi aprovado por decreto-lei n.º 39566 de 16 de março de 1954, procurou num primeiro momento criar linhas de transporte de energia e redes de distribuição, sendo incluída no I Plano de Fomento.

O êxito da eletrificação rural da ilha da Madeira a levar a efeito até ao extremo, ficava bem patente e evidenciado, através do interesse e do entusiasmo demonstrado pelas populações dos núcleos já eletrificados e dos que viriam a sê-lo, em futuro próximo. Demonstrava-se, ainda,

como se admitira, a viabilidade técnica e económica de que o empreendimento carecia [...] (Salgado a), 1971, 162).

A 23 de dezembro de 1961 ficava concluída a segunda fase do plano de eletrificação, estando todas as freguesias rurais da ilha eletrificadas (Anexo 11). A última delas o Curral das Freiras que, simbolicamente, no ano seguinte, recebeu a 18 de julho de 1962 o presidente da República.



Figura 12 — Presidente da República, almirante Américo Tomás, descerrando uma lápide simbólica da sua presença na freguesia do Curral das Freiras, após a celebração do fecho da segunda fase do plano de eletrificação rural. 1962. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

Evento curiosamente omitido, na narrativa dos álbuns, é a inauguração da policlínica do Bom Jesus¹⁰², inauguração presidida pelo presidente Américo Tomás e amplamente noticiada na *media* da época. Pelo que importa deixar o apontamento que a

¹⁰² Projeto entregue ao gabinete do arquiteto Raul Chorão Ramalho e que contou com a participação dos escultores Lagoa Henriques e Amândio de Sousa, como já escrevemos.

disponibilização deste serviço decorreu das apreensões do pequeno comércio funchalense, na década de 60, que pressionando as Caixas de Previdência, através da Associação Comercial de Lisboa e da Comissão de Estudos, para que esses fundos fossem aplicados na Madeira, o que resultou no complexo do Bom Jesus (Carita, 2020, 204).

Infraestruturas de transportes

O molhe da Pontinha havia sido construído com base num projeto do engenheiro Mariano Augusto Machado de Faria e Maia (1843-1917), reformulado pelo engenheiro João Henriques von Hafe (1855-1930), construção concluída em 1895. A construção do novo molhe vertical decorreu entre 1934 e 1939, contudo como nota o Rui Carita “[...] *as obras já estavam ultrapassadas pelo desenvolvimento dos transportes marítimos*” (Carita, 2020, 187). Novo projeto de melhoramentos foi equacionado entre 1947 e 1949, responsabilidade de José Sena Lino e, entretanto, com o apoio do então capitão do porto, comandante João Inocêncio Camacho de Freitas, e mais tarde tendo sido envolvidas a Junta Autónoma dos Portos em articulação com a Junta Geral, entre 1955 e 1962 (*Ibidem*).



Figura 13 — Discurso do ministro das Obras Públicas, eng. Eduardo Arantes e Oliveira, durante a cerimónia inaugural das obras de ampliação do porto do Funchal e da construção das instalações para o abastecimento de combustíveis. Da esquerda para a direita: bispo da Diocese, D. Frei David de Sousa, presidente da Câmara Municipal do Funchal, Dr. António Bettencourt Sardinha, presidente da Junta Geral do Distrito, coronel Fernando Homem da Costa, ministro da Marinha, almirante Fernando Quintanilha e Mendonça Dias, ministro das Obras Públicas, eng. Eduardo Arantes e Oliveira, presidente da República, almirante Américo Tomás, ministro da Justiça, Prof. Doutor João de Matos Antunes Varela, governador do Distrito Autónomo do Funchal, comandante-mar-e-guerra João Inocêncio Camacho de Freitas, presidente da Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago, Dr. Cândido da Silva Ramalho, e o diretor-geral dos Serviços Hidráulicos, eng. Armando José de Palma Carlos. 1962. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

Pelas mãos de António Teixeira de Sousa (1905-1995) impulsionar-se-iam a construção dos aeroportos de Santa Catarina¹⁰³ e do Porto Santo (Carita, 2020, 193-194). E, pela Delegação de Turismo da Madeira, José Rafael Basto Machado (1900-1966) incentivou a construção de uma rede de estradas: em 1955 a cintura viária à volta da Ilha que, ligando a Serra de Água de Machico ao Poço do Gil no Caniçal pôs fim ao isolamento da freguesia do Caniçal, antes de acesso quase exclusivamente por mar. No que concerne ao Aeroporto da Madeira, em estudo desde 1944 e após várias hipóteses e decorridas duas décadas, venceu a hipótese de construção de duas pistas, uma no Porto Santo e em Santa Cruz. Resultado das dificuldades da construção na pequena plataforma de Santa Catarina, freguesia de Santa Cruz, levou a que fosse construída uma pista primeiro no Porto Santo. Assim, a 28 de agosto de 1960 ocorria a inauguração do Aeroporto do Porto Santo, cerimónia presidida pelo ministro das Comunicações, Carlos Ribeiro, e posteriormente visitada pelo presidente Américo Tomás em 1962.

¹⁰³ Cf. *Aeroporto da Madeira. A História de um Sonho*, texto de Francisco Faria Paulino e Susana Silva, Funchal, ANAM e Edicart, setembro de 2000.



Figura 14 — Presidente da República, Almirante Américo Tomás, na cabine de uma aeronave durante a visita ao Aeroporto do Porto Santo. 1962. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

O aeroporto da Madeira, também designado aeroporto do Funchal ou de Santa Catarina seria inaugurado a 8 de julho de 1964, pelo presidente Américo Tomás. Por existirem imagens desta visita nos arquivos¹⁰⁴, acreditamos que poderá ter sido construído um álbum específico desta visita, todavia, não existindo cópia conhecida no Arquipélago da Madeira.

Infraestruturas Turísticas

O historiador Rui Carita argumenta que devido ao crescimento do turismo internacional foi necessário criar as condições estruturais com o fim de garantirem a satisfação das necessidades do sector hoteleiro:

As décadas de 1960 e 1970 corresponderam a um boom do Turismo internacional que, no Funchal, levou ao prolongamento do molhe da Pontinha para a acostagem dos navios e à reestruturação dos aproveitamentos hidráulicos, não só para se criarem condições para um outro tipo de agricultura, como igualmente para permitir a construção de uma série de centrais

¹⁰⁴C f. : <https://www.arquivo.museu.presidencia.pt/details?id=152467&ht=funchal%7camérico%7ctomás%7ctomé&detailsType=Description>.

hidroelétricas para abastecimento do crescente parque hoteleiro da cidade [...] Nos meados dessa década procedia-se à instalação de um aeroporto internacional [...] (Carita, 2013, 236).



Figura 15 — D. Gertrudes Tomás, almirante Américo Tomás e D. Fernanda Pires de Lima observando a maquete do hotel *Holliday Inn*. 1970. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

A abono da verdade desde a ligação regular entre Southampton e o Funchal¹⁰⁵ que já várias personalidades inglesas haviam visitado a ilha. Entre os visitantes mais conhecidos o primeiro-ministro britânico Sir Winston Churchill, que visitou a ilha em 1950 tendo ficado hospedado no *Reid's Palace Hotel*¹⁰⁶. Abrindo um novo ciclo de turismo:

As entradas de navios no porto do Funchal também dispararam, tendo-se de 350 vapores entrados durante o ano de 1946, passado, em 1950, para 566, aumentando de 38.000 passageiros para 126.500 [...] A partir de então, a insistência nas ligações aéreas, na ampliação do molhe do porto e na hotelaria, assim como nos seus serviços, seria progressivamente a única e quase exclusiva diretiva das atividades produtivas insulares [...], que] crescia de forma quase exponencial, levando inclusivamente, a um enorme consumo energético, pelo que houve que procurar novas fontes de energia. (Carita, 2020, 183-184).

¹⁰⁵ Ligação inaugurada a 24 de março de 1949, responsabilidade da *Aquila Airways Limited*, com escala obrigatória em Lisboa, por disposição do governo português.

¹⁰⁶ Sobre a visita de Churchill à ilha da Madeira, visualizar a série documental *Churchill na Madeira* publicada no *Canal História*. Cf. <https://canalhistoria.pt/programas/churchill-na-madeira/>.



Figura 16 — Durante a visita às instalações do *Sheraton* no dia da sua inauguração. 1972. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

A década de 60 ficou assim marcada pelo crescimento significativo da indústria hoteleira devido à inauguração das obras de prolongamento do molhe da Pontinha e da abertura do Aeroporto Internacional da Madeira.

Entre 1940 e 1965 o aumento do número de camas foi perfeitamente exponencial. [...] Em finais de 1954 encontravam-se abertos já um hotel de “Luxo A”, o Reid, três “1.ª A”, Nova Avenida, Santa Isabel e Savoy, um “1.ª B”, o Golden Gate, para além de “2.ª” e um “3.ª”. Existiam ainda 13 pensões, uma estalagem e 8 residenciais, contabilizando no final do ano de 1964, 995 camas (Carita, 2020, 230).

Os álbuns incorporam na narrativa a inauguração dos grandes hotéis, construídos de raiz: o então *Hilton*, depois *Madeira Palácio* e o *Sheraton*, no Funchal, e o *Holiday*

Inn, em Machico. Inaugurações presididas pelo Presidente da República Américo Tomás (Carita 2020, 231).

Quintas madeirenses

As quintas madeirenses ou quintas da Madeira são, segundo o decreto legislativo regional n.º12/2009/M, um “[...] *tipo de empreendimento turístico, específico desta Região Autónoma [Arquipélago da Madeira] [...]*” estando “*associadas a um serviço personalizado e de qualidade [...]*” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2009, 2711). Segundo o arquiteto Rui Campos Matos esta legislação deixa lacunas sobre quais as edificações que cabem nesta terminologia (Matos, 2016, 6). Pelo que importa rever a literatura, ainda que de forma pouco exaustiva.

Tiago Silva argumenta que as primeiras quintas madeirenses foram construídas entre os séculos XV e XVI, por influência das casas senhoriais de Portugal continental (Silva, 2013, 20), cuja finalidade se prendia com a administração “[...] *dos regimes de morgadio, arrendamento, sesmaria, meação [...]*” (Mestre, 2002, 37; Silva, 2013, 20-21) alimentados por uma economia mercantil, baseada na comercialização dos produtos agrícolas.

As quintas madeirenses com o passar dos séculos “*tornaram-se em espaços de estatutos sociais próprios, de negócio e de poder [...] de lazer e do ócio [...]*” (Silva, 2013, 21), espaços destinados “[...] *ao desenvolvimento de relações sociais, que é como quem diz, dos bons negócios, bons casamentos e empenhos de toda a sorte, era centro vital na prossecução desses objetivos*” (Sainz-Trueva, 1989, 6).

Concordamos com a preocupação de Tiago Silva em distinguir as quintas madeirenses das quintas de Portugal continental. O lexema “quinta” na ilha da Madeira, na aceção atual, remete para o “[...] *tipo de construção da casa antiga ou secular [...] consiste numa propriedade murada com uma residência [...] de amplas proporções, rodeada de passeios, relvados e canteiros de árvores e plantas exóticas, e por vezes agregando uma área agrícola assim como uma capela*” (Silva, 2013, 22). Distingue-se, por isso, da aceção continental de quinta, enquanto fazenda ou herdade de grandes proporções, normalmente ligada à agricultura ou pecuária.

Segundo o arquiteto Rui Campos Matos, no século XIX existiam 163 quintas de aluguer — terminologia cunhada pelo autor para se referir às quintas madeirenses que se dedicavam ao turismo terapêutico — nos arredores do Funchal (Matos, 2016, 367-368). Contudo, apenas iremos focar-nos nas quintas madeirenses que são incorporadas na narrativa dos álbuns. São quatro as quintas incluídas na narrativa: Quinta Vale Paraíso, Quinta da Junta/ Santo António da Serra, Quinta das Cruzes e Quinta Vigia (Cf.: Apêndice 11).

A quinta que possui um maior número de capturas, cerca de 6% (Cf.: Apêndice 11), apenas encontra valores para as visitas de 1955 e 1962, ou seja, para a visita do presidente da República Francisco Higinio Craveiro Lopes e para a primeira visita do presidente Américo Tomás. Embora com menos de metade do valor, com cerca de 3% (Cf.: Apêndice 11), a Quinta Vigia partilha a presença nos álbuns que datam de 1955 e 1962. Por outro lado, a Quinta da Junta e a Quinta Vale Paraíso, apenas apresentam valores nos álbuns de 1962 e de 1973.

Note-se que, tal qual verificamos na bibliografia, as quintas foram incorporadas na narrativa enquanto espaços de lazer, requinte e celebração. Exceção é a Quinta Vale Paraíso que, em 1973, acolhia a Associação Padre Américo.



Figura 17— Durante a *garden party* na Quinta Vigia, ao fundo a fachada do edifício. 1955. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

Estas estruturas estavam associadas, quase exclusivamente a momentos de refeição, onde decorriam eventos pomposos para celebrar a vinda de presidentes da República e restante comitiva, da responsabilidade do governador. Outro espaço era o palácio de São Lourenço, onde além dos, por norma, jantares, decorriam também elegantes bailes, da responsabilidade do presidente, dado o palácio passar a ser nacional. Nos Apêndices 13 e 14 podemos observar a relação entre os edifícios/estruturas e a realização de refeições. Note-se que sobressaem dois padrões, nos álbuns de 1955 e 1962 as refeições ocorreram no palácio de São Lourenço, Quinta das Cruzes e Quinta Vigia, é também na narrativa destes álbuns que foram incluídas, em maior número, capturas de refeições (Apêndice 13).



Figura 18 — Observando a baía do Funchal do mirante da Quinta Vigia. Da esquerda para a direita: ministro do Interior Joaquim Trigo de Negreiros, primeira-dama D. Berta Craveiro Lopes, presidente o Craveiro Lopes. 1955. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

Momentos de refeição

Foram 17 os edifícios/estruturas onde ocorreram refeições (Cf.: Apêndice 14), são eles: a aerogare do Aeroporto do Funchal, o Hospital Distrital do Funchal, o restaurante Cachalote, a central Engenheiro Arantes e Oliveira, a Casa de Chá do Faial, o complexo turístico da MATUR, o Hotel Sheraton, o Hotel Madeira Hilton, o Hotel Reid's, o aeroporto do Porto Santo, a Quinta da Junta do Santo da Serra, as instalações da Shell, a Quinta Vigia, a Pousada dos Vinháticos, a residência do presidente da Câmara Municipal do Porto Moniz – Eng. Américo Homem de Gouveia (1881-1970), a Quinta das Cruzes e o Palácio de São Lourenço.



Figura 19 — Almoço na Casa de Chá do Faial. 1971. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

O edifício que é representado um maior número de vezes é o palácio de São Lourenço, com cerca de 40% das fotografias sobre refeições (Cf.: Apêndice 14). O palácio de São Lourenço ergue-se no centro histórico do Funchal, à esquerda da “entrada da cidade”, como era, anteriormente, designado o local de desembarque de passageiros na cidade. O edifício, classificado enquanto Monumento Nacional, desde 18 de agosto de 1943, era por isso a primeira imagem da cidade. Dele fazem parte a

fortaleza¹⁰⁷ e o edifício que, desde o século XVI, foi residência dos capitães donatários, sede militar durante o período filipino, residência dos governadores capitães-gerais até meados do século XIX, residência dos governadores civis e, hoje, residência oficial do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira. E n q u a n t o instituição representante do poder central na ilha da Madeira, acolheu as mais altas entidades portuguesas que visitaram a ilha em diferentes épocas. As fotografias de momentos de refeição no palácio de São Lourenço, nos álbuns em apreço, são, maioritariamente, de vistas de mesas de refeição, cujo propósito era a documentação do requinte e do bem receber da instituição.

Note-se que, após o palácio de São Lourenço, é a Quinta das Cruzes o segundo espaço com um maior número de capturas de momentos de refeição, com aproximadamente 13% das fotografias desta temática. Após a quinta das cruzes seguem-se, com iguais valores, cerca de 6%, a Quinta Vigia, o Aeroporto do Porto Santo e o Complexo Turístico da Matur (Cf.: Apêndice 14).

Outro dado a considerar é a distribuição do tipo de refeição e a distribuição pelos álbuns (Apêndice 15). Foram apuradas cinco subcategorias da categoria refeições: aperitivo, beberete, chá/café, almoço, brinde e jantar. A subcategorias mais recorrentes são os jantares e os almoços, a primeira com 26 capturas incorporadas na narrativa, a segunda com 10 fotografias. A discrepância deve-se a que muitos dos almoços sejam de, recorrendo à terminologia utilizada à época, natureza “íntima”.

¹⁰⁷ Até ao último quartel do século XVIII o palácio de São Lourenço era designado por fortaleza de São Lourenço, somente com a construção do andar nobre é que a designação palácio se generalizou.



Figura 20 — Vista sobre a distribuição de mesas do jantar no palácio de São Lourenço. 1962. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.



Figura 21 — Mesa presidida pelo presidente Américo Tomás, durante um jantar no palácio de São Lourenço. 1973. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

Monumentos

O monumento a João Gonçalves Zarco, navegador português e primeiro capitão donatário do Funchal, ergue-se na interseção da Avenida Zarco com a Avenida Arriaga, de olhos postos no Atlântico. A estátua e os baixos-relevos são do cinzel de Francisco Franco (1885-1955), o pedestal da autoria do arquiteto Cristino da Silva (1896-1976). Inaugurado a 28 de maio de 1934, no decorrer das cerimónias comemorativas da Revolução Nacional (Mendonça, 2014, 210), o monumento, denota o caráter evocativo, comemorativo e histórico com que o “*Estado Novo*” vinculou as expressões artísticas (Portela, 1982, 89), em particular, a escultura (Carita, 1988, 91).

António Ferro (1895-1956) ideólogo da arte do Estado Novo, impôs o modernismo como ideal estético do regime. O governo de cariz autoritário, ansioso de estabilização, encontraria na escultura uma forma de difundir a propaganda de pendor nacionalista (Antunes, 2018). Como Ferro viria a afirmar, na 13.^a Exposição de Arte Moderna do SNP “[...] *ninguém pode ter dúvidas sobre o esplendor da escultura portuguesa [...]*” e continuando, “[...] *poucos países se poderão gabar de efetivamente, de possuir no mesmo período dez ou doze escultores de alto nível [...]*” (Portela, 1982, 88). Artistas que, a partir dos anos 30, serão responsáveis por “[...] *[fixar] em pedra ou bronze personalidades da História de Portugal, com particular destaque para os heróis do período dos Descobrimentos, mas também escritores, poetas ou figuras religiosas*” (Antunes, 2018).

Todavia, seria o madeirense Francisco Franco que se destacaria. Após expor a estátua de Zarco na Avenida da Liberdade, em Lisboa, corria o ano de 1928, a peça foi recebida pela crítica como um contraste forte, dramático e desafiador em relação à estatuária da época (Portela, 1997, 19), “[...] *uma personagem de semblante sereno, mas de olhar enérgico, uma figura destituída de emoção, mas de atitude ambiciosa, uma forma de traços naturalistas, mas de expressão idealista*” (Nunes, 2008, 204). A estátua de Zarco tornar-se-ia num marco na viragem do gosto escultório nacional, “[...] *que abandonando o romantismo e o naturalismo do séc. XIX, alcançou uma monumentalidade notável e um rigor e equilíbrio [...]*” (Carita, 1988, 91). Todavia, não foi uma rutura total, o carácter historicista manteve-se, embora com significativas diferenças (Portela, 1997, 41).

Mas há uma diferença substancial entre o historicismo da retórica liberal, que emerge no naturalismo, por exemplo, neo-manuelizante, de alguns anos dez, tenazmente adverso ao nacionalismo dos modernistas, e o historicismo em que se pretende rever a burguesia que apetece o que será a formulação histórica salazarista (Portela, 1997, 41)

É a passagem do historicismo decorativo para o historicismo substantivo, onde se deixa de evocar o passado, mais ou menos romanticamente, mais ou menos naturalisticamente, para se construírem os pilares culturais e morais do Regime (Portela, 1997, 41).



Figura 22 — À passagem do presidente Américo Tomás pelo monumento a João Gonçalves Zarco. 1972. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

Artur Portela (1937-2020) argumenta que “[...] o zarquismo de Franco, e de toda a escultura que vai desencadear, é a História, o Império, a razão do Império, o culto do Herói, a severa espiritualidade, a força triste, a solidão do comando, a genealogia

moral e cultural de que se reclama o regime” (1982, 89). Ou, nas palavras de Paulo Nunes “[...] *a representação de um herói iluminado, soberano e audaz, mas simultaneamente humilde, desprezioso e cosmopolita capaz de simbolizar a ideologia imagética do regime estado-novista*” (Nunes, 2008, 204).

Também as alegorias — o cavaleiro (a conquista), o cosmógrafo (a sabedoria), o lavrador (a colonização) e o franciscano (cristianização) (Pereira, 1989, 803; Carita, 1988, 95; Nunes 2008, 204) — contribuem para reforçar a imagética do regime “[...] *que estabelecia a unidade dos três pilares em que assentava o Estado Novo salazarista — a Nação, o Estado e a História*” (Nunes, 2008, 204). A localização escolhida para o monumento, à *Entrada da Cidade* e junto da interface de transportes, não foi despropositada, como reconheceu o professor José Rafael Basto Machado (1900-1966), presidente da Junta Geral do Distrito do Funchal, no discurso inaugural:

De hoje para o futuro, o estrangeiro que desembarcar no Funchal não encontrará só dísticos em inglês, nem só costumes estrangeiros, encontrará ali um monumento português, um monumento que grita o seu nacionalismo, um monumento que representa bem um dos muitos heróis desta Nação heroica [...] (Mendonça, 2014, 210).

Lisandra Mendonça argumenta que todo o conjunto urbanístico se conjuga no propósito de invocar e celebrar o esplendor português (Mendonça, 2014, 211), atribuindo à estátua uma “[...] *dignidade ímpar [...] que se repete depois em todo o conjunto [...]*” (Carita, 1988, 95). A “*política de espírito*”, estratégia política semelhante à praticada noutros regimes totalitários europeus, teve como epítome a Exposição do Mundo Português de 1940 onde era glorificada a ação dos portugueses no mundo, celebrando a paz em contraste com a guerra que assolava o continente europeu (Antunes, 2018). Foi nos anos 40 que o nacional-historicismo, entenda-se o discurso historicista, sendo “*a estatuária de Franco [a] visualização desse discurso*” (Portela, 1997, 34). Grande parte da estatuária era encomendada pelo Estado, estando sujeita à temática comemorativa.

Outro dos monumentos incorporados na narrativa foi o monumento a Cristóvão Colombo. Estátua em bronze do escultor Henrique Moreira (1890-1979) encomendada pela Câmara Municipal do Funchal, foi, porém, somente inaugurada a 12 de outubro de

1968¹⁰⁸. A 2 de junho de 1955 foi lançada a 1.^a pedra do monumento evocativo das descobertas “[...] *num terreno adquirido pela Câmara Municipal [do Porto Santo], na esquina da Rua do Infante D. Henrique [...]*” (DN, 03-06-1955, 3), num projeto geral do Arq. Carlos Ramos e executado por António Aragão, como já escrevemos.



Figura 23 — Durante a cerimónia de lançamento da 1.^a pedra do monumento evocativo dos descobrimentos. 1955. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

¹⁰⁸ As intenções de incluir na estatuária madeirense uma homenagem ao navegador são anteriores a 1940, existindo uma maquete de desenho de Francisco Franco dos anos 20. cf.: José de Sainz-Trueva e Nelson Veríssimo (1996) *Esculturas da Região Autónoma da Madeira — Inventário*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Direção Regional dos Assuntos Culturais.



Figura 24 — Presidente Américo Tomás acompanhado, à esquerda, pelo presidente da câmara municipal do Funchal, Dr. Fernando Couto e, à direita, pelo governador do Distrito, António Braamcamp Sobral. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

Intervenções efémeras

Não existe um conceito totalmente definido para a questão das intervenções efémeras, pelo que, para o seu estudo, importa tecer algumas notas. O vocábulo efémero é oriundo do grego *ephemeros* e remete para a qualidade do objeto transitório, que se transforma e que desaparece. Pelo que a arte efémera são os objetos que se cumprem quando são criados e são alheios à perpetuidade.

Sara Carnide afirma que “o efémero pressupõe uma temporalidade fugaz, uma duração tão curta que a própria criação admite a destruição” (Carnide, 2012, 9). Todavia, reconhecendo que o efémero é aquilo que não fica, “[...] aquilo que se desfaz dentro da escala humana de tempo, de modo perceptível” (*Ibidem*) dotada, em certa medida, de dramatismo e cujo fim é a demonstração ostensiva. Outra aceção tem Maria Isabel Roque que argumenta que as memórias procuram reviver a pompa de outrora (Roque, 2011, 6), mas o que não corresponde totalmente à verdade, pois é uma prática que

se mantêm e, senão tanto para determinadas receções, hoje de tal forma correntes que perderiam significado, para outro tipo de celebrações, como do Natal e outras.

Nos álbuns que analisamos, o Funchal é o único concelho em que verificamos a presença de todas as subcategorias da categoria intervenções efémeras: espetáculos pirotécnicos, iluminação, bandeiras, dísticos, ornamentos com vegetação, tapetes com vegetação e arcos do triunfo (Apêndice 16). Os arcos do triunfo são as intervenções efémeras mais comum, com 20 das 88 capturas que totalizam esta categoria (Cf.: Apêndice 16). Entre os concelhos é no Funchal onde se verifica o maior número de fotografias com arcos do triunfo. Outra subcategoria que também deve ser mencionada são os tapetes de vegetação, que alcançam um valor de 18 capturas das 88 acima mencionadas (Apêndice 16). Sendo, à semelhança dos arcos do triunfo, o Funchal com o maior número de fotografias. Note-se que o maior número de fotografias é no Funchal, com 47% das fotografias sobre intervenções efémeras, seguido do Porto Santo, com 15%, e de Machico, com 11% (Apêndice 17).

Os arcos são estruturas profundamente associadas ao espiritual, simbolizando, entre outras coisas, força, suporte, luz, abertura, princípio e fim. Foram estas características que tornaram recorrente a utilização dos arcos do triunfo enquanto formas de engrandecimento e expressão pessoal dos seus governantes. Se os romanos construía os arcos triunfais, com o objetivo de elevar o *status* de homens comuns, os arcos enquanto motivos decorativos eram entendidos como monumentos efémeros propagandísticos que tanto honravam como comemoravam o poder para quem eram erigidos (Zaho, 2004, 2).

Dotados da capacidade de direcionarem a imagética para a época clássica, e seguintes, os arcos do triunfo, foram apropriados pelos regimes autoritários e totalitários do século XX. No caso da ilha da Madeira, estas estruturas estão registadas desde a passagem de D. Maria Leopoldina da Áustria, rumo ao Brasil, em que foi construído um cais de madeira e um arco do triunfo no mesmo material (Figura 25).



Figura 25 — Aquarela da autoria de Armand Julien Palliere, representando o desembarque da princesa Leopoldina no Funchal, a 11 de setembro de 1817, onde se pode observar o arco do triunfo erguido na entrada da cidade. Fonte: Arquipélagos.pt.

A visita régia à ilha da Madeira, em 1901, consagrou-se num momento único na história insular, pelo seu simbolismo e impacto. Quando em dezembro de 1900 as ilhas foram notificadas da intenção da visita dos monarcas, e atendendo à importância do evento, as autoridades locais empenharam-se numa exorbitante organização.

A importância da visita residia no facto da ilha da Madeira nunca ter sido oficialmente visitada pelo chefe de Estado português (Silva, 2009, 159). A visita, tal como descreve Cyriago de Brito Nobrega, em *A Visita de Suas Majestades os Reis de Portugal ao archipelago madeirense — narração das festas*, revestiu-se de elegância e pomposos arranjos decorativos. Entre os arranjos encontrava-se um grande arco do triunfo, de nuances cesáreas, cujo desenho é atribuído a João Henrique von Hafe, ex-diretor das Obras Públicas do Distrito, sendo, posteriormente, elaborado pela *Fabricao & Irmão* (Figura 6). Sendo também mandados construir outros tantos arcos do triunfo, naturalmente, mais pequenos, pela cidade, outorgados a António Ferreira e de execução da firma referida firma.

A entrada do adro da Sé Cathedral erguia-se outro arco do **triumpho** em ogiva, chamando a atenção particular de toda a gente, pelo seu aspecto harmonioso e grave, com o seu quê de

mystico; muito bem lançado; construído de madeira, imitando mármore, com decorações d'ouro e buxo, primorosamente executadas (Nóbrega, 1911, 11).



Figura 26 — Arco do triunfo erguido para a chegada de D. Carlos I e D. Amélia à ilha da Madeira. 1901. Fonte: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

A 13 de julho de 1938 visitou a ilha da Madeira o presidente António Óscar Carmona, como já escrevemos. Para a sua receção foi erguido, na porta da cidade, um arco do triunfo, descrito por Elmano Vieira, em *O Presidente Carmona na Madeira — Dez Horas Maravilhosas da História Insular*, como:

O Sr. Presidente da República, findo o desfile encaminha-se, esbelto e varonil como um Príncipe de remoto sangue, para a Entrada da Cidade. Ali, um grandioso Arco do Triunfo: configuração acastelada, com ameias nas quatro faces coroadas o triplo pórtico ogival, a evocar as portas das cidades da Metrópole; na face, para a banda do mar, ao alto, ocupando o pano da ameia dominante, o Escudo heráldico, cidadão, encimado da corôa mural, todo em oiros rutilante; e abrangendo os feixes dos três pórticos — o dístico congratulatório, legenda comovida dum anelo: — SEJA BEMVINDO! Media o Arco de triunfo 17 metros de comprimento por 11 de altura, totalmente arquitectado com essências regionais — armação de varas e troncos de pinheiros e eucaliptos, vestida de ramagens de buxo tosquiado, no sistema original Madeirense (Vieira, 1938, 67-68).



Figura 27 — Arco do triunfo erigido para a visita do presidente Óscar Carmona, à ilha da Madeira. Fonte: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

Na visita presidencial de 1955, a cidade recebeu o general Francisco Higinio Craveiro Lopes com um novo arco do triunfo. Na publicação da Junta Geral do Distrito, a *Visita do Senhor Presidente da República ao Arquipélago da Madeira*, no seguimento da visita presidencial, encontramos a seguinte legenda: “*panorama curioso, momentos após o desembarque. Do conjunto destaca-se o “Arco do Triunfo”, a multidão na Avenida do Mar e, ao fundo, a silhueta elegante da “Sagres” [...]*” (Junta Geral do Distrito, 1955, 6). Esta “vista” é também parte da narrativa veiculada pelos álbuns, em particular no álbum de 1955 e de 1962 (figuras ? e ?).

Todavia, também fora da urbe madeirense foram construídas estruturas, mais modestas, de arcos do triunfo (Figura ?). Importa referir que estas estruturas simbólicas do poder do “*Estado Novo*” apenas foram erguidas para as visitas de 1955 e 1962, ou a terem sido erguidas não foram incluídas na narrativa. Situação semelhante são as ornamentações em vegetação, os dísticos, as bandeiras e as iluminações que apenas foram incluídos na narrativa das duas primeiras visitas. O espetáculo pirotécnico também só é incorporado na narrativa do álbum de 1962 e os tapetes de flores apenas se verificam nos álbuns até 1971.

Tendo em conta que o número de intervenções efémeras aparenta diminuir ao longo do período em consideração. Efetivamente, data de 1971 a última referência a

uma intervenção efêmera, pelo que é justo questionar quais os fatores que fizeram alterar a forma como os chefes de Estado, neste caso o presidente da República Américo Tomás, eram recebidos no arquipélago.



Figura 28 — Vista sobre o cais e a entrada da cidade ornamentada com um arco do triunfo. 1955. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.



Figura 29 — Vista sobre o cais e a entrada da cidade ornamentada com um arco do triunfo. 1962. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.



Figura 30 — Iluminação da cidade do Funchal. 1962. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.



Figura 31 — Iluminação da cidade do Funchal. 1962. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira



Figura 32 — Espetáculo pirotécnico no porto do Funchal. 1962. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

Atuações de grupos folclóricos

O Estado Novo caracteriza-se por intenções protecionistas que assentavam na promoção de uma consciencialização patriótica conseguida através da extrapolação de feitos históricos e das características etnográficas portuguesas (Pinto, 2005, 13). Para Vera Marques Alves a criação de idílicos da nação passou pela criação de ranchos folclóricos (Alves, 2007). O S.P.N./S.N.I. desenvolveu inclusivamente uma secção destinada ao saber popular e tradições folclóricas, em prol da afirmação nacionalista e tradicionalista do regime. Parte desta secção faziam parte “[...] *manifestações culturais de exibição*

oficial, publicações, cortejos e exposições nacionais e internacionais” (Pinto 2005, 14). Vera Marques Alves citando Manuel Cadafaz de Matos “*a criação de ranchos folclóricos [...] a fim de que o nosso povo se divertisse à grande e à francesa e se alheasse dessas coisas fastidiosas da política que deveriam ser só para os políticos*” (Alves, 2007). Rui Magno Pinto argumenta que a primeira medida aplicada ao folclore regional foi a postura da Câmara Municipal do Funchal de 26 de maio de 1935 onde são dadas as diretrizes do uso do traje listado, o que viria a ser designado de traje regional, composto por saia, camisa, colete, carapuça e bota chã como uniforme das floristas do Funchal (Pinto, 2005, 15).

Entre as décadas de 30 e 60 do século XX as coletividades folclóricas viram crescer o seu papel na sociedade madeirense:

[...] a presença de coletividades folclóricas, quer “efêmeras” quer “institucionalizadas”, em eventos tais como as Festas da Cidade (realizadas pela primeira vez a 29 de dezembro de 1936) e as Festas da Vindima (realizadas pela primeira vez a 18 e 19 de setembro de 1938 pelo Padre Laurindo Leal Pestana), bem como iniciativas ocasionais como as visitas à Região do General Carmona (a 13 de julho de 1938), dos Embaixadores de Inglaterra à Madeira (a 23 de Fevereiro de 1939) e da Mocidade Portuguesa (em Agosto de 1942) e as Comemorações do Quarto Centenário da Restauração de Portugal (apresentação folclórica a 30 de novembro de 1940, repetida a 14 de dezembro). (Pinto, 2005, 15).

Rui Magno Pinto citando o relatório de Raphael Basto Machado, *Relatório da Atividade da Delegação de Turismo 1962*, descreve a criação de um restaurante típico, para a receção de entidades oficiais, “[...] *com decoração adequada e obrigatoriedade de uso do traje regional pelo pessoal empregado, com apresentação da gastronomia regional e animação de carácter folclórico*” (Pinto, 2005, 16). O desejo foi concretizado em 1965 com a apropriação do Restaurante Jardim do Sol, porém, curiosamente, nunca visitado nas visitas presidenciais em análise. Foram várias as intervenções de grupos folclóricos incorporadas na narrativa dos álbuns, são eles: Grupo Folclórico da Casa do Povo da Camacha; Grupo Folclórico do Campanário; Grupo Folclórico do Monte (Livramento); e Grupo Folclórico “Os ilhéus”.



Figura 33 — Atuação do Grupo Folclórico da Casa do Povo da Camacha nos jardins da Quinta das Cruzes. 1962. Fonte: Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira

Considerações finais

Em *Os Álbuns Fotográficos do Palácio de São Lourenço (1955-1973): A imagem de um regime*, interpelam-se sentidos associados ao uso da imagética discursiva nos álbuns de visitas presidenciais às ilhas da Madeira e do Porto Santo, no ciclo balizado entre 1955 e 1973, correspondendo às datas da primeira, e única, visita presidencial de Francisco Higinio Craveiro Lopes, e da última visita oficial de um presidente da República, ao arquipélago, durante o “*Estado Novo*”.

A abono da boa-fé académica há que reconhecer a recente aquisição, por via de doação, de um álbum sobre a visita presidencial de Óscar Carmona à ilha da Madeira em 1938, do acervo da Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira. Todavia, a investigação que aqui apresentamos não englobou essa recente documentação, porque, durante o período de análise da documentação, o documento ainda não estava incorporado na seção de reservados na instituição em apreço.

Segundo o que nos foi possível apurar, o álbum, é em tudo idêntico aos das restantes visitas presidenciais, o que nos faz acreditar que se trata de um objeto da autoria do Governo Civil do Distrito Autónomo do Funchal. Apesar de a sua informação ainda não ter sido trabalhada, o aparecimento de mais um destes objetos, é um contributo para as considerações do presente estudo. Parecendo-nos razoável situar a prática da elaboração de álbuns fotográficos pelo Governo Civil do Distrito Autónomo do Funchal, pelo menos, desde 1938 prolongando-se até 1973.

Será interessante que futuros trabalhos se debrucem sobre a evolução do álbum de fotografias em Portugal. Trabalho até à data por fazer. Tal investigação, que deverá passar, inevitavelmente, por um trabalho exaustivo de localização e descrição temática dos objetos. Assim, poder-se-á estabelecer continuidades e descontinuidades, nesta prática documental. Trabalho igualmente inédito será o estudo sobre a fotografia institucional em organismos políticos, independentemente do período temporal, pois tal prática ainda hoje se mantém, adaptada à fotografia digital e disponibilizada de forma livre no site da Presidência da República.

Uma das questões que sempre nos colocamos foram as razões para só existirem álbuns para algumas visitas. O aparecimento do álbum da visita de Óscar Carmona e de algumas fotos referentes à visita de Américo Tomás, em 1964, no acervo do Museu da Presidência, permite-nos afirmar, com algum grau de confiança, que foram elaborados álbuns para todas as visitas de presidentes da República ao Arquipélago. Ou que, pelo menos, foram elaborados mais álbuns do que aqueles que ficaram depositados no acervo da Área Museológica do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

Todavia, alguns destes álbuns acabaram nas mãos de privados ou em acervos documentais públicos que, ainda não foram devidamente catalogados e indexados, limitam a agregação de todas as referências num só documento. Reconhecemos, porém, que esse não era o âmbito do nosso estudo. O objetivo da presente dissertação passou por compreender a forma como as viagens presidenciais foram retratadas nos álbuns institucionais do Governo Civil do Distrito Autónomo do Funchal. Procurando enquadrá-las num contexto mais amplo, trabalho de carácter essencial para a utilização destes objetos museológicos como fontes documentais, que foram as viagens de Presidentes da República às províncias ultramarinas, sinal da preocupação do regime com a sua imagem no império e a consequente manutenção do poder nos territórios ultramarinos.

Ao longo do itinerário analítico e considerando o *corpus* circunscrito que são os álbuns em análise, é-nos apresentado um prisma privilegiado da imagem que o Ministério do Interior procurava reproduzir, de um país metaforicamente ressurgido, uniformizada em consonância com a política de obras públicas, marca identitária do regime ditatorial português. Num contexto de crescente afirmação da fotografia na esfera publicitária e na imprensa, remetendo tanto para a materialização da política do espírito como para a exaltação nacionalista, e, diga-se, imperialista. Colocando a fotografia ao serviço da imagética ideológica do Regime, do seu programa reformista e de afirmação nacional. Os álbuns serviram de instrumento para perenizar o desiderato simbólico da presença da autoridade estatal no território insular e ultramarino, e da aura evocativa do espírito e ação do *novo* regime.

Regime que, desde a sua institucionalização, preocupou-se em criar o aparato necessário, garantindo-lhe os recursos para a fundamentação e legitimação da tónica

nacionalista e imperialista. Se nos primeiros álbuns (1955 e 1962) reportam-se a restauração patrimonial, como o foram a inauguração das obras de ampliação do porto do Funchal, em 1955, e as construções de raiz, de que são exemplo a inauguração do Palácio da Justiça do Funchal, em 1962, e as centrais hidroelétricas.

A narrativa dos álbuns, ou com maior rigor, uma das narrativas que podem brotar dos álbuns, foi influenciada pelo progresso, inevitável, da ilha da Madeira, resultado do crescente desenvolvimento turístico que obrigou à reformulação do tecido urbano e económico da parte sul da ilha. Foi neste contexto que a narrativa passou a privilegiar visitas a instituições hoteleiras a partir de 1970.

Os álbuns fotográficos institucionais do Palácio de São Lourenço podem ser divididos em três grupos: 1.º - álbum da visita do presidente da República, general Francisco Higinio Craveiro Lopes, de 1955; 2.º - álbuns, volume I e II, da visita do presidente da República, almirante Américo Tomás, de 1962; 3.º - álbuns da visita do presidente da República Américo Tomás de 1963-1973.

A periodização proposta baseia nas semelhanças encontradas nos documentos em apreço, note-se que respeitamos o *output* dado pelo MAXQda (Cf.: Apêndice 3). A divisão da narrativa em grupos resulta da interseção de três planos: quanto à temática, ao conteúdo e à **estrutura**. A temática é o tema sobre que versa a imagética narrativa. O conteúdo resulta da temática, pois consiste nos principais indivíduos da narrativa, o presidente da República e o governador do distrito autónomo do Funchal. E, por fim, a estrutura que se prende com as características de organização dos álbuns.

Deste modo todos os álbuns, como vimos, debruçam-se sobre visitas de presidentes da República à ilha da Madeira e ao Porto Santo, tendo todos, por isso, a mesma temática. Se atendermos ao conteúdo, os álbuns dividem-se em dois grupos: os álbuns das visitas do presidente da República Américo Tomás e o álbum da visita de Francisco Higinio Craveiro Lopes. E pelo plano da estrutura obtemos a divisão em três grupos:

1. Visita à ilha da Madeira e do Porto Santo, em 1955, um único álbum.
2. Visita à ilha da Madeira e do Porto Santo, em 1962, um álbum dividido em dois volumes.

3. Visitas à ilha da Madeira, um ou vários álbuns, entre 1963-1971.

Em suma, os álbuns institucionais foram uma forma de propaganda desenvolvida pelo Regime do “Estado Novo”, de inspiração noutros regimes fascistas ou fascizantes do seu tempo que, procuravam registar e evocar os caracteres celebrativos das visitas presidenciais aos territórios insulares e ultramarinos portugueses.

FONTES IMPRESSAS

Acciaiuoli, Margarida (1998), *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*, Lisboa: Livros Horizonte.

Anderson, Benedict (2005), *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa: Edições 70.

Andrade, John (2002), *Dicionário do 25 de Abril: Verde Fauna, Rubra Flora*, Lisboa: Nova Arrancada.

Bate, David (2016), *Photography: The Key Concepts*, Londres/Nova Iorque: Bloomsbury Academic.

Berger, John (2008), *Ways of Seeing*, Londres: Penguin Books.

Black, Jeremy e Donald D. MacRaild (2000) *Studying history*, Hong Kong: MacMillian Press.

_____ (1988), “Palácio de São Lourenço: Símbolo e Espelho do Poder”, in *Isleña*, n. ° 3, pp. 91-96.

_____ (2020), *História da Madeira Volume VI - Século XX - O Caminho para a Autonomia*, Funchal: Imprensa Académica.

Carita, Rui (2013), *História do Funchal*, Funchal: Associação Académica da Universidade da Madeira.

Carvalho, Filipe Nunes de (1999), “Exposição Colonial” in *Dicionário de História de Portugal – VIII* coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Lisboa: Livraria Figueirinhas, pp. 708-709.

Clode, Luiz Peter (1984), *Registo Bio-bibliográfico de Madeirenses Sécs. XIX e XX*, Funchal: Caixa Económica do Funchal.

Echagüe, Javier Ortiz (2021), “Uma Pátria de Papel: a Fotografia, a História e os Media Impressos no Estado Novo português”, in *Fotografia Impressa e Propaganda em Portugal no Estado Novo*, Gijón: Muga, pp. 41-48.

Eleutério, Vítor Luís (1999), “Ministério do Interior” in *Dicionário de História de Portugal – VIII* coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Lisboa: Livraria Figueirinhas, pp. 486-487.

Gaspar, Emanuel (2021), *A Arquitetura no Arquipélago da Madeira, do povoamento à contemporaneidade*, Funchal: Câmara Municipal do Funchal.

- Madeira**, João (2008), “Salazar, Retaguarda de Franco” in *1936-1939: Salazar, Retaguarda de Franco*, coord. António Simões do Paço, Lisboa: Planeta De Agostini, pp. 7-25.
- Melo**, Daniel (1999), “Marchas populares” in *Dicionário de História de Portugal – VIII* coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Lisboa: Livraria Figueirinhas, pp. 427-429.
- Mestre**, Victor (2002), *Arquitetura Popular da Madeira*, Lisboa: Argumentum.
- Nobrega**, Cyriago de Brito (1901), *A visita de suas majestades os Reis de Portugal ao archipelago madeirense — narração das festas*, Funchal: Typographia “Esperança”.
- Pereira**, Eduardo C. N. (1989), *Ilhas de Zargo*, vol. II (4ª edição), Funchal: Câmara Municipal do Funchal.
- Portela**, Artur (1997), *Francisco Franco e o «zarquismo»*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- _____ (1982), *Salazarismo e artes plásticas*, Lisboa: Livraria Bertrand.
- Price**, Derrick e Liz Wells (2015), “Thinking about photography: Debates, historically and now” in *Photography: A Critical Introduction* ed. Liz Wells, Londres/Nova Iorque: Routledge, PÁGINAS.
- Rosas**, Fernando, J. M. Brandão de Brito (dir.) (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Sainz-Trueva**, José de (1989), “Quinta da Mãe dos Homens” in *Revista Atlântico*, nº 17, pp. 5-15.
- Serra**, Filomena, Paula André e Manuel Villaverde Cabral (2021), “A fotografia impressa e a propaganda no Estado Novo”, in *Fotografia Impressa e Propaganda em Portugal no Estado Novo*, Gijón: Muga, PÁGINAS.
- Serrano**, José de Bouza (2017 [2011]), *O Livro do Protocolo*, Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Silva**, António Duarte (1999), “Ministério das Colónias/Ministério do Ultramar” in *Dicionário de História de Portugal – VIII* coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Lisboa: Livraria Figueirinhas, pp. 475-478.
- Tagg**, John (1988), *The Burden of Representation: Essays on Photographies and Histories*, Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Tavares**, Emília (2002), *A fotografia ideológica de João Martins (1898-1972)*, Porto: Mimesis.

- Varela**, Raquel (2008), “A Grande Exposição do Mundo Português” in *1940-1942: A grande Exposição do Mundo Português*, coord. António Simões do Paço, Lisboa: Planeta De Agostini, pp. 7-25.
- Vieira**, Elmano (1938). *O Presidente Carmona na Madeira — Dez horas maravilhosas da história Insular*, Funchal: Governo do Distrito Autónomo do Funchal.
- Yin**, Robert K. (2003 [1994]), *Case study research: design and methods*, California: Sage Publications.
- Zaho**, Margaret Ann (2004), *Imago Triumphalis: The Function and Significance of Triumphal Imagery for Italian Renaissance Rulers*, Nova Iorque: Peter Lang.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Diário de Notícias, maio a junho de 1955, julho de 1962, setembro a outubro de 1963, agosto de 1969, julho de 1970, setembro de 1971, novembro de 1972, setembro de 1973.

Jornal da Madeira, julho de 1962, outubro de 1963, agosto de 1969, julho de 1970, setembro de 1971, novembro de 1972, setembro de 1973.

Diário de Lisboa, outubro de 1933.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO DA ÁREA MUSEOLÓGICA DO PALÁCIO DE SÃO LOURENÇO — GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, Reservados, (Governo civil do Distrito Autónomo do Funchal (1971). *XVII - 01- Receções - Protocolo - Visitas do P.R. 1971*).

ARQUIVO DA ÁREA MUSEOLÓGICA DO PALÁCIO DE SÃO LOURENÇO — GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, Reservados, (*Visita de S. Ex.^a o Presidente da República à Madeira_1955*).

ARQUIVO DA ÁREA MUSEOLÓGICA DO PALÁCIO DE SÃO LOURENÇO — GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO

AUTÓNOMA DA MADEIRA, Reservados, (*Visita de Sua Excelência o Presidente da República Almirante Américo Thomaz à Madeira [vol. I]*).

ARQUIVO DA ÁREA MUSEOLÓGICA DO PALÁCIO DE SÃO LOURENÇO —
GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO
AUTÓNOMA DA MADEIRA, Reservados, (*Visita de Sua Excelência o Presidente da República Almirante Américo Thomaz à Madeira [vol. II]*)

ARQUIVO DA ÁREA MUSEOLÓGICA DO PALÁCIO DE SÃO LOURENÇO —
GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO
AUTÓNOMA DA MADEIRA, Reservados, (*Visitas de Sua Excelência o Presidente da República, Almirante Américo Thomaz, à ilha da Madeira [8-9-1963 & 16-10-1963]*).

ARQUIVO DA ÁREA MUSEOLÓGICA DO PALÁCIO DE SÃO LOURENÇO —
GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO
AUTÓNOMA DA MADEIRA, Reservados, (*Visita do Almirante Américo Thomaz ao Grémio dos Industriais dos Bordados durante a “Visita ao Funchal de S. Ex.^a o Presidente da República, Almirante Américo Rodrigues de Deus Thomaz” [30-8-1969]*).

ARQUIVO DA ÁREA MUSEOLÓGICA DO PALÁCIO DE SÃO LOURENÇO —
GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO
AUTÓNOMA DA MADEIRA, Reservados, (*Visita ao Funchal de S. Ex.^a o Presidente da República, Almirante Américo Rodrigues de Deus Thomaz [30-8-1969]*).

ARQUIVO DA ÁREA MUSEOLÓGICA DO PALÁCIO DE SÃO LOURENÇO —
GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO
AUTÓNOMA DA MADEIRA, Reservados, (*Visita à Madeira de Sua Excelência, Alm. Américo Thomaz [16-7-1970]*).

ARQUIVO DA ÁREA MUSEOLÓGICA DO PALÁCIO DE SÃO LOURENÇO —
GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO
AUTÓNOMA DA MADEIRA, Reservados, (*Visita de Sua Excelência o Presidente da República à Madeira [18/20-9-1971]*).

ARQUIVO DA ÁREA MUSEOLÓGICA DO PALÁCIO DE SÃO LOURENÇO —
GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO
AUTÓNOMA DA MADEIRA, Reservados, (*Visita à Madeira de Sua Excelência o
Chefe de Estado* [20/22-11-1972]).

ARQUIVO DA ÁREA MUSEOLÓGICA DO PALÁCIO DE SÃO LOURENÇO —
GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO
AUTÓNOMA DA MADEIRA, Reservados, (*Visita à Madeira de Sua Excelência o
Presidente da República* [8/10-9-1973]).

FONTES ELETRÓNICAS

Alves, Vera Marques (2007), “A poesia dos simples”: arte popular e nação no Estado Novo”,
in *Usos da ruralidade*, vol. 11, pp. 63-89, disponível em: [https://
journals.openedition.org/etnografica/1951?lang=en](https://journals.openedition.org/etnografica/1951?lang=en).

Antunes, José (2018), “A escultura no Estado Novo: Obras do Centro de Artes das Caldas da
Rainha em exposição na Coleção Moderna”, acesso a 24 de junho de 2022, disponível
em: <https://gulbenkian.pt/cam/novas-leituras-2/escultura-no-estado-novo/>.

Barros, Víctor (2021), “Estado Novo e as comemorações do duplo centenário nas colónias”,
in *Revista de Histórias das Ideias*, n.º 39, pp.141-173, disponível em: [https://
impactum-journals.uc.pt/rhi/article/view/8618/7224](https://impactum-journals.uc.pt/rhi/article/view/8618/7224).

Carita, Rui (2021), “Coronel D. António Braamcamp Sobral, Óleo de 1960 (c.), Lisboa,
Portugal”, acesso a 25 de agosto de 2022, disponível em: [https://www.arquipelagos.pt/
imagem/coronel-d-antonio-braamcamp-sobral-oleo-de-1960-c-lisboa-portugal/](https://www.arquipelagos.pt/imagem/coronel-d-antonio-braamcamp-sobral-oleo-de-1960-c-lisboa-portugal/).

Carnide, Sara Joana Ferreira (2012), *Arquiteturas Expositivas Efêmeras, Pavilhão
Temporário em Roma*, relatório de projeto de mestrado em Arquitetura, Lisboa:
Universidade Técnica Lisboa/ Instituto Superior Técnico. Disponível em: [https://
fenix.tecnico.ulisboa.pt/cursos/ma/dissertacao/2353642431648](https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/cursos/ma/dissertacao/2353642431648).

Castro, Maria João (2016), “Império e Propaganda: as viagens presidenciais às colónias
ultramarinas durante o Estado Novo”, in *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 5
n.º 1, pp.75-83, disponível em: <https://www.unicentro.br/rbhm/ed09/dossie/06.pdf>.

- Gasque**, Kelly Cristine Gonçalves Dias (2007), “Teoria Fundamentada: Nova Prespetiva à Pesquisa Exploratória” in *Métodos para a pesquisa em Ciências da Informação* org. Suzana Pinheiro Machado Mueller, Brasília: Thesaurus, pp. 83-118. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9610>.
- Guerlixa**, Ana Isabel Pestana (2019), *O Desenvolvimento do Funchal e os Espaços de Cura no Século XX*, dissertação de mestrado em Arquitetura, Lisboa: Instituto Superior Técnico, disponível em: https://scholar.tecnico.ulisboa.pt/records/IjEd-xulSJ3YloLMSa2fvzrouSwpU_3E8BFf.
- Lacerda**, Aline Lopes de (2012), “A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais”, in *História, Ciência, Saúde — Manguinhos*, v. 19 n.º 1, pp. 283-302, disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/3WdkxxJRfLj65nGbDgQPfnh/?lang=pt&format=pdf>.
- Lemos**, Eduardo Cardoso Mascarenhas de (2022), “António Braamcamp Sobral, 6º conde de Sobral”, acesso a 25 de agosto de 2022, disponível em: <https://www.geni.com/people/António-Braamcamp-Sobral-6º-conde-de-Sobral/6000000020490050990>.
- Matos**, Rui Manuel Carneiro de Campos (2016), *A Arquitectura do Turismo Terapêutico, Madeira e Canárias, 1800-1914*, tese de doutoramento em Arquitetura, Lisboa: Universidade de Lisboa, disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/11481>.
- Mauad**, Ana Maria, e Charles Monteiro. 2018. “Fotografia, cultura visual e história: perspectivas teóricas e metodológicas”, in *Estudos Ibero-Americanos*, vol. 44 n.º 1, pp. 3-5, disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/issue/view/1209>.
- Melo**, Daniel (2003), “As Marchas Populares: a encenação da cidade de Lisboa”, Salwa El-Shawan Castelo-Branco e Jorge Freitas Branco (dir.), *Vozes do Povo: A folclorização em Portugal*, Lisboa: Etnográfica Press, disponível em: https://www.academia.edu/42982280/As_marchas_populares_a_encenação_da_cidade_de_Lisboa.
- Mendonça**, Lisandra Franco de (2014), “A inauguração da estátua de Gonçalves Zarco no Funchal”, in *História da FLUP Parte IV*, n.º 4, pp. 209-223, disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/issue/view/94>.

- Midford**, Sarah (2014), “Roman Imperial Triumphal Arches”, in *Journal of the Classical Association of Victoria*, vol. 27, pp. 11—26, disponível em: <https://classicsvic.files.wordpress.com/2015/06/midford.pdf>.
- Museu da Presidência da República** a) (s.d.), “Américo Tomás”, acesso a 25 de agosto de 2022, disponível em: <https://www.museu.presidencia.pt/pt/conhecer/presidentes-da-republica-biografias/presidentes-da-ditadura/americo-tomas/>.
- _____ b) (s.d.), “Craveiro Lopes”, acesso a 25 de agosto de 2022, disponível em: <https://www.museu.presidencia.pt/pt/conhecer/presidentes-da-republica-biografias/presidentes-da-ditadura/craveiro-lopes/#>.
- Neves**, Moreira das (1938), “A contribuição da arte da Fotografia nas Celebrações do Duplo Centenário”, in *Objectiva*, n.º 12, disponível em: https://alexandrepomar.typepad.com/alexandre_pomar/2008/07/objectiva-1937-38-iii.html.
- Nunes**, Paulo Simões (2008), “Francisco Franco e a «idade do ouro» da escultura portuguesa”, in *ArteTeoria*, n.º 11, pp. 198-213, disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/17706>.
- Nunzio**, Cinthia Candeias Di (2022), *A Exposição Os Primitivos Portugueses de 1940*, dissertação de mestrado em Museologia e Museografia, Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Belas Artes. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/53538/2/ULFBA_TES_CinthiaDiNunzio.pdf.
- Pinheiro**, Nuno (2011), “Fotografia e História social: utilização da fotografia como fonte para a História”, in *Estudos do Século XX*, n.º 11, pp. 105-119, disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/36733/1/Fotografia%20e%20Historia%20Social.pdf>.
- Pinto**, Rui Magno (2005), “Fenómenos de interacção entre Turismo e Folclore no Arquipélago da Madeira”, in *Xarabanda*, (2005-2006), pp. 13-24, disponível em: <https://recursosartisticos.madeira.gov.pt/index.php/projetos/biblioteca-digital/publicacoes-periodicas/3662-fenomenos-de-interacao-entre-turismo-e-folclore-no-arquipelago-da-madeira>.
- Rodrigues**, Joana Sousa (2017), “O papel do documento fotográfico nos arquivos”, in *Páginas a&b*, série 3 n.º 8, pp. 55-65, disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/issue/view/249>.

- Roque**, Maria Isabel (2011), “Pompas e circunstâncias da arte efémera”, in *Lumem Veritatis: boletim da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa*, n.º 24, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, pp. 4-6, disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/12511?mode=full>.
- Rosas**, Fernando (2008), “O salazarismo e o Homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo nos anos 30 e 40”, in *Estados autoritários e totalitários e suas representações* coord. Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo, pp. 31-46, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, disponível em: <https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wy1Oi67NG6.pdf>.
- S. n.** (1928), “Generaliza-se em Portugal a Ideia da Propaganda pelo Cinema” in *De Cinema*, n.º 5, pág. 1. Disponível em: <http://www.cinematca.pt/Cinematca-Digital/Ficha.aspx?obraid=805025&type=Texto>.
- Salgado a)**, Joaquim (1971), “Os aproveitamentos hidroagrícolas em Portugal, sua história e descrição: A rega e a electrificação rural da ilha da Madeira”, in *Eletricidade: Revista Técnica*, n.º 71, pp. 152-161, disponível em: <https://www.colecoesfundacaoedp.edp.pt/Nyron/Library/catalog/winlibsrch.aspx?skey=E01146CE1B9949FA8C83F67B1E5722AB&pesq=3&cap=&var1=&var2=&var8=Os%20aproveitamentos%20hidroagr%25u00edcolas%20em%20portugal&doc=164518>.
- _____ **b)**, Joaquim (1971), “Os aproveitamentos hidroagrícolas em Portugal, sua história e descrição: A rega e a electrificação rural da ilha da Madeira [continuação]”, in *Eletricidade: Revista Técnica*, n.º 72, pp. 203-219, disponível em: <https://www.colecoesfundacaoedp.edp.pt/Nyron/Library/catalog/winlibsrch.aspx?skey=E01146CE1B9949FA8C83F67B1E5722AB&pesq=3&cap=&var1=&var2=&var8=Os%20aproveitamentos%20hidroagr%25u00edcolas%20em%20portugal&doc=164530>.
- Sanchez**, Renata Latuf de Oliveira (2012), “Estruturalismo e Pós-Estruturalismo: Diálogos entre Cinema e Arquitetura”, in *Revista Anagrama*, 6 n.º1, pp. 1-14, disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/46376>.

- Santos**, Dóris (2021), “Memória e representação do mar. Guilherme Filipe e Lino António, os pintores das paisagens e gentes da Nazaré”, in *Imaginários do Mar. Uma Antologia Crítica*, Lisboa: Instituto de Estudos de Literatura e Tradução, disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/133083/1/imaginarios_do_mar_ii_ebook_1_115_151.pdf.
- Serén** a), Maria do Carmo (2011), “A doença de viajar: Portugal no roteiro das excursões fotográficas dos anos 60 do século XIX”, in *Cultura, Espaço & Memória*, n.º 1, pp. 73-85, disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/4870/4552>.
- _____ b), Maria do Carmo (2011), “O documento fotográfico da mediação cultural à mediação técnica”, in *Cultura, Espaço & Memória*, n.º 2, pp. 183-192, disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/4855/4537>.
- Silva**, Susana Serpa (2009), “Em torno da visita régia de 1901 aos arquipélagos da Madeira e dos Açores” in *ARQUIPÉLAGO. História*, 2ª série vol. 13, pp. 157-176, disponível em: <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/1235>.
- Silva**, Tiago Miguel Pimenta e (2013), *As Quintas Madeirenses como uma Oferta Turística Diferenciada*, dissertação de mestrado em Estudos Regionais e Locais, Funchal: Universidade da Madeira. Disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/1092>.
- Sousa**, Jorge Pedro, Celiana Azevedo e Fátima Lopes Cardoso (2021), “A cobertura das eleições presidenciais em Portugal nas revistas ilustradas da I República (1910-1926)”, in *Para uma história do jornalismo em Portugal — III*, coord. Carla Baptista, Jorge Pedro Sousa e Celiana Azevedo, Lisboa: ICNOVA, pp. 111-202, disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/127090>.
- Vasconcelos**, Teresa (2005), *O Plano Ventura Terra e a Modernização da Cidade do Funchal (primeira metade do século XX)*, dissertação de mestrado em História e Cultura das Regiões, Funchal: Universidade da Madeira, disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/315>.
- Vieira**, Ismael Cerqueira (2011), “O pioneirismo da Madeira no tratamento da tuberculose em meados do século XIX”, in *Ler História*, n.º 61, disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1603>.

FONTES AUDIOVISUAIS:

Ribeiro, António Lopes (1940), *As Festas do Duplo Centenário*. Disponível em: <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=1333&type=Video>.

S. n. (1949), *A Visita a Portugal do Generalíssimo Franco – I*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6iypOpwoK7s>.

Secretariado Nacional da Informação (1955), *A Visita do Chefe de Estado à Ilha da Madeira*. Disponível em: <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=2174&type=Video>.

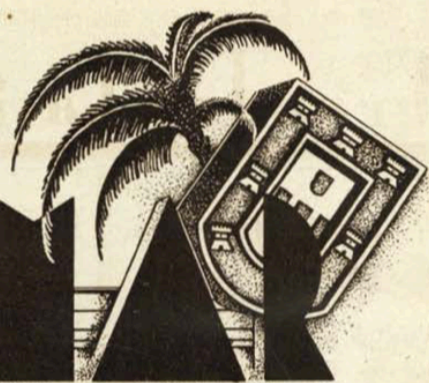
Anexos

ANO I PORTO, 15 de Junho de 1934 N.º 10

NÚMERO AVULSO: UM ESCUDO
Série de 12 números, pagamento
adiantado, 6\$00
Publicações a preço convencionado
Editor — Eduardo Lopes
Tiragem: 12 000 exemplares

DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
CORPO REDACTORIAL
HUGO ROCHA
J. MIMOSO MOREIRA
MÁRIO DE FIGUEIREDO

Redacção e Administração:
PALÁCIO DAS COLÓNIAS
(Palácio de Cristal)
▼ (TELEFONE 89) ▼
Composto e impresso na «Imprensa
Portuguesa», Rua Formosa — Póvoa



ULTRAMAR

ORGAO OFICIAL DA EXPOSIÇÃO COLONIAL

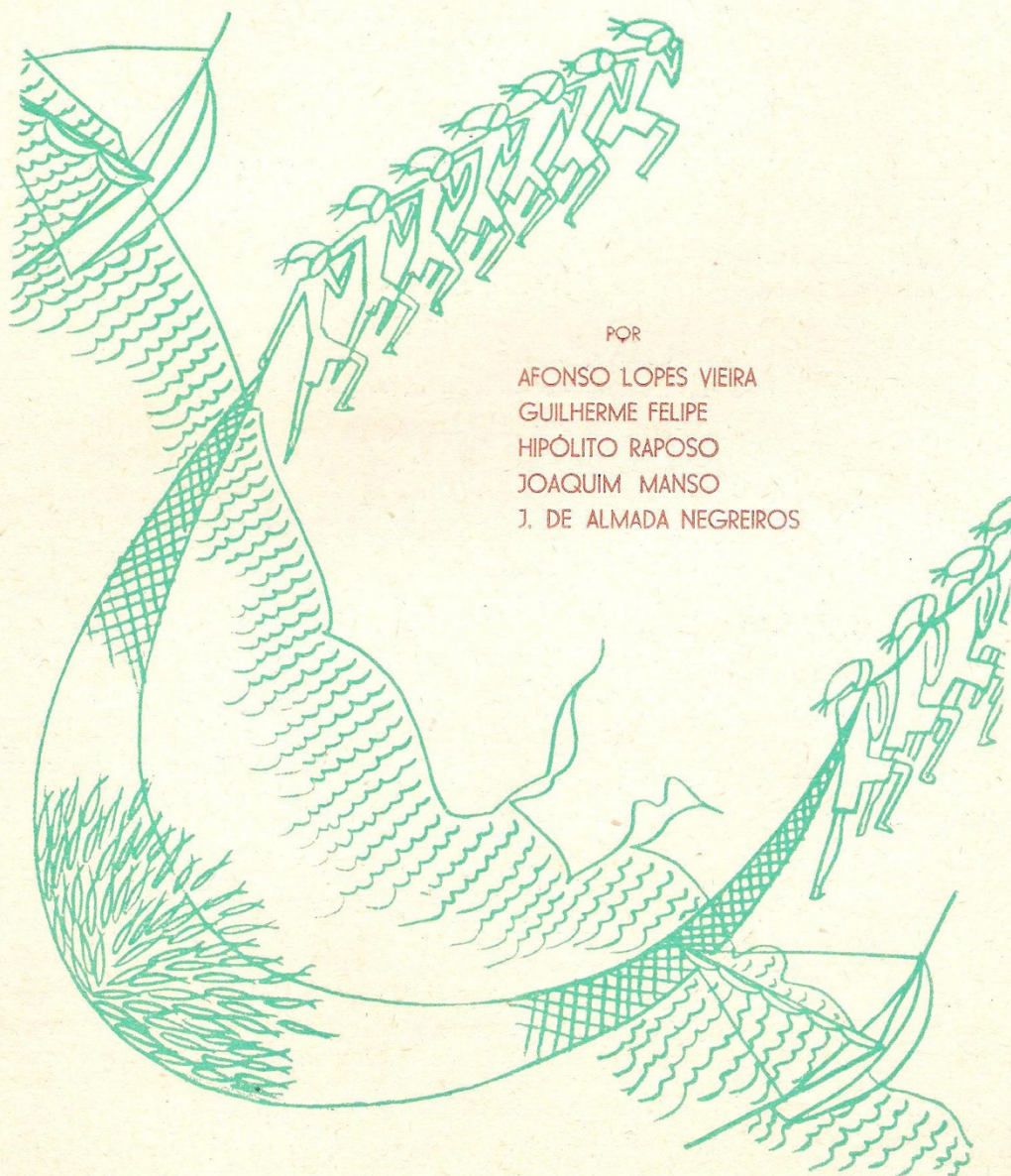
A Fachada do Palácio das Colónias



onde está instalada a I Exposição Colonial Portuguesa

(Cliché ALVÃO).

PRIMEIRA "FESTA DO MAR"
PRAIA DA NAZARÉ
X - I X - M C M X X I X



POR

AFONSO LOPES VIEIRA
GUILHERME FELIPE
HIPÓLITO RAPOSO
JOAQUIM MANSO
J. DE ALMADA NEGREIROS



Anexo 3 — Cartaz das Comemorações do Duplo Centenário de Portugal da autoria de José de Almada Negreiros, 1940, 107,5 x 77,5 cm. Disponível em: <https://www.leiloeiracortereal.pt/web/leiloes/>

leiloes-presenciais-antiores/leilao-presencial-003-2022/203-jose-de-almada-negreiros-1893-1970---
cartaz-detail.



Anexo 4 — Cartaz da 1ª Exposição Nacional de Floricultura da autoria de Roberto Araújo. Lisboa, 1940. 100x69cm. Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/records/item/27817-1ordf-exposicao-nacional-de-floricultura?offset=14>

Visita Oficial do Chefe do Estado à Madeira

PROGRAMA OFICIAL

30 DE MAIO — SEGUNDA-FEIRA

15 horas — Desembarque no Funchal.
 Revista à Guarda de Honra e desfile.
 Entrega das chaves da cidade.
 Traje: Civil — Fraque e chapéu alto ou escuro.
 Militar — Uniforme de gala e espada ou grande uniforme.

16 horas — Recepção na Câmara Municipal.
 17 horas — TE-DEUM.
 18 horas — Cumprimentos no Palácio da São Lourenço.
 20 horas — Banquete oferecido pelo Governador Civil.

Traje: Casaca com condecorações ou uniforme de gala.

31 DE MAIO — TERÇA-FEIRA

Traje de passeio (escuro).

Sua Excia. o Presidente da República sairá do Funchal pelas 8,30 h. passando em:

Câmara de Lobos	às 8h. 40m.
Estreito de Câmara de Lobos	9 05
Quinta Grande	9 20
Campanário	9 35
Ribeira Brava	9 50
Taboá	10 10
Lugar de Baixo	10 20
Ponta do Sol	10 35
Canhas	10 50
Madalena do Mar	11 05
Arco da Calheta	11 25
Central Frederico Ulrich	11 40
Calheta	12 00
Estreito da Calheta	12 15
Frazeres	12 30
Fajã da Ovelha	12 40
Ponta do Fargo	13 00
Achada da Cruz	13 25
Santa	13 35
Porto do Moniz	13 45

Almoço

Partida do Porto do Moniz	15 30
Passagem no Seixal	15 50
São Vicente	16 05
Encumeada	16 40
Central Salazar	16 55
Pousada dos Vinháticos	17 15

Chá

Partida da Pousada	18 00
Serra d'Água	18 10
Ribeira Brava	18 20
Campanário	18 35
Quinta Grande	18 50
Cabo Girão	19 10
Câmara de Lobos	19 45
Chegada ao Funchal	20 00

Jantar íntimo

Passeio pela cidade

1 DE JUNHO — QUARTA-FEIRA

Partida do Funchal (por Terreiro da Luta, Ribeira Fria, Fajal)	9 00
Santana (demora de 15 minutos)	10 30
Porto da Cruz	11 10
Portela	11 30
Machico	11 45
Santa Cruz (demora de 20 minutos)	12 10
Chegada ao Funchal	13 15

Almoço íntimo

Inauguração do Museu de Arte Sacra	15 00
Visita ao Hospital, Sanatório e Preventório	15 45
Garden Party	17 00
Banquete oferecido pelo Chefe do Estado no Palácio de São Lourenço	20 30
Recepção no Palácio	22 00

2 DE JUNHO — QUINTA-FEIRA

9 horas — Passeio pela cidade, Pico dos Barcelos e Eira do Serrado.
 10,30 horas — Regresso ao Funchal.
 12 horas — Partida do Funchal para a Ilha do Porto Santo.
 15 horas — Chegada à Ilha do Porto Santo.
 Recepção na Câmara Municipal e lançamento da primeira pedra do monumento evocativo das descobertas.
 17 horas — Partida do Porto Santo para Lisboa.

Anexo 5 — Programa oficial da visita ao Arquipélago da Madeira do Presidente da República Francisco Higino Craveiro Lopes (DN 29-05-1955, 5)

**PROGRAMA DA VISITA DE SUA EXCE-
LÊNCIA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
AO FUNCHAL, NO PRÓXIMO
DIA 30 DE AGOSTO**

- Entrada das Autoridades a bordo do «FUNCHAL» para cumprimentar Sua Excelência às 9,30 horas
- Desembarque, no cais da Postinha, onde serão prestadas as devidas Honras Militares às 10,00 horas
- Após esta cerimónia Sua Excelência acompanhado por Suas Exas. os Ministros do Interior, das Comunicações e das Corporações, seguirá para a Câmara Municipal, em cortejo automóvel até à Avenida Zarco e a pé na última fase do percurso.
- Sessão de boas-vindas na Câmara Municipal às 10,30 horas
- Encontro com condecorados por serviços no Ultramar, numa instalação do Quartel Novo do B. I. I. 19, onde será salientado o esforço do distrito na defesa do Ultramar. (Trajecto em cortejo automóvel pelas ruas: Largo do Colégio, Rua Câmara Pestana, Avenida Zarco, Avenida Arriaga, Avenida do Infante, Estrada Monumental, Rua do Dr. Pita, Caminho de São Martinho, Caminho Avista Navios e Caminho do Regedor) às 11,30 horas
- Saída do Quartel às 12,30 horas
- Almoço íntimo no «Reid's Hotel» às 13,00 horas
- Saída do «Reid's Hotel» às 16,15 horas
- Trajecto pelas ruas: Estrada Monumental, Avenida do Infante, Avenida Arriaga, Avenida Zarco, Rua Câmara Pestana, Largo do Colégio, Rua Marquês do Funchal, Rua do Bom Jesus e Rua das Hortas.
- Inauguração dos Serviços Médico-Sociais da Caixa Sindical de Previdência do Distrito do Funchal às 16,30 horas
- Chegada ao Palácio de São Lourenço às 19,00 horas
- Jantar oficial oferecido por Sua Excelência o Chefe do Estado, no Palácio de São Lourenço às 20,00 horas
- Recepção de cumprimentos no Palácio às 22,30 horas
- Partida para bordo às 23,15 horas

Anexo 6 — Programa oficial da visita ao Arquipélago da Madeira do Presidente da República Almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás (DN 24-08-1969, 3).

PROGRAMA DA VISITA DO CHEFE DO ESTADO à Madeira

Conforme temos noticiado, chega amanhã à Madeira o sr. Almirante Américo Thomaz, venerando Chefe do Estado, que se desloca em viagem de soberania à província portuguesa de S. Tomé e Príncipe. Tendo assumido a mais alta Magistratura da Nação há doze anos, esta será a sétima vez que o sr. Almirante Américo Thomaz visitará a Madeira cuja população sempre o recebeu com eloquentes demonstrações de afecto e acrisolado patriotismo, facto a que Sua Excelência se tem revelado particularmente sensível, como uma vez mais desejou evidenciar, aproveitando esta nova oportunidade que se lhe depara para, durante algumas horas, nos honrar com a sua presença. Entretanto, recebemos do Governo do Distrito o programa da visita, que seguidamente tornamos pública:

PROGRAMA

13,15 H — Concentração no Cais da Pontinha;
13,30 H — Chegada do «Príncipe Perfeito»;
— Entrada das autoridades a bordo para cumprimentos

(CONCLUI NA ÚLTIMA PÁGINA)

PROGRAMA DA VISITA DO CHEFE DO ESTADO à Madeira

(CONCLUSÃO DA 1.ª PÁGINA)

a Sua Excelência o Chefe do Estado;

14,00 H — Desembarque de Sua Excelência
— Continência da Guarda de Honra e desfile;
14,15 H — Saída do Cortejo automóvel para visita aos locais dos empreendimentos hoteleiros de maior vulto, em construção;
14,25 H — Paragem junto à construção do Hotel Hilton;
14,35 H — Paragem junto da construção do Hotel Sheraton-Atlântico;
14,45 H — Paragem junto do jardim sobranceiro às piscinas do Hotel Savoy;
15,15 H — Paragem junto das construções do empreendimento «Reis Magos»;
15,45 H — Paragem no Miradoiro Francisco Álvares de Nóbrega (Camões Pequeno) para observar a construção hotel Saviotti;
15,50 H — Percorso nos arruamentos do empreendimento «Matur»;
16,00 H — Chegada ao Club de Bridge Matur;
— Recepção em honra de Sua Excelência o Chefe do Estado;
17,20 H — Partida do cortejo automóvel para o Funchal;
18,00 H — Reembarque no cais da Pontinha.

Anexo 7 — Programa oficial da visita ao Arquipélago da Madeira do Presidente da República Almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás (JM 15-07-1970, 1-8).

PROGRAMA DA VISITA

HOJE

18 horas — *Chegada à Madeira (Santa Cruz).*

*Honras militares
Cumprimentos das autoridades do distrito.*

18.45 horas — *Partida para o Funchal.*

19.30 horas — *Chegada ao Funchal (Palácio de S. Lourenço).*

AMANHÃ

Inauguração do Aproveitamento Hidroeléctrico da Fajã da Nogueira:

10 horas — *Partida do Funchal (Palácio de S. Lourenço)*

Itinerário — Monte, Ribeira das Cales, Poiso, Ribeiro Frio, Cabouco da Achada, Ponte da Cruzinha e Central.

11 horas — *Chegada à Central:*

Imediatamente após a chegada à central, Sua Excelência o Presidente da República descerrará o Medalhão com a sua efigie, conferindo à central o nome de «Central Américo Thomaz».

11.05 horas — *Sessão solene:*

Terminada a Sessão Solene e após a bênção, Sua Excelência o Presidente da República procederá à manobra de arranque de um dos grupos geradores e descerrará uma lápida comemorativa da inauguração.

12 horas — *Visita à Central.*

12.50 horas — *Visita à câmara de carga (limitada a um pequeno número de pessoas)*

13.30 horas — *Chegada ao Lombo do Faial, Almoço*

16.30 horas — *Partida para o Funchal (mesmo percurso)*

18 horas — *Chegada ao Estádio Professor Marcello Caetano:*

Festival desportivo. Imembro Honorário da Orpção de insígnias de dem de Benemerência no Estandarte do C. S. Marítimo.

20.30 horas — *Chegada dos convidados ao Hotel Madeira Hilton*

21 horas — *Acto inaugural do Hotel Madeira Hilton e jantar.*

DIA 20

SEGUNDA-FEIRA

Visita ao Aproveitamento Hidroeléctrico da Ribeira da Janela — Central Arantes e Oliveira:

9.30 horas — *Partida do Funchal (Palácio de S. Lourenço)*

Itinerário: Câmara de Lobos, Estreito, Quinta Grande, Campanário, Ribeira Brava, Encumeada, Rosário, S. Vicente, Seixal e Ribeira da Janela.

12 horas — *Chegada à Central Arantes e Oliveira*

13 horas — *Chegada ao Porto do Moniz. Almoço.*

15 horas — *Partida para o Funchal (mesmo percurso)*

17 horas — *Chegada ao Funchal (Palácio de São Lourenço)*

Palácio de São Lourenço

20 horas — *Jantar no*

24 horas — *Partida para Lisboa.*

Anexo 8 — Programa oficial da visita ao Arquipélago da Madeira do Presidente da República Almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás (DN 18-09-1971, 4).

O ALMIRANTE AMÉRICO THOMAZ É ESPERADO NA MADEIRA NA PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA PARA UMA VISITA DE 2 DIAS

Acômpanhado de sua Excelentíssima Esposa e Filha, é esperado na Madeira no próximo dia 20 de Novembro, para uma visita de dois dias. Sua Excelência o Chefe do Estado, Almirante Américo de Deus Rodrigues Thomaz.

Fazem parte da comitiva de Sua Excelência os sr. Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Eng. Rui Sanches e esposa, Secretário de Estado da Informação e Turismo, Dr. César Moreira Baptista; Director Geral do Turismo, Eng. Alvaro Roquete; Chefe de Gabinete do sr. Secretário de Estado da Informação e Turismo, Dr. Duarte Alvares Guedes e esposa; e secretário do sr. Ministro das Obras Públicas, Eng. Magalhães Pacheco.

O programa da visita do sr. Almirante Américo Thomaz é o seguinte:

DIA 20 DE NOVEMBRO (2.ª feira)

- 10h00 — No aeroporto do Funchal:
Chegada de Sua Excelência e da comitiva;
Guarda de honra na placa do aeroporto;
Cumprimentos na nova aerogare.
- 10h40 — Visita à Estação do Cabo Submarino da Companhia Portuguesa Rádio Marconi no Porto Novo.
- 11.40 — Visita ao Posto Emissor da R. T. P. da Madeira, no Pico da Silva.
- 12h15 — Chegada ao Funchal;
Instalação no Pa-

lácio de São Lourenço.

- 13h00 — Almoço íntimo no Palácio de São Lourenço.
- 15h00 — Audiência no Palácio de São Lourenço.
- 17h15 — Visita ao Hotel «Sheraton»
- 18h15 — Cerimónia inaugural do Hotel «Sheraton» seguida de recepção aos convidados.
- 20h30 — Jantar no restaurante do hotel inaugurado, em honra de Sua Excelência.

DIA 21 DE NOVEMBRO (3.ª feira)

- 10h30 — Visita ao novo hospital.
- 13h00 — Almoço íntimo no Palácio de São Lourenço.
- 15h30 — Inauguração do Bairro do Grémio dos Bordados.
- 18h15 — Saída para a Matut.
- 19h00 — Visita ao Hotel «Holiday Inns».
- 20h30 — Jantar no restaurante do hotel «Holiday Inns», em honra de Sua Excelência.
- 22h30 — Cerimónia inaugural do hotel «Holiday Inns» seguida de recepção aos convidados.

DIA 22 DE NOVEMBRO (4.ª feira)

- 10h00 — No aeroporto:
Cumprimentos de despedida;
Regresso a Lisboa de Sua Excelência e comitiva.

Anexo 9 — Programa oficial da visita ao Arquipélago da Madeira do Presidente da República Almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás (DN 17-11-1972, 1).

PROGRAMA DA PRÓXIMA VISITA DO CHEFE DO ESTADO À MADEIRA

Uma vez mais, na sua nobilíssima magistratura, vem à Madeira Sua Excelência o Presidente da República, sr. Almirante Américo Rodrigues Thomaz, para presidir às inaugurações de dois empreendimentos do maior interesse e transcendência para esta ilha: a nova aerogare do aeroporto de Santa Cruz e o Hospital Distrital do Funchal.

Testemunhando o carinho que nutre por este bocado de terra portuguesa, não quis Sua Excelência deixar de honrá-la com a sua presença, terra onde tem recebido, em visitas anteriores, as mais espontâneas e inequívocas demonstrações de respeitoso apreço e de muita simpatia, as mais vibrante e sincera aclamação de um povo sempre pronto a exteriorizar o seu reconhecimento.

A chegada do Chefe do Estado ao aeroporto de Santa Cruz está prevista para o próximo sábado, 8 do corrente, que desembarcará acompanhado de sua comitiva, da qual fazem parte Suas Excelências os ministros das Obras Públicas e

Comunicações, eng. Rui Sanches, e das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência, dr. Baltazar Rebo de Sousa; dos secretários de Estado da Informação e Turismo, dr. César Moreira Baptista, das Obras Públicas, eng. José Adolfo Pinto Eliseu, e das Comunicações e Transportes, eng. Cliveira Martins.

A chegada ao Funchal do Supremo Magistrado da Nação e comitiva, em cortejo automóvel está prevista para as 18 horas de sábado.

A missa programada para o domingo às 11 horas, a que assistem Sua Excelência o Presidente da República e comitiva, será celebrada no claustro do Palácio de S. Lourenço. É pública, com entrada pela Calçada de S. Lourenço, e será acompanhada pela banda e grupo coral da Paróquia de S. Lourenço, que se apresentam pela primeira vez no Funchal.

O programa da visita de Sua Excelência o Presidente da República à Madeira foi assim elaborado:

Dia 8 de Setembro de 1973 (Sábado)

- 11.25 h.—Chegada ao aeroporto do Funchal
- 11.30 h.—Honras militares
- 11.45 h.—Sessão solene
- 12.30 h.—Descerramento de lápide comemorativa na nova aerogare do aeroporto do Funchal
- Visita à aerogare
- 13.30 h.—Almoço
- 16.00 h.—Inauguração do Centro de Bem Estar Social do Caniçal
- 17.00 h.—Visita à Exposição de Artes Plásticas na Natur

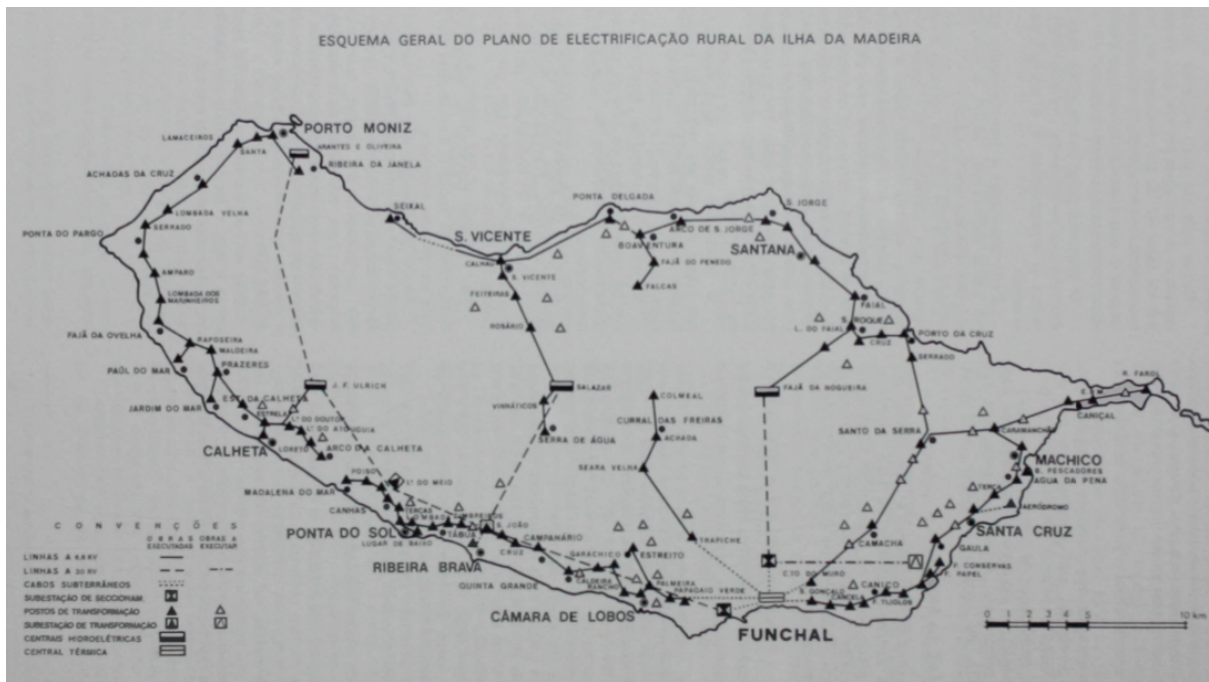
Dia 9 de Setembro de 1973 (Domingo)

- 11.00 h.—Missa
- 12.00 h.—Visita à Casa do Galato, na Quinta do Vale Paraíso
- 16.00 h.—Chegada ao novo Hospital Distrital do Funchal
- 16.10 h.—Descerramento de lápide comemorativa
- 16.15 h.—Sessão solene
- 16.45 h.—Visita ao novo Hospital Distrital
- 17.30 h.—Beberete
- 20.30 h.—Jantar oficial no Palácio de São Lourenço

Dia 10 de Setembro de 1973 (Segunda-feira)

- 10.00 h.—Partida do Funchal (aeroporto)

Anexo 10 — Programa oficial da visita ao Arquipélago da Madeira do Presidente da República Almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás (DN 06-09-1973, 1).



Anexo 11 — Esquema Geral do Plano de Eletrificação Rural da Ilha da Madeira. Fonte: (Salgado b) 1971, 212)

Apêndices

Índice dos álbuns no Arquivo de Reservados da Área Museológica do Palácio de São Lourenço — Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira

Data	Álbum	Nome
(?)	SI/A	(?)
(?)	SI/B	(?)
(?)	SI/C	(?)
(?)	SI/D	(?)
(?)		Visita de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira
(?)		Visita de Sua Excelência o Ministro das Comunicações, Carlos Ribeiro
1938		[Visita do Presidente da Óscar Carmona]
3-5-1953		Ministro das Obras Públicas, José Ulrich
1953 (?)		Ministro do Interior, Trigo de Negreiros
1955		Visita de S. Ex. ^a o Presidente da República à Madeira_1955_
17/23-7-1962		Visita de Sua Excelência o Presidente da República Almirante Américo Thomaz à Madeira [vol. I]
17/23-7-1962		Visita de Sua Excelência o Presidente da República Almirante Américo Thomaz à Madeira [vol. II]
8-9-1963 & 16-10-1963		Visitas de Sua Excelência o Presidente da República, Almirante Américo Thomaz, à ilha da Madeira
30-8-1969	2	Visita do Almirante Américo Thomaz ao Grémio dos Industriais dos Bordados durante a “Visita ao Funchal de S. Ex. ^a o Presidente da República, Almirante Américo Rodrigues de Deus Thomaz” (álbum 3)
30-8-1969	3	Visita ao Funchal de S. Ex. ^a o Presidente da República, Almirante Américo Rodrigues de Deus Thomaz
6/9-12-1969	4	Visita particular à Madeira de Sua Excelência o Presidente do Concelho, Professor Doutor Marcello Caetano

1969	4A	Visita à Madeira do Professor Marcello Caetano
27/2 a 2-3-1970	5	Visita à Madeira de Sua Excelência o Secretário de Estado de Informação e Turismo, Doutor César Moreira Baptista
14/17-3-19 70	5A	Visita à Madeira de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Eng.º Rui Sanches
16-7-1970	6	Visita à Madeira de Sua Excelência, Alm. Américo Thomaz
5/6-4-1971	8	Visita à Madeira de Sua Excelência o Secretário de Estado do Planeamento Económico, Dr. João Maurício Salgueiro
22/25-4-19 71	9	Visita à Madeira de Sua Excelência o Ministro das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência, Doutor Baltazar Rebello de Souza
28/4 a 1-5-1971	10	Visita à Madeira de Suas Excelências os Secretários de Estado da Agricultura e do Comércio, respetivamente, Eng.º Vasco Leónidas e Dr. Valentim Xavier Pintado
10/12-7-19 71	11	Visita à Madeira de Sua Excelência o Secretário de Estado da Informação e Turismo, Doutor César Morreira Baptista
29/30-7-19 71	12	Visita à Madeira de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro
15/23-8-19 71	13	Visita particular ao Porto Santo de Sua Excelência o Presidente do Concelho
18/20-9-19 71	14	Visita de Sua Excelência o Presidente da República à Madeira
7/9-10-197 1	15	Visita às ilhas Desertas e Selvagens de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro
5/7-11-197 1	16	Visita à Madeira de Suas Excelências o Ministro da Educação Nacional e Subsecretário de Estado da Juventude e Desporto
5/6-8-1972	17	Visita de Sua Ex. ^{as} os Secretários de Estado da Informação e Turismo, Dr. César Morreira Baptista, e das Obras Públicas, Eng.º José Pinto Eliseu

1/2-9-1972	18	Visita de Sua Excelência o Secretário de Estado das Comunicações e Transportes
15-8 a 3-9-1972	19	Férias na Madeira de Sua Excelência o Ministro de Estado para o Planeamento Económico, Dr. João Mota Pereira Campos
20/22-11-1 972	20	Visita à Madeira de Sua Excelência o Chefe de Estado
11/13-12-1 972	21	Visita de Sua Excelência o Secretário de Estado da Juventude e Desporto
10/12-3-19 73	22	Visita à Madeira do «Infante D. Henrique» e comitiva, com alunos militares e civis do continente
10/14-5-19 73	23	Visita à Madeira de Sua Ex. ^a o Secretário de Estado do Trabalho e Previdência
1/5-8-1973	24	Visita à Madeira de Sua Excelência o Secretário das Obras Públicas
8/10-9-197 3	25	Visita à Madeira de Sua Excelência o Presidente da República

Apêndice 1 — Índice dos álbuns no Arquivo de Reservados da Área Museológica do Palácio de São Lourenço — Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira.

Variável	Descrição	Subcategorias
Concelhos	Divisão administrativa de um distrito	Calheta
		Câmara de Lobos
		Funchal
		Machico
		Oceano Atlântico
		Ponta do Sol
		Porto Moniz
		Porto Santo
		Ribeira Brava
		Santa Cruz
		Santana
São Vicente		
Edifícios/construções	São consideradas parte desta categoria os locais onde são tiradas as fotografias, à luz de pontos de referência como: miradouros, câmaras municipais, tribunais, aeroportos, portos de abrigo, residências privadas, quintas, espaços de restauração, hotéis, complexos turísticos, centrais hidroelétricas, instituições de saúde, posto aquícola, mercados municipais, bairros sociais, edifícios militares, parques públicos, estatuária, instituições de ensino, museus.	"Largo 28 de Maio, Santana"
		Academia de Música e Belas Artes da Madeira
		Aerogare — Aeroporto do Funchal
		Aeroporto do Funchal
		Aeroporto do Porto Santo
		Bairro do Grémio dos Bordados
		Bairro dos Pescadores de Machico
		Cais do Funchal
		Cais do Porto Santo
		Câmara Municipal de Santana
		Câmara Municipal do Funchal
		Câmara Municipal do Porto Santo
		Central Américo Thomaz

Central Engenheiro Arantes e Oliveira
Central Hidroelétrica da Calheta
Central Hidroelétrica da Serra d'Água
Centro de Bem Estar Social do Caniçal
Centro de Turismo dos Reis Magos
Centro Emissor da Madeira da Radiotelevisão Portuguesa
Complexo Turístico Matur
Estação de Cabo Submarino da Companhia Portuguesa Rádio Marconi
Estádio dos Barreiros/ do Marítimo
Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira
Holiday Inn Madeira
Hospital Distrital do Funchal
Hospital dos Marmeleiros
Hotel Madeira Hilton
Igreja do Monte
Instalações da Shell
Mercado de Santa Cruz
Miradouro da Boca da Encumeada
Miradouro da Eira do Serrado
Miradouro da Portela

Miradouro do Cabo Girão
Miradouro do Pico dos Barcelos
Miradouro do Seixal
Miradouro dos Balcões
Miradouro Francisco Álvares de Nóbrega
Miradouro Pico do Castelo
Miradouro Trigo de Negreiros
Molhe da Pontinha
Monumento a Cristóvão Colombo
Monumento a João Gonçalves Zarco
Monumento aos Navegadores Portugueses
Monumento de Nossa Senhora da Paz
Museu de Arte Sacra
Palácio da Junta Geral
Palácio da Justiça
Palácio de São Lourenço
Parque de Santa Catarina
Piscinas Naturais do Porto Moniz
Porto do Funchal
Posto Aquícola do Ribeiro Frio
Posto de Transformação em Santa Cruz
Pousada dos Vinháticos
Praça do Município

		Preventório de Santa Isabel
		Quartel novo do B.I.I. nº19
		Quinta da Junta/Quinta Santo António da Serra
		Quinta das Cruzes
		Quinta Vale Paraíso
		Quinta Vigia
		Reid's Hotel
		Residência do PCMPMAHG
		Restaurante Cachalote
		Restaurante Casa de Chá do Faial
		Sanatório Doutor João de Almada
		Savoy Hotel
		Sé
		Sheraton Hotel
		Tribunal de São Vicente
Indivíduos	Todos os indivíduos que foram possíveis de identificar na narrativa.	ABS
		BCL
		BDAR
		BDDS
		BDJSS
		DAMRFC
		DCAAHPE
		DCHSCMJG
		DGGBMJMR
		DGTSEIT
		DNAA
		DRCZ

GDABS
GDCF
GMGC
GMMJCB
GMMLN
GSFJG
GT
HMFL
IMDP
JCF
MCPSGP
MCSJAAC
MIAGR
MINT
MJAV
MOPCRS
MOPEAO
MSR
MUJMSC
MUSR
Neto
PAV
PCAMATURFPS
PCDUNAC
PCMFAS
PCMFFC
PCMPMAHC
PCMPMTMV
PCMPSJIP
PCMPSSC

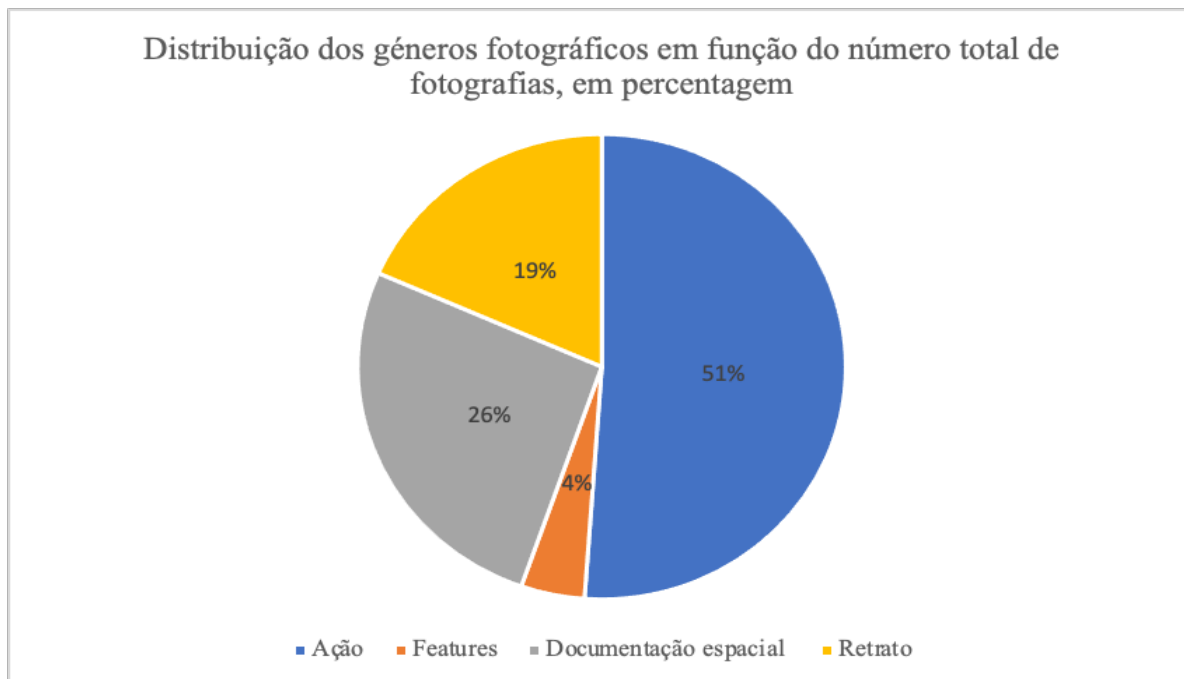
		PCMSCJMR
		PCPFMF
		PDGBMGM
		PDTJRBM
		PFM
		PJGDATS
		PJGDHC
		PJGDRV
		PPF
		PRAT
		PRCL
		PSDSCMT
		SECTJOM
		SEITCMB
		SEOPPE
		SGDQSS
		SPSIMP
		VCDCAGG
Cortejo presidencial	Todas as atividades políticas desenvolvidas no contexto do percurso pela ilha da Madeira e do Porto Santo.	Atividade política
		Cerimónias
		Intervenções efémeras
		Caravana presidencial
		Retratos em pose
		Saudação presidencial
		Plateias/composição dos espaços
		Refeições
		Ofertas/ <i>souvenirs</i>
		Momentos informais
		Atuações

Apêndice 2 — Descrição das variáveis e respectivas subcategorias.

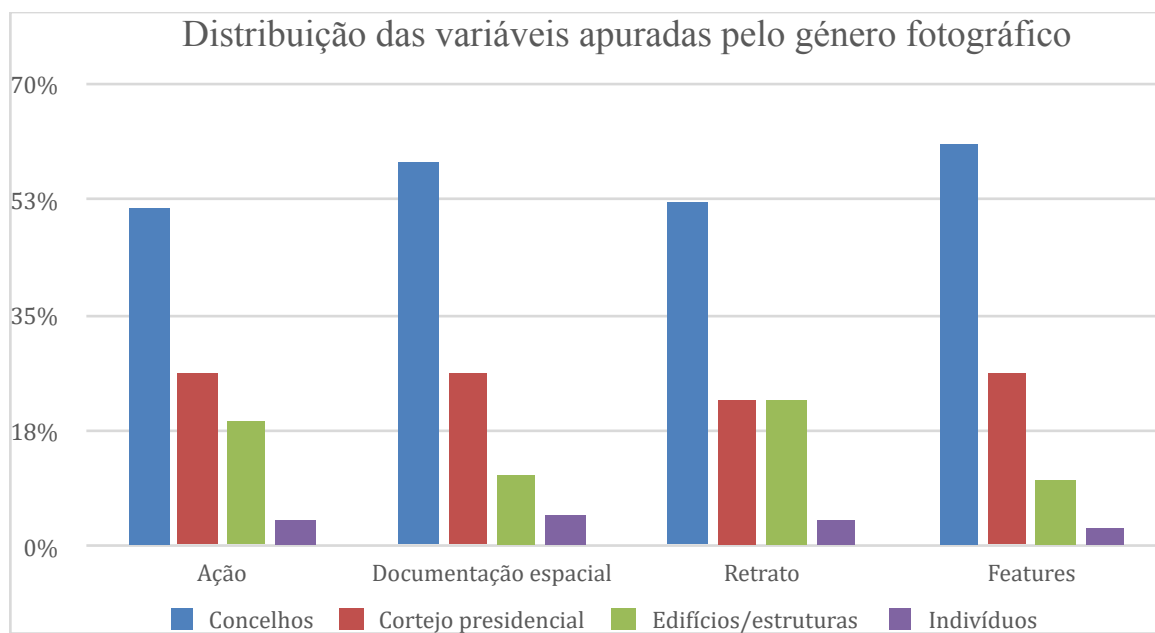
Distribuição das semelhanças entre os álbuns fotográficos



Apêndice 3 — Distribuição das semelhanças entre os álbuns de fotografias.



Apêndice 4 — Gráfico circular com a distribuição em percentagem dos géneros fotográficos nos álbuns em análise.



Apêndice 5 — Gráfico de barras da distribuição das variáveis apuradas pelo género fotográfico.

		Aç ão	%	Do cu me nta ção esp aci al	%	Ret rat o	%	<i>Fe atu res</i>	%
Cor tejo pre sid enc ial	Atividade política	89	22%	10	6%	16	24%	0	0%
	Cerimónias	82	20%	22	12%	15	22%	8	22%
	Intervenções efêmeras	27	7%	54	30%	6	9%	1	3%
	Caravana presidencial	100	25%	29	16%	10	15%	15	41%
	Retratos em pose	0	0%	1	1%	8	12%	0	0%
	Saudação presidencial	59	14%	11	6%	5	7%	1	3%
	Plateias/ composição dos espaços	2	0%	7	4%	1	1%	0	0%
	Refeições	19	5%	33	19%	1	1%	0	0%
	Ofertas/ <i>souvenirs</i>	21	5%	0	0%	4	6%	12	32%
	Momentos informais	4	1%	5	3%	2	3%	0	0%
Atuações	4	1%	6	3%	0	0%	0	0%	
TOTAL		422	100 %	188	100 %	78	100 %	37	100 %

Apêndice 6 — Distribuição e percentagem da variável "géneros fotográficos" pela variável "cortejo presidencial".

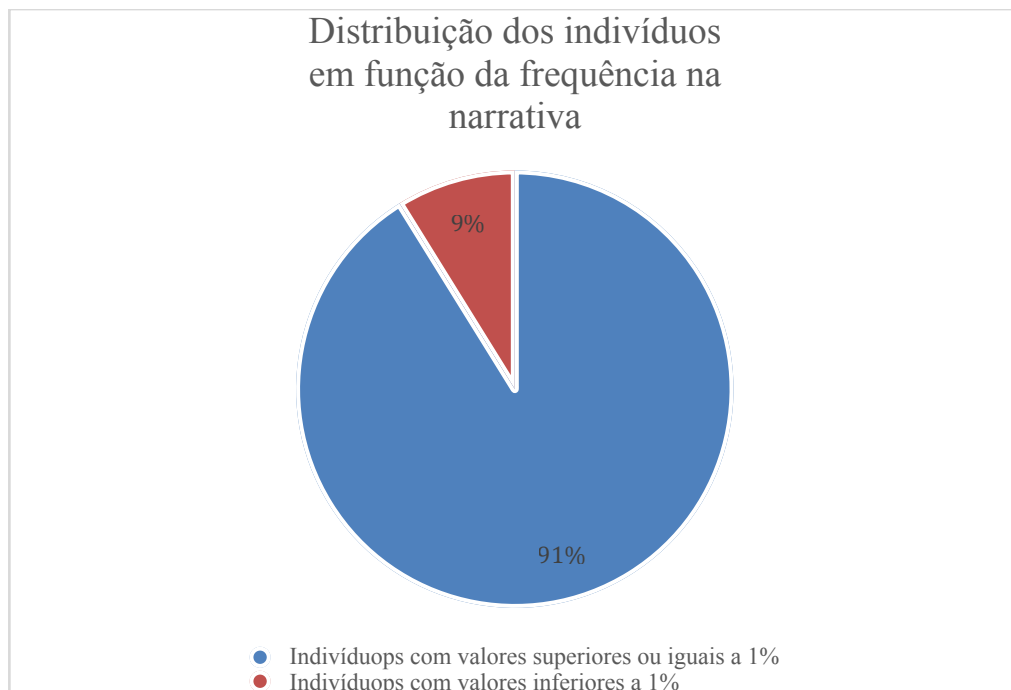
	1955	1962 a)	1962 b)	1963	1969 a)	1969 b)	1970	1971	1972	1973	TOTAL	%
ABS	-	-	-	-	-	2	5	7	3	1	18	1,635
BCL	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	1,181
BDAR	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0,363
BDDS	-	8	4	3	-	-	-	-	-	-	15	1,362
BDJSS	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	0,001
DAMRFC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	0,182
DCAAHPE	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,182
DCHSCMJG	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	0,454
DGGBMJMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	0,182
DGTSEIT	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	0,001
DNAA	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,001
DRCZ	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	0,454
GDABS	-	-	-	-	4	9	12	14	5	10	54	4,905
GDCF	51	54	34	9	-	-	-	-	-	-	148	13,442
GMGC	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,272
GMMJCB	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,182
GMLLN	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3	0,272

GSFJG	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,182
GT	-	19	8	3	-	6	10	6	2	5	59	5,359
HMFL	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,182
IMDP	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	0,001
JCF	6	15	5	3	-	-	1	-	-	-	30	2,725
MCPSGP	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	0,182
MCSJAAC	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0,363
MIAGR	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3	0,272
MINT	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33	2,998
MJAV	-	19	16	-	-	-	-	-	-	-	35	3,179
MOPCRS	-	-	-	-	-	-	-	7	5	4	16	1,453
MOPEAO	-	22	19	-	-	-	-	-	-	-	41	3,724
MSR	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	0,545
MUJMSC	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	9	0,817
MUSR	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	1,726
Neto	-	8	2	-	-	-	-	-	-	1	11	1,000
PAV	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	0,001
PCAMATURFPS	-	-	-	-	-	-	8	-	4	2	14	1,272
PCDUNAC	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,182
PCMFAS	11	15	-	-	-	-	-	-	-	-	26	2,361

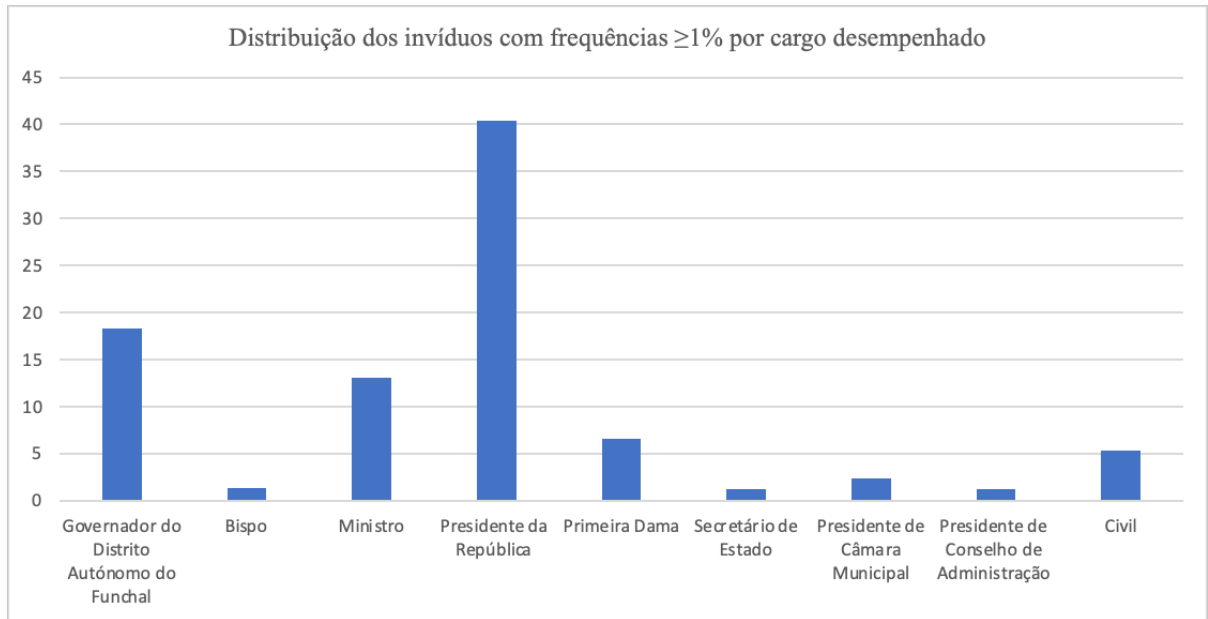
PCMFFC	-	-	-	-	-	5	-	-	-	1	6	0,545
PCMPMAHC	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,182
PCMPMTMV	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	0,182
PCMPSJIP	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	7	0,636
PCMPSSC	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,001
PCMSCJMR	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3	0,272
PCPFMF	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4	0,363
PDGBMGM	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	0,272
PDTJRBM	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,001
PFM	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	0,001
PJGDATS	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,001
PJGDHC	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	0,001
PJGDRV	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	0,182
PPF	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3	0,272
PRAT	-	83	88	16	10	21	28	27	26	26	325	29,519
PRCL	120	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120	10,899
PSDSCMT	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,001
SECTJOM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	0,001
SEITCMB	-	-	-	-	-	-	-	4	8	2	14	1,272
SEOPPE	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4	0,363

SGDQSS	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,001
SPSIMP	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,182
VCDCAGG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	0,001

Apêndice 7 — Indivíduos identificados na narrativa dos álbuns de fotografias, por álbum e percentagem do total.



Apêndice 8 — Distribuição dos indivíduos em função da frequência na narrativa.



Apêndice 9 — Distribuição dos indivíduos com frequências superiores a 1% por cargo desempenhado.

	1955	1962 a)	1962 b)	1963	1969 a)	1969 b)	1970	1971	1972	1973	TOTAL	%
Porto Santo	16	-	24	-	-	-	-	-	-	-	40	5,997
Santa Cruz	9	-	9	-	-	-	5	10	10	18	61	9,145
Machico	10	-	30	-	-	-	19	-	6	7	72	10,795
Santana	11	-	7	5	-	-	-	9	-	-	32	4,798
São Vicente	4	-	5	-	-	-	-	-	-	-	11	1,649
Porto Moniz	5	6	-	-	-	-	-	7	-	-	18	2,699
Calheta	10	2	-	-	-	-	-	-	-	-	12	1,799
Ponta do Sol	4	3	-	-	-	-	-	-	-	-	8	1,199
Funchal	112	91	38	9	11	23	11	14	18	13	340	50,975
Câmara de Lobos	4	12	-	-	-	-	-	-	-	-	16	2,399
Ribeira Brava	11	1	5	-	-	-	-	2	-	-	19	2,849
Oceano Atlântico	5	4	4	10	-	3	8	4	-	-	38	5,697

Apêndice 10 — Tabela de presenças e ausências dos concelhos nos álbuns em estudo e, respetivas, percentagens.

	195 5	196 2 a)	196 2 b)	196 3	196 9 a)	196 9 b)	197 0	197 1	197 2	197 3	TOTA L	%
Monumento a Cristóvão Colombo	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	0,215
Monumento a João Gonçalves Zarco	1	3	-	-	-	1	-	-	1	-	6	1,290
Quinta Vale Paraíso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	0,645
Centro de Bem Estar Social do Caniçal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	0,860
Aerogare — Aeroporto do Funchal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9	1,935
Bairro do Grémio dos Bordados	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	0,645
Holiday Inn Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	6	1,290
Igreja do Monte	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	0,645
Hospital Distrital do Funchal	-	-	-	-	-	-	-	-	2	8	10	2,151
Centro Emissor da Madeira da Radiotelevisão Portuguesa	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	0,215
Estação de Cabo Submarino da Companhia Portuguesa Rádio Marconi	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	0,215

Palácio da Junta Geral	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	0,430
Restaurante Cachalote	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	0,430
Central Engenheiro Arantes e Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	0,430
Miradouro do Seixal	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	0,215
Miradouro da Boca da Encumeada	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	0,215
Restaurante Casa de Chá do Faial	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	0,215
Central Américo Thomaz	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	6	1,290
Complexo Turístico Matur	-	-	-	-	-	-	17	-	-	2	19	4,086
Miradouro Francisco Álvares de Nóbrega	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	3	0,645
Aeroporto do Funchal	-	-	1	-	-	-	-	10	8	6	25	5,376
Centro de Turismo dos Reis Magos	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	5	1,075
Savoy Hotel	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	0,215
Sheraton Hotel	-	-	-	-	-	-	2	-	7	-	9	1,935
Hotel Madeira Hilton	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	4	0,860
Parque de Santa Catarina	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	0,430

Reid's Hotel	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	0,430
Quartel novo do B.I.I. nº19	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4	0,860
Praça do Município	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	0,215
Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-	11	2,366
Miradouro dos Balcões	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2	0,430
Posto Aquícola do Ribeiro Frio	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	0,215
Porto do Funchal	-	-	1	9	-	3	4	-	-	-	17	3,656
Monumento de Nossa Senhora da Paz	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	0,215
Academia de Música e Belas Artes da Madeira	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3	0,645
Aeroporto do Porto Santo	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	7	1,505
Miradouro Pico do Castelo	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	5	1,075
Mercado de Santa Cruz	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3	0,645
Bairro dos Pescadores de Machico	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	11	2,366

Quinta da Junta/ Quinta Santo António da Serra	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	6	1,290
Miradouro da Portela	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2	0,430
Câmara Municipal de Santana	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	0,215
Tribunal de São Vicente	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	0,215
Piscinas Naturais do Porto Moniz	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,645
Miradouro Trigo de Negreiros	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,215
Estádio dos Barreiros/ do Marítimo	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-	4	0,860
Instalações da Shell	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5	1,075
Molhe da Pontinha	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0,860
Palácio da Justiça	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	9	1,935
Monumento aos Navegadores Portugueses	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	1,075
Câmara Municipal do Porto Santo	4	-	4	-	-	-	-	-	-	-	8	1,720
Cais do Funchal	15	12	1	-	-	-	-	-	-	-	28	6,022
Miradouro da Eira do Serrado	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,645

Miradouro do Pico dos Barcelos	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	5	1,075
Quinta Vigia	10	-	3	-	-	-	-	-	-	-	13	2,796
Preventório de Santa Isabel	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0,860
Cais do Porto Santo	2	-	4	-	-	-	-	-	-	-	6	1,290
Sanatório Doutor João de Almada	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,645
Hospital dos Marmeleiros	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1,290
Museu de Arte Sacra	6	-	5	-	-	-	-	-	-	-	11	2,366
Posto de Transformação em Santa Cruz	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,215
"Largo 28 de Maio, Santana"	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	1,720
Miradouro do Cabo Girão	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,430
Pousada dos Vinháticos	2	-	2	-	-	-	-	1	-	-	5	1,075
Central Hidroelétrica da Serra d'Água	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	1,075
Residência do PCMPMAHG	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,215

Central Hidroelétrica da Calheta	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	1,505
Quinta das Cruzes	11	17	-	-	-	-	-	-	-	-	28	6,022
Palácio de São Lourenço	19	5	13	-	4	-	-	2	1	4	48	10,323
Sé	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-	8	1,720
Câmara Municipal do Funchal	8	14	-	-	-	4	-	-	-	-	26	5,591
TOTAL											465	

Apêndice 11 — Tabela de presenças e ausências de capturas nos edifícios, nos álbuns em estudo e, respetivas, percentagens.

Edifícios e estruturas	%	Concelho
Hospital Distrital do Funchal	2,151	Funchal
Complexo Turístico da MATUR	4,086	Machico
Aeroporto do Funchal	5,376	Santa Cruz
Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira	2,366	Funchal
Porto do Funchal	3,656	Funchal
Bairro dos Pescadores de Machico	2,366	Machico
Cais do Funchal	6,022	Funchal
Quinta Vigia	2,796	Funchal
Museu de Arte Sacra	2,366	Funchal
Quinta das Cruzes	6,022	Funchal
Palácio de São Lourenço	10,323	Funchal
Câmara Municipal do Funchal	5,591	Funchal

Apêndice 12 — Relação entre os edifícios e estruturas, com valores superiores a 2% na codificação, com o concelho onde a fotografia foi tirada.

	Aperitivo	Beberete	Chá/Café	Almoço	Brinde	Jantar	Total
Monumento a Cristóvão Colombo	-	-	-	-	-	-	
Monumento a João Gonçalves Zarco	-	-	-	-	-	-	
Quinta Vale Paraíso	-	-	-	-	-	-	
Centro de Bem Estar Social do Caniçal	-	-	-	-	-	-	
Aerogare — Aeroporto do Funchal	-	-	-	2	-	-	2
Bairro do Grémio dos Bordados	-	-	-	-	-	-	
Holiday Inn Madeira	-	-	-	-	-	-	
Igreja do Monte	-	-	-	-	-	-	
Hospital Distrital do Funchal	-	1	-	-	-	-	1
Centro Emissor da Madeira da Radiotelevisão Portuguesa	-	-	-	-	-	-	
Estação de Cabo Submarino da Companhia Portuguesa Rádio Marconi	-	-	-	-	-	-	

Palácio da Junta Geral	-	-	-	-	-	-	
Restaurante Cachalote	-	-	-	1	-	-	1
Central Engenheiro Arantes e Oliveira	-	1	-	-	-	-	1
Miradouro do Seixal	-	-	-	-	-	-	
Miradouro da Boca da Encumeada	-	-	-	-	-	-	
Restaurante Casa de Chá do Faial	-	-	-	1	-	-	1
Central Américo Thomaz	-	-	-	-	-	-	
Complexo Turístico Matur	-	3	-	-	-	-	3
Miradouro Francisco Álvares de Nóbrega	-	-	-	-	-	-	
Aeroporto do Funchal	-	-	-	-	-	-	
Centro de Turismo dos Reis Magos	-	-	-	-	-	-	
Savoy Hotel	-	-	-	-	-	-	
Sheraton Hotel	-	-	-	-	-	1	1

Hotel Madeira Hilton	-	-	-	-	-	1	1
Parque de Santa Catarina	-	-	-	-	-	-	
Reid's Hotel	-	-	-	1	-	-	1
Quartel novo do B.I.I. nº19	-	-	-	-	-	-	
Praça do Município	-	-	-	-	-	-	
Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira	-	-	-	-	-	-	
Miradouro dos Balcões	-	-	-	-	-	-	
Posto Aquícola do Ribeiro Frio	-	-	-	-	-	-	
Porto do Funchal	-	-	-	-	-	-	
Monumento de Nossa Senhora da Paz	-	-	-	-	-	-	
Academia de Música e Belas Artes da Madeira	-	-	-	-	-	-	
Aeroporto do Porto Santo	-	-	-	2	1	-	3
Miradouro Pico do Castelo	-	-	-	-	-	-	

Mercado de Santa Cruz	-	-	-	-	-	-	
Bairro dos Pescadores de Machico	-	-	-	-	-	-	
Quinta da Junta/Quinta Santo António da Serra	-	-	-	2	-	-	2
Miradouro da Portela	-	-	-	-	-	-	
Câmara Municipal de Santana	-	-	-	-	-	-	
Tribunal de São Vicente	-	-	-	-	-	-	
Piscinas Naturais do Porto Moniz	-	-	-	-	-	-	
Miradouro Trigo de Negreiros	-	-	-	-	-	-	
Estádio dos Barreiros/ do Marítimo	-	-	-	-	-	-	
Instalações da Shell	-	2	-	-	-	-	2
Molhe da Pontinha	-	-	-	-	-	-	
Palácio da Justiça	-	-	-	-	-	-	
Monumento aos Navegadores Portugueses	-	-	-	-	-	-	

Câmara Municipal do Porto Santo	-	-	-	-	-	-	
Cais do Funchal	-	-	-	-	-	-	
Miradouro da Eira do Serrado	-	-	-	-	-	-	
Miradouro do Pico dos Barcelos	-	-	-	-	-	-	
Quinta Vigia	-	-	-	-	-	-	3
Preventório de Santa Isabel	-	-	3	-	-	-	
Cais do Porto Santo	-	-	-	-	-	-	
Sanatório Doutor João de Almada	-	-	-	-	-	-	
Hospital dos Marmeleiros	-	-	-	-	-	-	
Museu de Arte Sacra	-	-	-	-	-	-	
Posto de Transformação em Santa Cruz	-	-	-	-	-	-	
"Largo 28 de Maio, Santana"	-	-	-	-	-	-	
Miradouro do Cabo Girão	-	-	-	-	-	-	

Pousada dos Vinháticos	-	-	1	-	-	-	1
Central Hidroelétrica da Serra d'Água	-	-	-	-	-	-	
Residência do PCMPMAHG	-	-	-	1	-	-	1
Central Hidroelétrica da Calheta	-	-	-	-	-	-	
Quinta das Cruzes	-	-	-	-	-	7	7
Palácio de São Lourenço	1	-	-	-	3	17	21
Sé	-	-	-	-	-	-	
Câmara Municipal do Funchal	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	1	7	4	10	4	26	52

Apêndice 13 — Relação entre os edifícios/estruturas e a realização de refeições.

	%
Aerogare — Aeroporto do Funchal	3,8462
Hospital Distrital do Funchal	1,9231
Restaurante Cachalote	1,9231
Central Engenheiro Arantes e Oliveira	1,9231
Restaurante Casa de Chá do Faial	1,9231
Complexo Turístico Matur	5,7692
Sheraton Hotel	1,9231
Hotel Madeira Hilton	1,9231
Reid's Hotel	1,9231
Aeroporto do Porto Santo	5,7692
Quinta da Junta/Quinta Santo António da Serra	3,8462
Instalações da Shell	3,8462
Quinta Vigia	5,7692
Pousada dos Vinháticos	1,9231
Residência do PCMPMAHG	1,9231
Quinta das Cruzes	13,4615
Palácio de São Lourenço	40,3846

Apêndice 14 — Edifícios e infraestruturas onde decorreram refeições em percentagem.

	Aperitivo	Beberete	Chá/Café	Almoço	Brinde	Jantar
1955	0	0	3	1	1	7
1962 a)	0	2	0	0	0	4
1962 b)	0	0	1	4	3	9
1963	0	0	1	0	0	0
1969 a)	0	0	0	0	0	0
1969 b)	0	0	0	1	0	1
1970	0	3	0	0	0	0
1971	1	1	0	2	0	2
1972	0	0	0	0	0	1
1973	0	1	0	2	0	2
Total	1	7	5	10	4	26

Apêndice 15 — Distribuição dos tipos de refeições pelos álbuns fotográficos institucionais do palácio de São Lourenço.

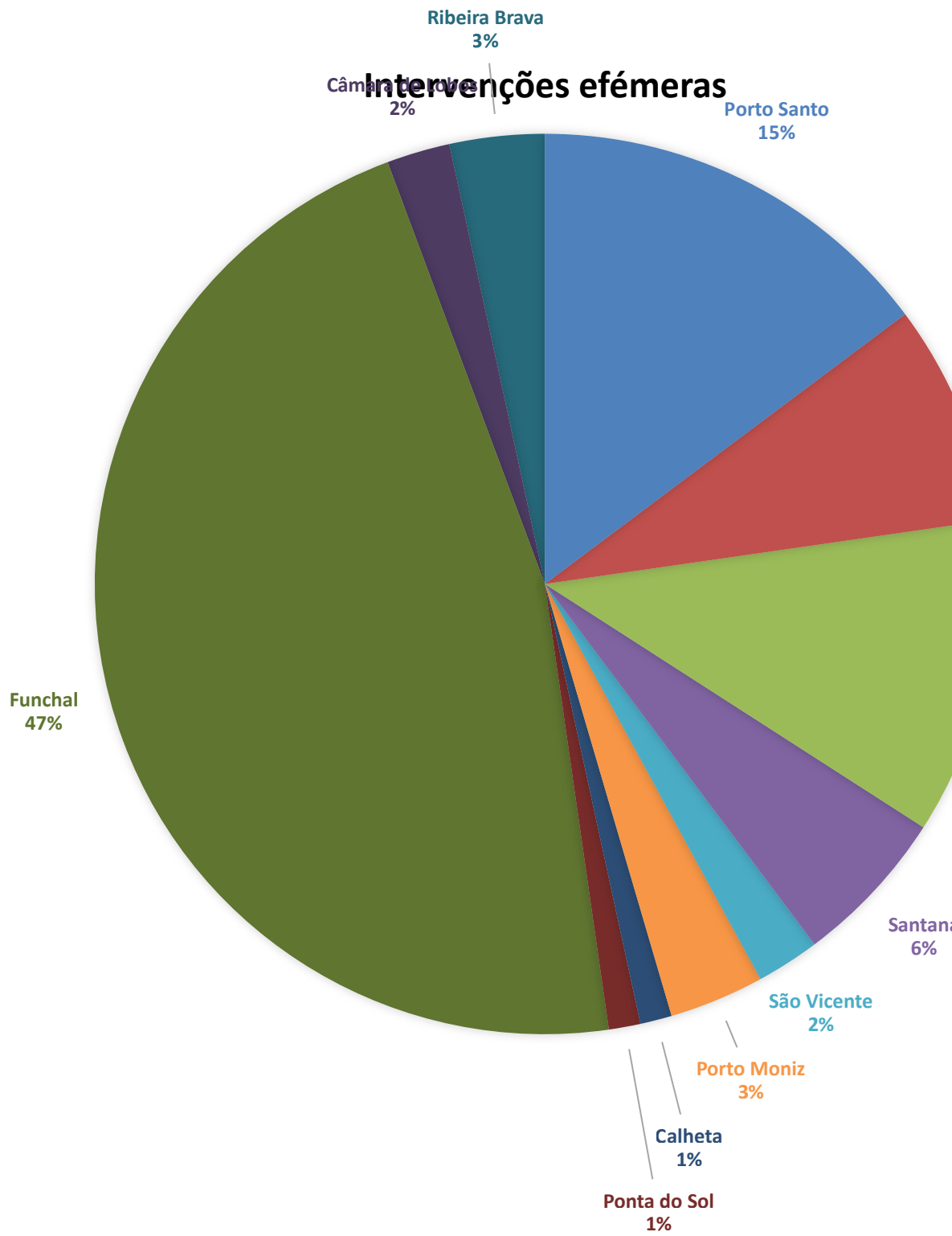
	P o r t o S a n t o	S a n t a C r u z	M a c h i c o	S a n t a n a	S ã o V i c e n t e	P o r t o M o n i z	C a l h e t a	P o n t a d o S o l	F u n c h a l	C â m a r a d e L o b o s	R i b e i r a B r a v a	O c e a n o A t l â n t i c o	T o t a l
Espetáculo opirótico	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Iluminação	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	12

B a n d e i r a s	3	2	3	1	-	1	-	-	1	1	-	-	12
D í s t i c o s	1	2	1	-	-	-	-	-	4	-	1	-	9
O m n i p e n t o s c o m m u n i c a ç õ e s	3	1	4	-	1	1	-	-	5	-	1	-	16

T a p e t e s d e v e g e t a ç ã o	4	1	1	2	-	1	-	-	9	-	-	-	18
A r c o s d o t r i b u t o	2	1	1	2	1	-	1	1	9	1	1	-	20
T o t a l	13	7	10	5	2	3	1	1	41	2	3	0	88

Apêndice 16 — Distribuição das intervenções efêmeras pelos concelhos do Arquipélago da Madeira e Oceano Atlântico.

Intervenções efémeras



Apêndice 17 — Gráfico circular do total de fotografias com intervenções efémeras nos concelhos do Arquipélago da Madeira.